



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

Marcos Roberto Batista de Freitas

**A Literatura Comparada como Heterotopologia:  
Uma Perspectiva Foucaultiana para  
*Os Sertões* e *O Coração das Trevas***

Rio de Janeiro  
2008

Marcos Roberto Batista de Freitas

**A Literatura Comparada como Heterotopologia:  
Uma Perspectiva Foucaultiana para  
*Os Sertões* e *O Coração das Trevas***

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Bernardo Krause

Rio de Janeiro  
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

F866 Freitas, Marcos Roberto Batista de.  
A Literatura comparada como heterotopologia: uma perspectiva Foucaultiana para Os sertões e O coração das trevas / Marcos Roberto Batista de Freitas. – 2008.  
159 f.

Orientador: Gustavo Bernardo Krause.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso literário – Teses. 2. Cunha, Euclides da, 1866-1909. Os Sertões – Teses. 3. Conrad, Joseph, 1857-1924. O Coração das trevas – Teses. 4. Literatura comparada – Metodologia – Teses. 5. Literatura – Filosofia – Teses. I. Krause, Gustavo Bernardo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese

---

Assinatura

---

Data

Marcos Roberto Batista de Freitas

**A Literatura Comparada como Heterotopologia:  
Uma Perspectiva Foucaultiana para *Os Sertões* e *O Coração das  
Trevas***

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: literatura comparada.

Aprovada em 13 de março de 2008.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Gustavo Bernardo Krause (Orientador)  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carlinda Fragale Pate Nuñez  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Francisco Venceslau dos Santos  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof. Dr. Luís Carlos de Morais Jr.  
Curso de Letras – Faculdade CCAA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Mello do Amaral  
Faculdade de Letras – UNI-Rio

Rio de Janeiro  
2008

## **Dedicatória**

Dedico esta tese a meu filho, Marcos Túlio, que passou seus cinco primeiros anos de vida sem a devida atenção de um pai mestrando e doutorando.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço àqueles que me ajudaram e encorajaram, de várias maneiras, a prosseguir e chegar ao fim deste que é o maior desafio de minha vida de estudante: Ataliba Barros de Freitas, Carlinda Fragale Pate Nuñez, Elza Batista de Freitas, Francisco Carlos dos Santos, Francisco Venceslau dos Santos, Gustavo Bernardo Krause, Heloísa Toller Gomes, Luís Carlos de Moraes Jr., Jorcélio Ramos da Silva, Paulo César Velloso, Peônia Viana Guedes, Ricardo José de Lima Teixeira, Solange Mello do Amaral.

A paisagem ocupa um lugar central nas ciências que utilizam a dialética da natureza e da cultura como um meio de explicitar as interações e os elementos comuns da esfera biofísica e dos sistemas sociais. A paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Isso não significa que o campo da atividade humana é determinado pela moldura material do meio ambiente, mas sobretudo que a paisagem é o lugar de superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens.

*Matthew Gandy*

## RESUMO

FREITAS, Marcos Roberto Batista de. *A literatura comparada como heterotopologia: uma perspectiva foucaultiana para Os Sertões e O Coração das Trevas*. 2008, 159 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

No texto “Outros Espaços” (1967), Michel Foucault observa que, desde o século XIX, as humanidades usam métodos excessivamente históricos em seus estudos. Para o pensador supracitado, nossa atualidade seria mais bem entendida pelas ciências humanas através de uma perspectiva espacial, pois nos encontramos na era de fluxo de informações em tempo real, na qual a simultaneidade de eventos e a supressão de fronteiras nacionais, decorrente da globalização, distorcem quaisquer noções temporais outrora tão difundidas no entendimento humano ocidental. (Cf. FOUCAULT, 2001, p. 411). Esta tese para doutoramento tem a proposta de comprovar que a literatura comparada pode efetivamente contribuir para uma mudança metodológica nas humanidades ao adotar os critérios teóricos sugeridos por Foucault em estudos espaciais. Tais critérios direcionam a análise crítica para os espaços diferenciados das sociedades, as *heterotopias*, que são ‘contraposicionamentos’, lugares que estão em constante tensão com os posicionamentos ‘normais’. No caso específico da literatura, as heterotopias são tanto as reais quanto as ficcionais, na forma de representações dentro do discurso literário. Segundo Foucault, as áreas do saber humanístico que desejam estudar as heterotopias poderiam se chamar *Heterotopologias*. Para demonstrar a proposta de mudança metodológica em termos práticos, esta tese realiza na sua parte final uma análise *heterotopológica* de duas obras literárias que se caracterizam por ter o espaço com elemento de grande relevância em suas narrativas: *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e *O Coração das Trevas* (1902), de Joseph Conrad.

Palavras-chave: Literatura comparada. Michel Foucault. Método. Heterotopologia. Heterotopia. Espaço.



## ABSTRACT

In "Of Other Spaces" (1967), Michel Foucault observes that since the nineteenth century the humanities have used excessively historical methods in their studies. According to aforementioned thinker, our present times would be better understood by the human sciences by means of a spatial perspective, because we live in an epoch of real time information flux, in which the simultaneity of events and the suppression of frontiers, as results of the globalization, distort any timely notion – a notion that was overly diffused in Western understanding in other epochs. (Cf. FOUCAULT, 2001, p. 411). My doctorate thesis proposes to attest that comparative literature can contribute to a methodological change in humanities by adopting Foucault's theoretical criteria in spatial studies. Such criteria directs the critical analysis to the differentiated spaces of society, the *heterotopias*, that are 'counterpositions', places that are in continual tension with 'normal' positions. In the case of literature, the heterotopias are both the real and the fictional ones, in the shape of representations inside literary discourse. According to Foucault, the fields of humanistic knowledge that want to study the heterotopias could be called *Heterotopologies*. In order to demonstrate the proposal of methodological change in practical terms, The present thesis applies, in its final part, a heterotopological analysis of two literary works, that have the space as an important feature from their narratives: *Os Sertões* (1902), written by Euclides da Cunha, and *Heart of Darkness* (1902), by Joseph Conrad.

Keywords: Comparative literature. Michel Foucault. Method. Heterotopology. Heterotopia. Space.

## SUMÁRIO:

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1</b>	<b>CRÍTICA DA HISTÓRIA</b> .....	22
<b>2</b>	<b>A LITERATURA NO PENSAMENTO DE FOUCAULT</b> .....	39
<b>3</b>	<b>UM APÓLOGO DA GEOGRAFIA</b> .....	55
3.1	<b>Geografia: definição e problematização</b> .....	56
3.2	<b>A Geopolítica</b> .....	60
3.3	<b>Reorientação Teórica da Geografia</b> .....	62
3.4	<b>Conclusão: uma heterotopia chamada Geografia Cultural</b> .....	68
<b>4</b>	<b>UTOPIAS, DISTOPIAS E HETEROTOPIAS</b> .....	71
4.1	<b>Utopia</b> .....	72
4.2	<b>Distopia</b> .....	76
4.3	<b>As Heterotopias de Foucault</b> .....	80
<b>5</b>	<b>A LITERATURA COMPARADA COMO HETEROTOPOLOGIA</b> .....	86
<b>6</b>	<b>OS SERTÕES EM PERSPECTIVA HETEROTOPOLÓGICA</b> .....	100
<b>7</b>	<b>O CORAÇÃO DAS TREVAS EM PERSPECTIVA HETEROTOPOLÓGICA</b> ..	123
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	140
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	146
	<b>ANEXO – <i>The Hollow Men</i></b> .....	157

# Introdução

Na última década do século XX, vários estudiosos da literatura, como Edward Said e Edward Soja (Estados Unidos), Françoise Lionnet (Canadá) e Franco Moretti (Itália) propuseram uma mudança: que as análises e pesquisas das humanidades deixassem de usar uma perspectiva (excessivamente) histórica e passassem a adotar uma que fosse mais geográfica ou espacial. Essa proposta de mudança de perspectiva foi decisivamente influenciada pelas idéias do pensador francês Michel Foucault (1926–1984). No texto “Outros Espaços” (extraído de uma conferência no Círculo Francês de Estudos Arquitetônicos realizada em 1967), Foucault observou o seguinte:

A grande mania que obcecou o século XIX foi, como se sabe, a história: temas do desenvolvimento e da estagnação, temas da crise e do ciclo, temas da acumulação do passado, grande sobrecarga de mortos, resfriamento ameaçador do mundo. É no segundo princípio de termodinâmica que o século XIX encontrou o essencial dos seus recursos mitológicos. A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. Talvez se pudesse dizer que certos conflitos ideológicos que animam as polêmicas de hoje em dia se desencadeiam entre os piedosos descendentes do tempo e os habitantes encarniçados do espaço<sup>1</sup>.

O crítico literário norte-americano (nascido em Jerusalém<sup>2</sup>) Edward Said (1935-2003) ratifica a teoria de Foucault, afirmando que a tendência ao historicismo continuou forte também no século XX, e tal fato prejudica a construção de um saber mais abrangente sobre as relações sociais. “Tão inflexivelmente hegemônico tem sido este historicismo da consciência teórica que ela tende a obstruir uma sensibilidade crítica comparável à espacialidade da vida social, uma consciência teórica prática que vê o mundo da vida como estar criativamente localizado não apenas na formação da história, mas também na construção das geografias humanas, a produção social do espaço e a formação e reforma de paisagens

---

<sup>1</sup> FOUCAULT (2001), p. 411

<sup>2</sup> Na época de seu nascimento, a cidade de Jerusalém integrava o Mandato Britânico da Palestina.

geográficas: o ser social ativamente localizado no espaço e tempo em uma contextualização explicitamente histórica e geográfica.”<sup>3</sup>

Franco Moretti considera o estudo da literatura em conjunto com a geografia de suma importância. Ele escreve em *Atlas do Romance Europeu* (2003): “(...) a geografia não é um recipiente inerte, não é uma caixa onde a história cultural “ocorre”, mas uma força ativa, que impregna o campo literário e o conforma em profundidade. Tornar explícita a ligação entre geografia e literatura, portanto, – mapeá-la: porque um mapa é exatamente isso, uma ligação que se torna visível – , nos permitirá ver algumas relações significativas que até agora nos escaparam.”<sup>4</sup> Penso que as “relações significativas” da geografia, citadas por Franco Moretti, são consideradas por Foucault como relações de posicionamentos, pois o filósofo francês afirma: “Estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos. (...) Vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos”<sup>5</sup>.

As relações sociais, para Foucault, são essencialmente relações de poder. É de grande importância o estudo dos espaços em que ocorrem estas relações de poder, pois Foucault afirma em um outro texto, intitulado “Space, Power and Knowledge” (1993), que “o espaço é fundamental em qualquer forma de vida comunitária; espaço é fundamental em qualquer exercício de poder”.<sup>6</sup>

O papel pioneiro de Foucault em uma mudança de perspectiva histórica para geográfica na crítica cultural é assinalado por Edward Soja no artigo “History: Geography: Modernity” (1993), no qual ele afirma que a hermenêutica crítica ainda está envelopada em uma narrativa-mestra temporal, em uma imaginação histórica, mas comparavelmente ainda não geográfica. Portanto, para Soja, o olhar revelador de Foucault para os últimos cem anos, continua a se aplicar hoje. O espaço continua a ser tratado como fixo, morto, não-dialético; o tempo, como riqueza, vida, dialética, o contexto revelador para a teorização social crítica.<sup>7</sup>

No século XX, a disciplina de *geografia humana* foi desenvolvida para estabelecer as relações entre o mundo geográfico e as diversas atividades humanas

<sup>3</sup> SAID (1995), p. 136 – tradução minha.

<sup>4</sup> MORETTI (2003), p. 13.

<sup>5</sup> FOUCAULT (2001), p. 413-414.

<sup>6</sup> FOUCAULT (1993), p. 168 (tradução minha).

<sup>7</sup> SOJA (1993), p. 137 (tradução minha).

que ocorrem nos espaços, como as econômicas, políticas e *culturais*.<sup>8</sup> Sendo a obra literária uma inegável manifestação cultural situada no tempo e no espaço, inclui-se no rol de artefatos culturais que são objeto de estudo de uma subdivisão da geografia humana, conhecida por *geografia cultural*, que pode ser definida como um campo de estudos que analisa as relações espaciais que influenciam e são influenciadas por um conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores desenvolvidos nesses espaços.<sup>9</sup> Tal campo de estudos geográficos parece ser o mais apropriado para se associar à literatura comparada numa proposta de elaboração de um método para a *heterotopologia*, e merece um capítulo próprio nesta tese.

Alguém poderia naturalmente perguntar como a literatura comparada, inserida no amplo contexto dos estudos das humanidades, pode contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva mais voltada para questões espaciais. Françoise Lionnet sugere que, através de estudos comparativos entre literaturas de diferentes nacionalidades, pode-se obter uma maior compreensão das práticas culturais e discursivas, e das relações de influência e poder das diversas localidades de nosso mundo globalizado. Ela escreve que não é mais possível (se é que já foi) considerar as tradições da Europa isoladamente. Para a pesquisadora canadense, devemos pensar que é precisamente no entrelaçamento de tradições, línguas e perspectivas que são oferecidas as avenidas mais ricas para o trabalho arqueológico que velhos e novos “campos de discurso” oferecem juntos. Portanto, nenhuma literatura deveria ser vista como “exótica” (uma classificação eurocêntrica) se o propósito do pesquisador é conseguir um melhor entendimento das redes de influência e poder, atração e sedução, liberdade e liberação, sem mencionar contenção e subversão, que ligam o local ao global, as antigas colônias às suas metrópoles, e finalmente, várias manifestações locais de culturas reciprocamente relacionadas.<sup>10</sup>

É interessante observar que Lionnet usa o termo “trabalho arqueológico” para abordar o estudo comparativo das diferentes literaturas em uma perspectiva transnacional. Obviamente, ela se refere ao método arqueológico que é desenvolvido por Foucault no livro *A Arqueologia do Saber* (originalmente escrito em 1969). A possibilidade de aplicar o método arqueológico em estudos comparativos é

---

<sup>8</sup> Cf. GREGORY (1996), p. 21. A importância da geografia humana para os estudos literários é analisada com mais detalhes no terceiro capítulo desta tese.

<sup>9</sup> Cf. CORRÊA e ROSENDAHL (2003), P. 13.

<sup>10</sup> Cf. LIONNET (1995), p. 171.

plausível em linhas gerais, pois o próprio Foucault se refere à análise arqueológica como um método comparativo:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não tem calendário, relaciona-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral. Bem diferente, ainda nisto, das descrições epistemológicas ou “arquitetônicas” que analisam a estrutura interna de uma teoria, o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco. [...]

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, *uma* ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador.<sup>11</sup>

Se o método arqueológico de Foucault é apropriado ou não para a proposta de criação de um estudo sistemático das relações de posicionamentos em diferentes espaços dentro do campo disciplinar da literatura comparada será objeto de análise do segundo capítulo desta tese.

Os trabalhos teóricos que analisam a literatura em perspectiva geográfica parecem se ater a aspectos puramente pictóricos ou cartográficos, fato que atenua muito a relevância da perspectiva espacial em estudos literários<sup>12</sup>. Portanto, talvez faltasse um teórico que indicasse quais aspectos seriam mais relevantes na perspectiva geográfica. Considero que Michel Foucault é o pensador que pode contribuir de maneira efetiva para isso, delimitando o *tipo especial* de espaço a ser considerado em pesquisas. Esta tese propõe-se a levantar as idéias para a elaboração de uma metodologia de pesquisa comparatista que utilize as obras literárias como fonte cultural de análise das relações entre espaços específicos e os grupos sociais que interagem nesses locais singulares. Esses espaços diferenciados têm uma importância especial para Foucault e são denominados por ele de *heterotopias*. Foucault define as heterotopias com as seguintes palavras:

Há, [...], e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros

<sup>11</sup> FOUCAULT (2002), p. 180-3.

<sup>12</sup> Cf. DIMAS (1994), p. 7-9.

posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias.<sup>13</sup>

Para Foucault, essas heterotopias são o ambiente privilegiado para a análise dos fenômenos sócio-culturais, em uma espécie de “micro-sociologia”<sup>14</sup>, pela constante “tensão” de forças que os posicionamentos reais mantêm com elas. Mas como são identificadas as heterotopias? Foucault deixou essa questão em aberto, não delimitando as heterotopias. Citou alguns exemplos, que mais parecem projeções metafóricas, como o asilo, o cemitério, a ilha, o ambíguo espelho (pois é uma espécie de utopia e heterotopia ao mesmo tempo – espaço real e espaço aparente em simultaneidade) e o barco. Penso que Foucault deve ter deixado a definição de heterotopia apenas parcialmente delineada por um motivo especial: ele queria que uma (ou várias) área(s) de estudo se encarregasse(m) da definição e sistematização mais completas das heterotopias. Para tanto, Foucault sugere a criação de uma *heterotopologia*, com a incumbência de pesquisar as diversas manifestações sociais que são deflagradas nesses espaços especiais. Ele propõe, em “Outros Espaços”:

Quanto às heterotopias propriamente ditas, como se poderia descrevê-las, que sentido elas têm? Seria possível supor, não digo uma ciência porque é uma palavra muito depreciada atualmente, mas uma espécie de descrição sistemática que teria por objeto, em uma dada sociedade, o estudo, a análise, a descrição, “leitura”, como se gosta de dizer hoje em dia, desses espaços diferentes, desses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos; essa descrição poderia se chamar heterotopologia. Primeiro princípio é que provavelmente não há uma única cultura no mundo que não se constitua de heterotopias. É uma constante de qualquer grupo humano. Mas as heterotopias assumem, evidentemente, formas que são muito variadas, e talvez não se encontrasse uma única forma de heterotopia que fosse absolutamente universal.<sup>15</sup>

Na citação acima, Foucault define a heterotopia como “uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos”. Penso que isto autoriza indiretamente a possibilidade de estudo das heterotopias por intermédio da análise de obras literárias (tal proposta será analisada em seus pormenores no

---

<sup>13</sup> FOUCAULT (2001), p. 415.

<sup>14</sup> RAJCHMAN, (2000), p. 85.

<sup>15</sup> FOUCAULT (2001), p. 415-6.



quinto capítulo desta tese), visto que a obra ficcional pode transitar livremente entre o 'mítico' e o 'real', referidos pelo filósofo francês.

Os estudos comparativos em literatura, para mim, têm plenas condições para analisar determinadas relações entre espaço e sociedade como uma *heterotopologia*. O seu objeto de estudo é o *espaço* diferenciado que é exposto nas obras literárias, e nessas obras será feita a “leitura” e análise das heterotopias, a análise das relações humanas nesses espaços diferentes (míticos ou reais) que são a contestação do espaço ‘normal’ em que vivemos e nos relacionamos. E, ao analisar esses espaços diferentes, encontramos os elementos necessários para melhor compreender as relações de posicionamentos dos indivíduos e grupos sociais.

Diversos teóricos da literatura vêem as obras como elementos significativos para o estudo das relações sociais. René Wellek afirma, em *Teoria da Literatura* (1971), que “a literatura é uma instituição *social* que utiliza, como meio de expressão específico, a linguagem – que é criação social. (...) Acresce que a literatura “representa” a “vida”: e a vida é, em larga medida, uma realidade social, não obstante o mundo da Natureza e o mundo interior ou subjetivo do indivíduo terem sido, também, objeto de imitação literária<sup>16</sup>” (grifo meu). Antonio Candido, na obra *Literatura e Sociedade* (terceira edição publicada originalmente em 1972), explica que a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma *práxis* socialmente condicionada<sup>17</sup>, em que a obra literária representa relações sociais de ajustamento ao espaço no qual as pessoas estão inseridas (Candido utiliza em seu livro a expressão “meio físico” ao invés de “posicionamento” ou “espaço”).

Esta tese tem como objetivo principal traçar linhas gerais para o desenvolvimento de elementos teóricos que visam à elaboração de uma heterotopologia a partir dos estudos comparativos em literatura, utilizando as heterotopias (os “espaços diferenciados”) identificadas em certas obras literárias como objetos de estudo. Como conseqüência, penso ser também possível descrever de maneira mais pormenorizada o conceito de heterotopia para as obras literárias, a partir do conceito que Foucault criou, mas não detalhou, apoiando-se também no fato de que a teoria em questão foi elaborada numa época em que o pensamento de

---

<sup>16</sup> WELLEK (1971), p. 117.

<sup>17</sup> Cf. CANDIDO (2000), p. 49.

Foucault encontrava-se intensamente articulado com as obras literárias e as formas do discurso literário.<sup>18</sup>

As obras escolhidas nesta tese para o referido estudo heterotopológico em literatura comparada são duas, uma brasileira e outra inglesa: *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e *O Coração das Trevas* (título original: *Heart of Darkness* – 1902), de Joseph Conrad.

*Os Sertões* foi escolhido para estudo em virtude da singular característica de amalgamar o texto literário com o jornalístico (o representativo e o documental), trabalhando uma heterotopia que é emblemática para o estudo proposto em meu projeto: a região de Canudos, que foi um grande espaço de contestação dos posicionamentos legitimados da sociedade na recém-proclamada República, sob o governo do primeiro presidente civil (Prudente de Moraes) após dois marechais, no final do século XIX. A referência sócio-geográfica é marcante em toda a obra, como no seguinte fragmento:

Quando se tornou urgente pacificar o sertão de Canudos, o governo da Bahia estava a braços com outras insurreições. A cidade de Lençóis fora investida por atrevida malta de facínoras, e as suas incursões alastravam-se pelas Lavras Diamantinas; o povoado de Barra de Mendes caíra às mãos de outros turbulentos; e em Jequié se cometiam toda a sorte de atentados.

O mal era antigo.

O trato do território que recortam as cadeias de Sincorá até as margens do São Francisco, era, havia muito, dilatado teatro de tropelias às gentes indisciplinadas do sertão.

Opulentada de esplêndidas minas, aquela paragem, malsina-a a própria opulência. Procuram-na há duzentos anos irrequietos aventureiros ferroteados pelo anelo de espantosas riquezas, e eles, esquadrinhando afanosamente os flancos das suas serranias e as nascentes dos rios, fizeram mais do que amaninhar a terra com a ruína das catas e o indumento áspero das grupiarias: legaram à prole erradia e, de contágio, aos rudes vaqueiros que os seguiram, a mesma vida desenvolva e inútil livremente expandida na região fecunda, onde por muitos anos foram moedaa corrente o ouro em pó e o diamante bruto.

De sorte que sem precisarem despertar pela cultura as energias de um solo em que não se fixam e atravessam na faina desnorteada de faiscadores, conservaram na ociosidade turbulenta a índole aventureira dos avós, antigos fazedores de desertos. E como, a pouco e pouco, se foram exaurindo os cascalhos e afundando os veeiros, o banditismo franco impôs-se-lhes como derivativo à vida desmandada.<sup>19</sup>

*O Coração das Trevas* foi escolhido por ambientar-se em uma região que pode ser considerada uma grande heterotopia (o antigo Congo belga), cujo acesso é marítimo (realizado por meio de outro elemento heterotópico: o barco). Há, ainda, várias questões sócio-econômicas envolvidas: o imperialismo europeu e o conflito colonial, a tensão da exploração do homem pelo homem, as referências à

<sup>18</sup> Cf. MACHADO (2001), p. 23.

<sup>19</sup> CUNHA (2000), p. 183.

geopolítica mundial da virada do século XIX para o XX etc. Nesta obra, o espaço é indiscutivelmente um dos protagonistas:

Subir aquele rio era como viajar de volta aos primórdios do mundo, quando a vegetação luxuriante crescia sobre a Terra e as grandes árvores imperavam. Um rio deserto, um grande silêncio, uma floresta impenetrável. O ar era quente, denso, pesado, preguiçoso. Não havia alegria no brilho do sol. Os longos trechos do rio se estendiam, desertos, para as trevas das sombras distantes. Em bancos de areia prateados, hipopótamos e aligátors tomavam sol lado a lado. As águas alargadas corriam por entre um amontoado de ilhas cobertas de mato; você perdia o rumo naquele rio como perderia num deserto, trombando o tempo todo com bancos de areia na tentativa de encontrar o canal, até achar que estava sob um feitiço e privado para sempre de tudo que havia conhecido um dia, em algum lugar – longe, em outra existência, talvez. Havia momentos em que o passado voltava à lembrança como acontece, às vezes, quando você dispõe de um momento para se ocupar de si, mas ele chegava na forma de um sonho agitado e barulhento, lembrado com espanto entre as realidades opressivas deste mundo estranho de plantas, água e silêncio. E essa placidez de vida não tinha a menor semelhança com uma paz. Era a placidez de uma energia impiedosa pairando sobre um desígnio inescrutável. Ela olhava para você com um aspecto vingativo. [...] [T]inha que ficar atento aos sinais de galhos secos que poderiam ser cortados durante a noite para o vapor do dia seguinte. Quando você tem que se preocupar com essas coisas, os meros incidentes da superfície, a realidade – a realidade, eu digo a vocês – vai se apagando. A verdade interior se oculta – felizmente, felizmente. Mas eu sentia mesmo assim; sentia com frequência a sua placidez misteriosa, observando minhas travessuras como observa vocês, rapazes, se apresentando nas respectivas cordas-bambas por... quanto? Meia coroa um tombo.<sup>20</sup>

O desenvolvimento de uma metodologia em literatura comparada é, a meu ver, o grande desafio do pesquisador. De acordo com René Wellek: “O sinal mais sério do estado precário de nossas pesquisas [em literatura comparada] reside no fato de que ainda não se foi capaz de estabelecer um objeto de estudo distinto e uma metodologia específica”.<sup>21</sup> Estabelecer uma proposta metodológica em uma tese que tem por base uma teoria que foi apenas sugerida em linhas gerais, como é o caso da heterotopologia de Foucault, se torna uma tarefa ainda mais desafiadora. Espero que meu trabalho resulte numa contribuição consistente ao legado teórico desse grande pensador do século XX, e numa perspectiva mais dinâmica e prolífica para a literatura comparada em conjunto com outras humanidades.

---

## Referências bibliográficas da introdução:

<sup>20</sup> CONRAD (2002), p. 54-5.

<sup>21</sup> WELLEK (1994), p. 108.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas*. Tradução e posfácio de Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2002.

COUTINHO, Eduardo e CARVALHAL, Tânia F. (org.) *Literatura Comparada – Textos Fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 2000.

DIMAS, Antonio. *Série Princípios vol. 23: Espaço e Romance*. São Paulo: Ática, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber* (6ª ed.). Trad.: Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. “Outros Espaços”. In: - - - . *Ditos e Escritos – Vol. III*. Trad.: Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. “Sobre a Geografia”. In: - - - . *Microfísica do Poder*. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. “Space, Power and Knowledge”. In: DURING, Simon (ed.). *The Cultural Studies Reader*. London & NY: Routledge, 1993.

GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham (org.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Trad.: Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LIONNET, Françoise. “Spaces of Comparison”. In: BERNHEIMER, Charles (ed.). *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Baltimore & London: The John Hopkins U. Press, 1995.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a Filosofia e a Literatura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu: 1800 – 1900*. Trad. Sandra G. Vasconcellos. São Paulo: Boitempo, 2003.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada – História, Teoria e Crítica*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

RAJCHMAN, John. “Foucault Pragmático”. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e PORTOCARRERO, Vera (org.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

SAID, Edward. “Foucault and the Imagination of Power”. In: HOY, David C. (ed.) *Foucault: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

SOJA, Edward. "History: Geography: Modernity". In: DURING, Simon (ed.). *The Cultural Studies Reader*. London & NY: Routledge, 1993.

WELLEK, René e WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 2ª ed. Trad.: José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

WELLEK, René. "A Crise da Literatura Comparada". In: COUTINHO, Eduardo e CARVALHAL, Tânia F. (org.) *Literatura Comparada – Textos Fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

## **Capítulo 1:**

# **Crítica da História**

Este primeiro capítulo procura tratar de dois assuntos: primeiro, problematizar o papel da História nas ciências humanas nos dois últimos séculos; segundo, fazer uma breve análise da relevância de Foucault como '*pensador histórico*' – fato que reforçaria a legitimidade de sua postura crítica ao método de pesquisa das humanidades que, segundo ele, é demasiado historicista. Uso aqui o termo '*pensador histórico*' para evitar controvérsias, já que classificá-lo como historiador seria algo problemático – a forma idiossincrática de Foucault trabalhar com a história impossibilita qualquer tentativa de enquadrá-lo em uma posição formal (ou acadêmica) de historiador.

Para elaborar uma crítica consistente aos excessos do pensamento histórico nos últimos dois séculos, usarei as reflexões de alguns pensadores, dentre os quais destaco Friedrich Nietzsche, Vilém Flusser e Michel Foucault, sobre dois assuntos que estão inter-relacionados: o primeiro deles é um questionamento a respeito do *historicismo* nas diversas áreas do saber que pertencem ao grande conjunto denominado '*humanidades*', onde obviamente também se inclui a literatura comparada. O segundo, um "quase-consenso" desde a época em que Nietzsche produziu suas obras filosóficas, de que a História precisa ser revista, refletida e atualizada para servir de forma mais apropriada aos pesquisadores em ciências humanas e também para adequar-se, segundo o próprio Foucault e outros pensadores contemporâneos, à situação atual (da segunda metade do século XX em diante), na qual a informação é captada e transmitida instantaneamente, sendo fortemente calcada na imagem e ocorrendo em nível mundial, com a supressão de fronteiras nacionais, culturais e comerciais.

Uma revisão crítica do papel da História na cultura ocidental tornou-se questão, a meu ver, de extrema importância. Tanto pela percepção, desde a segunda metade do século XIX, da suspeitosa ubiqüidade do método histórico nas análises dos objetos de estudos das humanidades, quanto pela conseqüente negligência com que são tratadas outras possibilidades de análise. Em outras palavras, as humanidades estão presas a um excesso de perspectiva histórica, a um *historicismo* que limita a própria expansão e aprimoramento dessas áreas de estudo enquanto campos teóricos. Embora hoje em dia possa parecer estranho este tipo de

preocupação na área de estudos do comparativismo em Literatura, considero viável que as Letras possam indicar alguns caminhos para a execução da tarefa de analisar criticamente a História, visto que esta última, em termos acadêmicos, “nasceu” no seio da primeira. Até o século XVI, eram os literatos das universidades que se encarregavam de estudar os escritos históricos. De acordo com Arnaldo Momigliano, os cursos universitários de história mais antigos na Europa foram criados no século XVI, quando as cátedras de letras das universidades de Göttingen (na Alemanha) e de Leiden (na Holanda) foram divididas em duas disciplinas diferentes, refletindo e instituindo a distinção que foi percebida na época entre letras e história<sup>22</sup>.

Talvez o motivo do rápido e intencional distanciamento da História em relação às Letras (a partir de seu desmembramento acadêmico) e em direção ao discurso filosófico seja o incômodo de a História ter sua origem entre os literatos. Pois o estudo desses últimos está primordialmente ligado à escrita como *representação* dos homens e das sociedades. Wlad Godzich e Nicholas Spadaccini observam que o discurso do *historiador* cresceu mais distante de seu solo original nas *letras*, e o historiador tem feito isso concentrando-se em apenas um aspecto do seu aparato comunicacional formal – o referente, ou o que os historiadores têm tradicionalmente chamado de ‘os fatos’ – às custas (ou detrimento) dos outros aspectos do discurso, e mais notavelmente do “Addressee”, que é o leitor<sup>23</sup>.

O caminho que a disciplina acadêmica de história tomou, ao se desmembrar das letras para desenvolver um perfil próprio (mas, principalmente, para se distanciar do objeto de estudo dos literatos – os relatos) foi o de se ligar mais acentuadamente à filosofia. Porém, a inserção da história na filosofia firmou-se, a meu ver, de maneira problemática, pela seara da *metafísica*. Isso ocorreu principalmente em função da obra *Phänomenologie des Geistes (A Fenomenologia do Espírito - 1807)* de Georg W. F. Hegel (1770–1831). Esta obra, em seu registro psicológico, já fala da história como a evolução consciente, automediadora, do Espírito, através da sucessão de suas formas temporais, até ser alcançada a meta do autoconhecimento absoluto<sup>24</sup>. E na obra *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte (Conferências sobre a Filosofia da História)*, Hegel afirma que a efetivação da

---

<sup>22</sup> GODZICH (1994), p. 55.

<sup>23</sup> Cf. GODZICH (1994), p. 56.

<sup>24</sup> Cf. ANDERSON (1992), p. 16.



liberdade é a meta final visada pelo processo histórico mundial... “[O] qual só se concretiza e se cumpre como o que é constante em meio à incessante mudança de eventos e condições, e o seu princípio efetivo<sup>25</sup>”. É interessante atentar para o fato de que a História não é a instância fundamental da filosofia de Hegel, mas sim o *Espírito* – e a História é apenas um lado de sua dicotomia, sendo o outro lado a natureza; a superação da divisão entre as duas foi concebida como um resultado da evolução do Espírito<sup>26</sup>. O termo ‘espírito’ é bastante vago. Segundo Japiassú e Marcondes, o espírito é, em Hegel, absolutamente primeiro, é a verdade da natureza; é a idéia que chegou ao “ser-para-si” (Deus); ao se interiorizar a natureza, que é o ser-fora-de-si, desenvolve-se na sociedade a transmissão do *espírito subjetivo* (alma, consciência, fatos psíquicos) ao *espírito objetivo* (direito, costumes, moralidade) e desses dois ao maior deles, o *espírito absoluto* (através da arte, da religião) a fim de chegar à filosofia, que é para Hegel a forma última na qual se unem a arte (representação sensível) e a religião<sup>27</sup>.

Ao perceber que a história ficou sobrevalorizada no século XIX, com a formulação de uma concepção metafísica para justificar a posição central desse saber dentro das humanidades, Friedrich Nietzsche (1844–1900) elabora aquela que talvez seja a primeira crítica ao historicismo nos termos em que esta tese se baseia: a *Segunda Consideração Intempestiva* – também conhecida em português como a segunda das *Considerações Extemporâneas (Unzeitgemässe Betrachtungen)* – escrita entre os anos de 1873 e 1874. Nietzsche explicita sua postura contundentemente anti-hegeliana em várias partes da *Segunda Intempestiva*. Ele afirma que a filosofia hegeliana só prejudicou a cultura alemã, ao nomear a história como único poder soberano a reger o caminhar dos povos, retirando da arte e da religião as suas forças naturais no processo de formação das culturas<sup>28</sup>. Nietzsche também afirmou que Hegel “recriou Deus” através da história, ironizando o exagero de Hegel em ter posto a história no patamar mais elevado do entendimento humano, ou seja, ao indicar a história como “tribunal do mundo”, o “conceito que realiza a si próprio”, a força motriz da “dialética do espírito dos povos”.<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> Idem, p. 17.

<sup>26</sup> Idem, p. 18.

<sup>27</sup> Cf. JAPIASSÚ (1998), p. 89.

<sup>28</sup> Cf. NIETZSCHE (2003), p. 71

<sup>29</sup> Idem (2003) p. 72.

Marco Antônio Casanova explica, em seu livro *O Instante Extraordinário*, que esse ataque à concepção hegeliana de história na *Segunda Intempestiva* faz parte de um projeto maior de Nietzsche, que é o da superação da metafísica como fio condutor da filosofia nietzscheana. Para Casanova, a tradição metafísica ou a história da filosofia ocidental perfazem o passado do pensamento. A superação da metafísica é, assim, caracterizada por uma relação singular com o passado da filosofia. Se quisermos tornar apreensível o fato de a superação da metafísica ser o fio condutor da filosofia de Nietzsche, então é preciso perguntar qual seria a postura fundamental de Nietzsche ante o passado metafísico da filosofia; qual seria a natureza de sua relação com a tradição. No exercício de uma crítica incisiva à tendência moderna de supervalorização do saber histórico (a já citada propensão ao historicismo), uma tendência especificamente exacerbada pelos desdobramentos teóricos da obra filosófica de Georg Hegel no século XIX, Nietzsche se vê diante da necessidade de refutar os exageros hegelianos e determinar os limites deste saber<sup>30</sup>.

A crítica de Nietzsche ao excesso de ênfase na história perpassa toda a sua *Segunda Intempestiva*, e ele propõe as atitudes ‘a-histórica’ e ‘supra-histórica’ como soluções para o problema do historicismo no pensamento de sua época. Metaforicamente, a postura ‘histórica’, para Nietzsche, é uma doença que acomete a vida, cujo tratamento eficaz encontra-se nas posturas ‘a-histórica’ e ‘supra-histórica’. A vida, segundo Nietzsche, está enferma de muitos males, mas especialmente da “doença histórica” – com o excesso de história, a vida já não sabe mais se servir do passado como um alimento poderoso. Os antídotos contra o veneno histórico são: o “a-histórico” – a arte e a força de poder esquecer e de se inserir em um horizonte limitado; e o “supra-histórico” – os poderes que desviam o olhar do vir a ser e o dirigem ao que dá à existência o caráter de eterno e do estável em sua significação – a arte e a religião<sup>31</sup>.

Depois que Nietzsche fez a mais importante crítica da história no final do século XIX, talvez Raymond Aron (1905–1983) e Alexandre Kojève (1902–1968) sejam os críticos mais relevantes da história na primeira metade do século XX. Ambos receberam de maneira decisiva a influência de Martin Heidegger (1889–1962) em suas formações, mas conceberam suas críticas da História de forma bem

---

<sup>30</sup> CASANOVA (2003), p. 3-4.

<sup>31</sup> NIETZSCHE (2003), p. 94-95.

diferente. Aron escreveu em Paris sua *Introduction à la Philosophie de L'histoire* (*Introdução à Filosofia da História* – 1938) e outros escritos, onde afirmava que o historiador não podia escapar ao perigo de substituir as realidades concretas do passado por suas preferências pessoais, a menos que pressupusesse um padrão comum entre elas como “inevitável vocação na natureza do homem e da mente”.<sup>32</sup>

Alexandre Kojève, filósofo russo que passara seus anos de formação na Alemanha, além de absorver o impacto da filosofia de Heidegger, foi mediado pela influência de Marx e chegou a uma interpretação de Hegel que serviu de base para sua concepção crítica da história. Kojève, em seu livro *Introduction à la Lecture de Hegel* (*Introdução à Leitura de Hegel* – 1947), argumentou que Hegel tinha, de fato, afirmado o fim da história, em perfeita concordância com a estrutura de sua filosofia e a lógica da modernidade – e tinha identificado a chegada do fim da história com o Primeiro Império de Napoleão. O que a vitória de Napoleão em Iena tinha representado para Hegel, sustentou Kojève, era o advento de um “Estado universal e homogêneo”.<sup>33</sup> Mas Kojève também inferiu que o cronograma de Hegel precisava de um ajustamento, pois ele calculara mal a hora do fim da história, já que Napoleão não o tinha então consumado. O Estado universal e homogêneo apenas germinara em Iena e mais de um século depois ainda estava longe da fruição. A ordem política que Hegel previra para o Primeiro Império não era uma realidade estabelecida, mas apenas um ideal que requeria a prévia existência da negatividade de uma ação em curso. O “Estado perfeito” ainda era um projeto, uma potencialidade, não havia se realizado de fato.<sup>34</sup>

As definições de história que foram elaboradas ao longo dos séculos são inúmeras, só que, até o século XIX, muito pouco inovadoras em relação às dos gregos e latinos (que foram retomadas pelos teólogos escolásticos e filósofos modernos)<sup>35</sup>. No livro *Combats pour l'histoire* (*Combates pela História* – 1953), escrito por Lucien Febvre (1878–1956), verificamos uma tendência à inserção teórica da história em outras áreas do saber. No referido livro, Febvre concluiu que a história é uma ciência do homem; ciência da perpétua mudança das sociedades

---

<sup>32</sup> ANDERSON (1992), p. 54.

<sup>33</sup> Idem, p. 57.

<sup>34</sup> Cf. ANDERSON (1992), p. 58.

<sup>35</sup> Cf. HOLANDA (1992), p. 5759.

humanas, do seu reajustamento perpétuo e necessário a novas condições de existência material, política, moral, religiosa e intelectual<sup>36</sup>.

Percebe-se, então, que a partir do século XIX procura-se uma reorientação e ampliação desse saber que, conseqüentemente, o leva a inserir-se em outras ciências (mais especificamente nas humanidades). Prova disso é que, no mesmo livro, Febvre escreve o seguinte, obscurecendo as fronteiras outrora nítidas entre a história e as ciências sociais: “História, ciência do passado, ciência do presente<sup>37</sup>”.

Um pensador que ilustra bem essa tendência em fazer a história ‘aglutinar’ outras ciências e humanidades é Benedetto Croce (1866–1952). Em sua obra *Teoria e Storia della Storiografia (Teoria e História da Historiografia – 1917)*, ele distinguiu, de maneira precisa, a história e a crônica. Esta não passa de relato, que se transforma em história graças a uma verdadeira catarse do historiador. O passado torna-se-lhe, então, contemporâneo. O conhecimento histórico expressa-se mediante juízos (lógicos) nos quais o sujeito, individual, é o fato histórico, e o predicado, universal, é constituído por um conceito filosófico, que dá validade a cada juízo. Desse modo, ele afirma estar dentro de nós o “crisol”, no qual o certo se converte no verdadeiro e a filologia, unindo-se à filosofia, produz a história<sup>38</sup>.

De acordo com Croce, a história também é elemento teórico fundamental para a literatura comparada. No seu texto “La “letteratura comparata””<sup>39</sup> (“A “Literatura Comparada””), publicado originalmente em 1949, ao refletir sobre o método a ser aplicado em literatura comparada, Croce só faz menção ao estudo comparativo de literatura através de um prisma histórico: ao inferir que o método comparativo também é aplicável à história literária<sup>40</sup>, ao chamar a literatura comparada de “história comparada da literatura”<sup>41</sup> (adotando a denominação criada por Louis Paul Betz), e ao afirmar que o modo correto de compreender a literatura comparada (com o nome de ‘história comparada da literatura’) é “o [modo] verdadeiramente histórico e explicativo”<sup>42</sup>.

A lista de nomes de estudiosos que relacionam, de maneira similar a Benedetto Croce, a literatura comparada com o método histórico é extensa, mas não

---

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> Cf. HOLANDA (1992), p. 5759.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Cf. COUTINHO e CARVALHAL (1994), p. 60-64.

<sup>40</sup> Idem, p. 61.

<sup>41</sup> Idem, p. 62.

<sup>42</sup> Idem, p. 63.

é o propósito deste capítulo fazer tal levantamento. Vale a pena lembrar que Hutcheson Macaulay Posnett, no artigo “The Comparative Method and Literature” (“O Método Comparativo e a Literatura” – 1886<sup>43</sup>) começou a definir o método comparativo tanto em termos espaciais quanto em temporais; definição que foi aceita e reforçada por Joseph Texte no artigo “Lês Études de Littérature Comparée à L'étranger et en France” (“Os Estudos de Literatura Comparada no Estrangeiro e na França”<sup>44</sup> – 1893). Porém, a partir da análise de Louis Paul Betz no texto “Critical Observations on the Nature, Function and Meaning of Comparative Literary History” (“Observações Críticas a Respeito da Natureza, Função e Significado da História da Literatura Comparada<sup>45</sup>”), escrito ainda no final do século XIX, a análise do método em literatura comparada tomou um rumo historicista que se torna o mais freqüente no meio acadêmico até hoje, salvo algumas ilustres exceções. Uma dessas exceções, à guisa de ilustração, é Cláudio Guillén, que no texto “The Aesthetics of Influence Studies in Comparative Literature” (“A Estética do Estudo de Influências em Literatura Comparada”<sup>46</sup> – 1959) menciona ser admissível no campo da literatura comparada o estudo de temas, *topoi*, arquétipos, mitos e imagens. No mesmo texto, Guillén também observa a possibilidade de estudos comparativos em literatura sob uma perspectiva totalmente *atemporal*, como, por exemplo, ao se organizar obras literárias por noções puramente estéticas<sup>47</sup>.

Paul Veyne, renomado historiador francês, também fez, no livro *Comment on écrit l'histoire* (*Como se Escreve a História* – 1971), uma reflexão sobre uma possível definição de história, na qual ele indaga qual seria o verdadeiro papel dos historiadores após o estudo dos documentos, quando aqueles realizam a “síntese” destes. Ao tentar responder à própria indagação, talvez por influência de seu contemporâneo e conterrâneo Michel Foucault, Veyne acaba por aproximar a história de seu antigo predecessor, a área dos estudos literários. Ele afirma que a história é bem menos que uma ciência do homem na sociedade ou das sociedades humanas. Remetendo aos primeiros pensadores que sucederam a Aristóteles (384–322 a.C.), Veyne afirma que a história é a *narração* de fatos reais que têm o homem como ator (ou personagem), ou seja, a história é um romance real<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> Cf. COUTINHO e CARVALHAL (1994), p. 15-25.

<sup>44</sup> Idem, p. 27.

<sup>45</sup> Idem, p. 44-59.

<sup>46</sup> Idem, p. 157.

<sup>47</sup> Idem, p. 158.

<sup>48</sup> Cf. VEYNE (1998), p. 12.

A história enquanto área do saber foi refletida nas últimas décadas do século XX por pensadores que tentam equilibrar seu verdadeiro alcance e as suas devidas restrições temáticas. Creio que Vilém Flusser (1920–1991) criou uma definição mais atualizada e delimitada do saber histórico, em sua obra *Pós-História* (1983):

O homem possui a capacidade de armazenar experiências adquiridas. E de transmiti-las. Isto é: o homem é ente histórico. Em outros termos: o homem produz, armazena e transmite informações novas. Aumenta a soma das informações disponíveis. História é isto. <sup>49</sup> [...]

A história ocidental pode ser vista enquanto jogo comunicativo que vai aplicando tais métodos de comunicação como estratégias. O propósito dessas estratégias todas é o de produzir e acumular informações novas. <sup>50</sup>

Na perspectiva do pensamento que acompanha as mudanças tecnológicas e geopolíticas da segunda metade do século XX, de acordo com o filósofo Vilém Flusser, vive-se em um período no qual a história encontra-se em crise, pois os elementos que tradicionalmente formulavam a história estão defasados em relação aos novos sistemas de informação global. Flusser, ainda no livro *Pós-História*, afirma que os “*media*” se apresentam como comunicação “pós-histórica”, se considerarmos a linearidade como estrutura da história. Os múltiplos meios de comunicação simultânea da modernidade são “caixas pretas” que têm a história por *input*, e a pós-história por *output*. Os “*media*” são programados para transformar os códigos de história em códigos de pós-história, eles transformam eventos em programas. Os discursos tradicionais (“teatrais” e “piramidais”, na nomenclatura Flusseriana) estão em crise, são anacronismos de difícil assimilação. Portanto, os “*mass media*” estão se tornando fontes preferenciais das informações disponíveis, são eles que estão codificando o mundo atual. Por isso, segundo Flusser, vivemos os tempos atuais em clima pós-histórico<sup>51</sup>.

É claro que a história, fora do meio acadêmico, como o ofício de registrar (de forma documental) e acumular as informações relevantes dos povos, é muito mais antiga que as ciências humanas. Provavelmente, o fato de terem as ciências humanas surgido quando uma forte consciência histórica era pré-existente tenha tornado inevitável, ao longo dos séculos XIX e XX, a ubiquidade da história como “prisma” de percepção no método de estudo e pesquisa das humanidades. Foucault

<sup>49</sup> FLUSSER (1983), p. 57.

<sup>50</sup> Idem, p. 59.

<sup>51</sup> Cf. FLUSSER (1983), p. 62.

tem uma tese muito original sobre esse assunto, que é desenvolvida no seu livro *Les Mots et Les Choses (As Palavras e as Coisas – 1966)*. Ele inicia sua reflexão sobre a ubiquidade da história afirmando que é verdade que a história existiu bem antes da constituição das ciências humanas. E suas funções não se reduziam à documentação: a história era a transmissora da memória, dos mitos, da Palavra (os fundamentos religiosos) e do Exemplo (o *ethos* e a moral de seu povo); a história era o veículo da tradição, a consciência crítica do presente, a referência para a decifração do destino da humanidade, a antecipação do futuro ou a promessa de um retorno. A característica básica dessa história anterior às humanidades é que ela era concebida como uma grande história plana, homogênea e uniforme, que arrastaria com ela todos os homens, coisas e animais, em um ciclo inexorável de queda ou de ascensão<sup>52</sup>.

Foucault explica que uma “fratura” epistemológica foi criada, no início do século XIX, na unidade da história que existia até então. Tal mudança foi direcionada pelos novos avanços das ciências, especialmente as empíricas. A partir daquele século, uma nova e fortalecida percepção histórica se formou, influenciando de tal maneira o pensamento humanista que áreas como a Sociologia e a Literatura Comparada acabaram se transformando, após essa mudança de percepção, em disciplinas que poderíamos denominar de “História das Sociedades” e “História das Literaturas Nacionais”, pelo aspecto geral que estas (e várias outras) adquiriram nos últimos dois séculos. Mas o que significava essa “fratura”? No século XIX, descobriu-se uma noção diferente de história: uma historicidade própria à natureza; definiu-se para cada grande tipo de ser vivo formas de ajustamento ao meio que permitiriam a definição de seu perfil de evolução. Nesse período pôde-se mostrar também que atividades tão singularmente humanas, como o trabalho ou a linguagem, detinham em si mesmas uma historicidade que não podia encontrar seu lugar na grande narrativa (da religião e da cultura) comum às coisas e aos homens. O homem não estava mais em contato com os conteúdos mais tradicionais de sua história. O início e o fim do mundo, relatados pela religião e pela cultura, não são mais percebidos pelo contato com a natureza. A natureza, a partir de então, só fala ao homem de um tempo natural, perceptível pelos sentidos, o tempo individual, a cronologia de cada ser. Segundo Foucault, foi a erosão de uma grande história linear, que englobaria a

---

<sup>52</sup> Cf. FOUCAULT (2000), p. 508.

tudo e a todos, que fez, no século XIX, com que o homem historicizasse tudo que ele conhecia; de escrever, para cada coisa, uma história geral, de remontar as coisas no tempo; o homem que vive, trabalha e fala é, a partir do século XIX, um homem histórico. Portanto, *toda escolha feita em relação ao objeto de estudo de uma ciência humana é historicizada*, é influenciada pela história do ser humano que estuda esse objeto. Em outras palavras, ao constatar que é um ser finito, sem o enlevo da imortalidade prometida pelas religiões, o homem tenta decifrar sua finitude, seu tempo delimitado pela natureza, inserindo um pensamento temporal, histórico, em todo seu objeto de estudo que também é o homem. Eis o problema do historicismo das ciências humanas (herança, portanto, das ciências empíricas) nos dois últimos séculos.<sup>53</sup>

Michel Foucault é um pensador que possui respaldo teórico para identificar e condenar o historicismo reinante nas humanidades, pois ele próprio é considerado por uma parcela da intelectualidade contemporânea um grande *historiador*. O filósofo norte-americano Thomas Flynn afirma, em seu texto “Foucault and the Mapping of History”, que todos os grandes trabalhos de Foucault são tipos de histórias, o que é suficiente para fazer dele um tipo de historiador. O desafio seria, portanto, determinar que tipo de história ele faz e, então, que tipo de historiador ele é.<sup>54</sup> O historiador francês Paul Veyne assinala a grande relevância de Foucault com relação à história como área do saber em seu texto “Foucault Révolutionne L’histoire” (“Foucault Revoluciona a História” – 1978), ao afirmar que Foucault é o historiador acabado, o remate da história. Veyne classifica Foucault como um dos grandes historiadores de nossa época, acrescentando que ninguém duvidaria disso; e ainda defende o ponto de vista de que esse filósofo também poderia ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores<sup>55</sup>. Talvez a revolução científica sugerida por Veyne já tenha sido iniciada por Foucault, de maneira difusa, incerta, mas a meu ver possível: através de uma mudança de perspectiva nos estudos das humanidades – da perspectiva histórica (ou historicista) para a geográfica (ou espacial).

Vários são os fatos indicadores da familiaridade teórica de Foucault com a História. Mas será que ele pode realmente ser considerado um historiador? A única

---

<sup>53</sup> Cf. FOUCAULT (2000), p. 510.

<sup>54</sup> Cf. FLYNN (1999), p. 28.

<sup>55</sup> Cf. VEYNE (1998), p. 239.



maneira de se chegar a uma conclusão satisfatória a esse respeito é através da análise de sua trajetória intelectual e de suas obras. Foucault ocupou a cátedra de *História dos Sistemas de Pensamento* (especialmente criada para ele) no Collège de France, na qual lecionou de 1970 a 1982. Seu primeiro livro de grande impacto no meio acadêmico intitula-se *Folie et Dérison: Histoire de la Folie à l'Âge Classique* (*História da Loucura na Idade Clássica* – 1961), uma obra que ambiciona traçar o desenvolvimento dos saberes sobre a concepção de loucura em um período fundamental da civilização ocidental, lidando com a história do desenvolvimento desses saberes, isto é, com a *episteme* ocidental de 1650 a 1800, por um método que seria devidamente desenvolvido nos seus três livros seguintes. Com efeito, no seu próximo livro, *Naissance de la Clinique: une Archéologie du Régard Medical* (*O Nascimento da Clínica* – 1963), novamente uma análise histórica é elaborada, mas já explicitamente usando o método chamado por ele de ‘arqueologia’. De acordo com Hiton Japiassú e Danilo Marcondes, fazer uma arqueologia de um determinado saber significa, para a concepção de Foucault, elaborar uma reflexão original que, a partir da análise das práticas discursivas, possa revelar o solo onde se arvoram as possibilidades de pensar, isto é, a *episteme*. Fazer a arqueologia de uma *episteme* significa descobrir por quais regras de organização são mantidos os enunciados que se referem a domínios que constituem o objetivo de um conhecimento positivo (não-científico) <sup>56</sup>.

No livro *Les Mots et Les Choses: une archéologie des sciences humaines* (*As Palavras e as Coisas* – 1966), Foucault mostra um interesse “escatológico” <sup>57</sup> em seu estudo: ele se coloca como o “profeta” <sup>58</sup> do fim de uma era epistêmica e do início de outra. A *linguagem* é o seu objeto de pesquisa; como uma realidade ontológica separada, relacionada com o mundo descrito por ela, mas fortemente distinta dele. Ao tratar das mudanças na linguagem (como expressão da inteligência humana), do Renascimento ao período clássico, e deste para o moderno, Foucault trabalha com um objeto de análise incomparavelmente maior do que aqueles analisados pela historiografia tradicional.

O livro que Foucault escreveu para esclarecer as peculiaridades de seu método arqueológico intitula-se *L'archéologie du Savoir* (*A Arqueologia do Saber* –

---

<sup>56</sup> Cf. JAPIASSÚ (1998), p. 17.

<sup>57</sup> Cf. GUTTING (1999), p. 18.

<sup>58</sup> Ibidem.

1969). Nesta obra, o interesse metodológico de Foucault é claro: ele tenta elaborar uma abordagem geral da história do pensamento que não pressupõe a centralidade do sujeito fenomenológico, mas sim a estrutura da linguagem (e dos discursos) da época em questão.

Mais do que analisar o “*arché*” (a origem), o método arqueológico analisa o *arquivo*. Arquivo é o termo que ele usa para nomear os sistemas que estabelecem enunciados (“*énoncés*”) como eventos e como coisas. Novamente, Foucault percorre neste livro uma seara que, apesar de histórica, não é aplicada metodologicamente por um pesquisador da historiografia tradicional – o estudo do arquivo. A análise do arquivo comporta, para ele, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da parte do passado que toca, influencia, serve de base ao nosso presente; portanto pode até dominá-lo, e isso é indicado na alteridade do saber de hoje; o arquivo é aquilo que, fora de nós, nos delimita<sup>59</sup>.

Paul Veyne defende o uso do método arqueológico de Foucault em história baseando-se no fato de que toda história é arqueológica por natureza e não por escolha: explicar e explicitar a história consiste, primeiramente, em vê-la em seu conjunto, em correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivizam, e em explicar essas práticas não a partir de uma causa única, mas a partir de todas as práticas vizinhas nas quais se apóiam. Para Veyne, esse método pictórico produz “quadros estranhos”, nos quais as relações substituem os objetos. Esses quadros são, sem dúvida, os do mundo que conhecemos, a realidade que nos cerca. Veyne entende que *Foucault não pensa o metafísico*. Tecendo um paralelo com o pintor francês Paul Cézanne (1839–1906), Veyne declara no mesmo texto que Foucault também não faz “pinturas abstratas”.<sup>60</sup>

A *genealogia* de Foucault é uma segunda fase de seu projeto de investigação da história do pensamento. A genealogia é uma versão específica da ‘história do presente’ (uma história que parte da percepção de que algo terrivelmente errado ocorre no presente, para descobrir em que ponto do passado esse erro se legitimou, ou ganhou um *status* de verdade<sup>61</sup>). Como versão de ‘história do presente’, a genealogia “desmonta” as grandes narrativas do progresso inevitável traçando as

---

<sup>59</sup> Cf. FOUCAULT, (2002), p. 150-1.

<sup>60</sup> Cf. VEYNE (1998), p. 280.

<sup>61</sup> Cf. GUTTING (1999), p. 10.

origens das práticas e instituições oriundas de uma coleção de “causas de menor importância<sup>62</sup>”.

As duas obras de Foucault que utilizam o método genealógico são *Surveiller et Punir: Naissance de la Prison (Vigiar e Punir – 1975)* e *Histoire de la Sexualité. I: la Volonté de Savoir (A História da Sexualidade I: a Vontade de Saber – 1976)*. Após este livro de 1976, Foucault não lança mais nenhuma obra por oito anos, apesar de continuar desenvolvendo suas reflexões com a publicação de inúmeros textos esparsos (em artigos, prefácios, resenhas, entrevistas e conferências) em todo o mundo.

*Problematização* é a terminologia adotada para classificar os dois últimos livros de Foucault – termos estes criados pelo próprio pensador<sup>63</sup>. O termo denota a união de práticas discursivas e não-discursivas que fazem com que algo entre no jogo de ‘verdadeiro ou falso’ e constituem esse ‘algo’ em um objeto de pensamento. A referência de Foucault ao jogo e, especificamente, aos ‘jogos de verdade’ (“les jeux de vérité”) introduzem uma nova fase em sua abordagem peculiar da *história*. Essa mudança metodológica ocorreu no intervalo supracitado de oito anos entre o primeiro volume de sua *História da Sexualidade* e os outros dois – *L’usage des Plaisirs: Histoire de la Sexualité, II (História da Sexualidade II: o Uso dos Prazeres)*; e *Le Souci de Soi: Histoire de la Sexualité, III (História da Sexualidade III: O Cuidado de Si)* – ambos concluídos na França em 1984; algumas semanas antes de Foucault morrer.

Apesar de uma análise mais “dirigida” do legado intelectual de Foucault indicá-lo como historiador; ele, na verdade, não o é. Pelo menos, ele está longe dos padrões que a disciplina acadêmica ‘História’ estabelece para designar os seus pesquisadores. Gary Gutting é bastante esclarecedor a esse respeito no texto introdutório do livro *The Cambridge Companion to Foucault*, no qual ele comenta que há pessoas que sugerem que Foucault não é realmente um historiador, e que seu trabalho não deveria ser avaliado pelas normas padronizadas ou os cânones da historiografia. Essas pessoas, para Gutting, estão corretas no sentido de que a história foucaultiana tem freqüentemente sua agenda distinta, com metas bem diferentes daquelas da historiografia “padrão”. Suas histórias do presente, por exemplo, não visam a uma completa e equilibrada reconstrução de fenômenos

---

<sup>62</sup> Ibidem.

<sup>63</sup> Cf. FLYNN, (1999), p. 37.

passados em seus próprios termos. Elas focalizam seletivamente apenas aqueles aspectos do passado que são importantes para o entendimento de nossa intolerável circunstância atual. Tais histórias podem sugerir extensas estruturas que tanto intrigam quanto ultrajam os historiadores ortodoxos, os quais têm todo o direito de desenvolver ou refutar as afirmações gerais de Foucault sobre, por exemplo, a condição social do louco na Europa oitocentista ou a mentalidade fundamental da Idade Clássica (nome dado por Foucault ao período compreendido entre os anos de 1650 e 1800). Mas mesmo sem ser lidas como parte de uma história padronizada, já que suas declarações são consideradas um tanto imprecisas para se encaixarem em tal formato, as histórias de Foucault ainda assim são adequadas à função preliminar de balizar uma crítica histórica inovadora que ele desenvolveu sobre as diversas práticas equivocadas das sociedades contemporâneas<sup>64</sup>.

Foucault foi o pensador do século XX que mais profundamente se preocupou com a busca de novos métodos e novos objetos de estudo em análises históricas. Percebeu os erros metodológicos das humanidades (historicismo) e os excessos cometidos pela historiografia tradicional<sup>65</sup> – Ele criticou várias vezes o saber histórico de forma direta; algumas vezes o fez sutilmente: numa dessas ocasiões, ao comentar sobre a genealogia da moral de Nietzsche, Foucault corrobora o pensamento do filósofo do martelo ao escrever que a verdade seria uma espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, porque o longo cozimento da história a tornou inalterável<sup>66</sup>.

Apesar das críticas de vários historiadores tradicionais, Foucault realmente fez incursões teóricas originais nessa área do saber, sendo considerado um inovador, especialmente em relação aos estudos históricos, ao lançar suas obras e ministrar cursos (no Collège de France) sobre a história dos sistemas de pensamento. Portanto, entendo como perfeitamente válida a opinião dele sobre os excessos cometidos pelo historicismo, e a sua preocupação em tentar mudar o prisma de análise das humanidades. Talvez alguém pudesse perguntar: ‘por que mudar para uma perspectiva espacial’? Melhor seria perguntar, após refletir sobre toda a crítica já feita ao historicismo nas humanidades: ‘por que NÃO mudar para

---

<sup>64</sup> Cf. GUTTING (1999), p. 14-15.

<sup>65</sup> Foucault sugere em diversas oportunidades nos seus trabalhos a intenção de “refazer a história” (Cf. “O Mundo Correccional” e “A Nova Divisão” em *História da Loucura na Idade Clássica*)

<sup>66</sup> Cf. FOUCAULT (1999), p. 19.

uma perspectiva espacial'? Esse é o ponto central de análise do terceiro capítulo desta tese.

### Referências bibliográficas do capítulo:

ANDERSON, Perry. *O Fim da História – de Hegel a Fukuyama*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CASANOVA, Marco Antônio. *O Instante Extraordinário: Vida, História e Valor na Obra de Friedrich Nietzsche*. Rio: Forense Universitária, 2003.

COUTINHO, Eduardo & CARVALHAL, Tânia (org.). *Literatura Comparada – Textos Fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FLYNN, Thomas. "Foucault's Mapping of History". In: GUTTING, Gary (ed.). *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: CUP, 1999.

FLUSSER Vilém. *Pós-História – Vinte Instantâneos e um Modo de Usar*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber* (6ª ed.). Trad.: Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. "O Mundo Correccional". In: - - - . *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad,: José T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. "A Nova Divisão". In: - - - . *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad,: José T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. *As Palavras e as Coisas*. Trad.: Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. (14ª ed.) Org. e Trad. por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GODZICH, Wlad & SPADACCINI, Nicholas. "The Changing Face of History". In: GODZICH, Wlad. *The Culture of Literacy*. London: Harvard U.Press, 1994.

GUTTING, Gary. "Introduction – Michel Foucault: A User's Manual". In: - - - (ed.). *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: CUP, 1999.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL, São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva – da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Trad. Alda Batar & Maria A. Kneipp. 4ª ed. Brasília: UnB, 1998.

**Capítulo 2:**

**A Literatura no Pensamento de  
Michel Foucault**

O presente capítulo tem o objetivo de demonstrar o quanto o interesse de Michel Foucault pela literatura esteve presente em sua atividade intelectual na década de 1960. Muitas vezes aquilo que ele escrevia ou dizia sobre a literatura articulava-se com outros assuntos de seu interesse. Devido a essa articulação com outros temas, a literatura tornou-se um objeto multifacetado de análise. O escrutínio realizado sob ângulos tão variados torna a conceituação foucaultiana de literatura difícil de ser sintetizada. Em virtude disso, este capítulo tem uma pretensão modesta: mostrar que Foucault elaborou um trabalho teórico relevante sobre literatura; que esse trabalho foi realizado em mais de uma perspectiva e, principalmente, que a sua *teoria da heterotopia*, inserida no mesmo período de seus estudos das letras (no qual ele teorizou sobre linguagem, discurso, obra literária e autor), tem a possibilidade clara de ser discutida no âmbito da literatura comparada (assunto a ser explorado no quinto capítulo da tese), pois todos os assuntos por ele analisados nessa época se ligam de uma maneira ou outra à literatura. Assim, este segundo capítulo pode ser entendido como uma justificativa para a proposta da tese.

A relação do pensamento de Michel Foucault com a literatura não é clara nem explícita. Isso se deve a duas circunstâncias: primeiro, por ele pensar a literatura de uma maneira nada usual, diretamente nos seus artigos, conferências e entrevistas, e indiretamente em seus livros; segundo, por ele, a partir da época do lançamento de *A Arqueologia do Saber* (1969), não mais mencionar a literatura em seus estudos – um silêncio teórico que perdurou até sua morte precoce em 25 de junho de 1984, aos 58 anos incompletos.

Foucault iniciou sua trajetória intelectual diretamente ligado às Letras. Na França não há uma separação ‘rígida’ entre as humanidades no nível de doutoramento, na forma que vemos no Brasil. Ele se doutorou em Letras em 1961,



recebendo seu *doctorat ès lettres*<sup>67</sup> por duas teses: uma principal e outra complementar<sup>68</sup>. Seu orientador foi Georges Canguilhem<sup>69</sup> (1904–1995), um dos principais teóricos do *estruturalismo*<sup>70</sup> francês, que influenciou o pensamento de Foucault do final da década de 1950 ao início da década seguinte. A tese principal do doutoramento de Foucault é a famosa *Histoire de la Folie à L'âge Classique*, publicada no mesmo ano. A tese complementar era uma introdução e tradução com notas da *Anthropologie in Pragmatischer Hinsicht (Antropologia do Ponto de Vista Pragmático)*, de Immanuel Kant, que não chegou a ser publicada até a morte de Foucault.

Analisando seus escritos da década de 1960, é possível constatar que Foucault realizou várias problematizações instigantes sobre a literatura. Uma delas é a sua própria definição do termo, que segue a tendência estruturalista muito em voga na época. Literatura é, sob esse prisma, um dos incontáveis fenômenos da fala efetivamente realizados pelo homem<sup>71</sup>. Sendo a literatura uma representação escrita dos atos da fala, a obra literária só tem possibilidade de existência quando utiliza as estruturas de código da língua escolhida pelo autor. Somente assim a obra pode ser compreendida pelos leitores. A literatura existe, dessa forma, em função da língua. A partir de tal premissa é que a literatura consegue mostrar sua força criativa, pois quando a comunicação com o leitor é efetivada, a obra literária poderá em certos momentos romper com as regras do código da língua sem, contudo, interromper a comunicação com o leitor.

Um texto famoso nos meios acadêmicos de Letras no Brasil é “Qu’est-ce qu’un auteur?” (“O Que É um Autor?”), exposto em uma conferência realizada em 22 de fevereiro de 1969 na Société Française de Philosophie. Este texto analisa a relação do texto com o autor e expõe o conceito foucaultiano do “apagamento do autor”, isto é, a noção da impossibilidade de definir a figura do autor; a incerteza de estabelecer a responsabilidade ou propriedade da obra para o autor; as complexas

<sup>67</sup> Alguns autores, como John Lechte, chamam o título de Foucault de “doctorat d’état”.

<sup>68</sup> Cf. GUTTING (1999), p. xi.

<sup>69</sup> Médico e filósofo francês, Canguilhem sucedeu a Gaston Bachelard (1884–1962) na cadeira de filosofia de Sorbonne. Escreveu sobre a história da ciência e a teoria do conhecimento, focalizando principalmente a medicina e a biologia. Sua obra mais famosa é *O Normal e o Patológico*, de 1943 (LECHTE, 2002, P. 25-26).

<sup>70</sup> Doutrina filosófica que considera a noção de *estrutura* fundamental como conceito teórico e metodológico. Uma das principais correntes do pensamento do século XX, sobretudo entre as humanidades, o estruturalismo teve seu método de investigação estabelecido pelo lingüista suíço Ferdinand de Saussure (1857–1913) e considera que há a predominância dos sistemas de linguagem na formação dos diversos tipos de conhecimento. (Adaptado de JAPIASSÚ, 1998, p. 92)

<sup>71</sup> Cf. FOUCAULT, apud MOTTA (2001), p. 158.

operações de atribuição ao autor do que foi escrito, e os problemas em definir a posição do autor (funções do prefácio, do narrador, do copista, do memorialista etc.) no livro. Na referida conferência, para esboçar a noção de autor, Foucault percebe a necessidade de questionar a noção de *obra* e de *escrita*.

Com relação à obra, ele indaga, dentre os milhões de traços escritos deixados por alguém após sua morte, como se poderia definir quais traços escritos fazem parte de sua obra. Um conto ruim, que o autor escondeu no fundo de uma gaveta durante sua vida, faria parte de sua obra? E uma simples lista de supermercado, ou uma carta escrita às pressas, não teriam o status de obra? O que define, afinal, uma obra? Alguém poderia dizer que obra é a produção escrita que um autor deliberadamente deixa para a posteridade. Mas tal definição não abarca algumas obras literárias importantes: como classificá-los, por exemplo, os escritos de Franz Kafka (1883–1924), sabendo que ele solicitou a um amigo que queimasse todos os seus manuscritos (ainda inéditos na época) após sua morte? Há vários outros casos parecidos, como o da poetisa norte-americana Emily Dickinson (1830–1886), que só publicou sete poemas em vida, mas havia escrito quase dois mil outros (provavelmente sem intenção de publicação), escondidos dentro de vários maços de cartas pessoais e que foram encontrados décadas depois de sua morte<sup>72</sup>. Ela certamente não poderia saber que seus poemas seriam considerados parte da melhor tradição poética dos Estados Unidos no século XIX. Estamos, portanto, diante de um paradoxo: o autor está, em grande medida, alijado do processo de formação da sua obra, ainda que a mesma seja exclusivamente composta por seus escritos. O processo de formação da obra é enigmático. Não existe uma teoria da obra – a palavra “obra” e a unidade que ela designa são tão complexas quanto a própria individualidade do autor.<sup>73</sup>

A única noção que ainda preserva sutilmente a existência do autor é a de escrita. Essa noção preserva a figura do autor de duas maneiras: uma relativa ao caráter religioso da escrita e outra relativa ao seu caráter documental. Pelo caráter religioso, a escrita de um autor sempre terá um sentido oculto, transcendental, que necessita de uma exegese (o trabalho de um crítico literário). Esse sentido transcendental mantém a figura do autor relevante para o estudo de sua escrita<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> DRABBLE (1996), p. 160.

<sup>73</sup> Cf. FOUCAULT, apud MOTTA (2001), p. 269-270.

<sup>74</sup> Idem, p. 271.

Pelo caráter documental, o nome próprio do autor é elemento essencial de comprovação da escrita como relato situado em tempo e espaço determinados. A escrita, como representação de usos, costumes, pessoas e lugares, é um tipo de documento, um registro cuja autoria é uma característica empírica de sua produção.

No intervalo de tempo entre a publicação de *História da Loucura* (1961) e a realização da conferência “O Que É um Autor?” (em 22 de fevereiro de 1969), Foucault busca elementos teóricos de contato com a literatura em seus temas centrais de estudo. O primeiro dos temas centrais é o da *loucura*.

Em *História da Loucura*, livro que inicia internacionalmente sua trajetória intelectual, Foucault define a loucura como uma espécie de linguagem que transgride as leis da própria linguagem<sup>75</sup>. A literatura, assim como a loucura, é uma forma de linguagem, que parte da língua dita “normal” para, em seguida (em determinados momentos da obra literária) romper com as “coerções da língua”. Isto é, a literatura transgride, com sua linguagem própria, a língua na qual se baseia para a comunicação com o leitor. Por isso, tanto a loucura quanto a literatura são formas de linguagem transgressora, o que possibilita de imediato uma aproximação entre elas. A intenção do pensamento foucaultiano de situar a loucura para além da dualidade razão/desrazão é outro elemento que contribui para a aproximação entre loucura e literatura, já que a obra literária é obra da razão, mas transgride os limites da razão.

Para melhor entender a relação entre loucura e literatura é interessante verificar as relações entre *limite* e *transgressão* no pensamento foucaultiano. As relações entre esses dois termos são expressas no artigo “Prefácio à Transgressão”, publicado originalmente na revista *Critique* em 1963. Nesse texto o pensador francês explica que a transgressão é um gesto relativo ao limite, e que o jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por um procedimento simples, que é o de a transgressão transpor a linha que separa o normal do anormal, o certo do errado – e o movimento é incessante: a transgressão rompe a linha do limite, que se fecha novamente. Para passar do limite mais uma vez, é necessário outro esforço transgressivo. Um depende do outro: sem a referência de um limite, como saberíamos da existência de uma transgressão? E o limite, seria uma fronteira intransponível se não existisse a transgressão? A definição de limite está, portanto,

---

<sup>75</sup> Cf. MACHADO (2001), p. 15.

diretamente condicionada à existência de uma transgressão. E é na experiência literária que o jogo da transgressão e do limite (presente também na experiência da loucura) aparece de maneira mais nítida, como possibilidade de contestação da cultura.<sup>76</sup>

O ponto de ruptura formado pela transgressão do limite é fato comum à loucura e à literatura. A loucura transgride os limites daquilo que é socialmente aceitável, especialmente no que se refere à linguagem. O mesmo ocorre com a literatura, ao escapar da “coerção do código” da linguagem, que analisamos anteriormente.

No prefácio de *História da Loucura*, Foucault define a loucura como “ausência de obra”. Ao definir a loucura nestes termos, ele quis, primeiramente, excluir qualquer explicação de loucura que se referisse à razão ou desrazão. O uso do termo “obra” foge dessa dicotomia. O segundo motivo para definir loucura como ausência de obra é caracterizá-la como voz excluída, relato ausente que, não obstante, está indelevelmente presente na “grande obra da história do mundo”.<sup>77</sup> Contudo, mesmo não sendo obra, a loucura é linguagem. A loucura pode estabelecer contato com a obra, pois ambas são formas de linguagem e esse é o fundamento da análise foucaultiana da relação entre as duas. Relação que fascina Foucault, ao ver a obra literária como aquilo que tenta transpor os limites que a cerceiam, tenta desviar-se dos conceitos, romper com paradigmas da linguagem, subverter convenções, sem deixar de ser obra literária.<sup>78</sup> Tudo isso a aproxima da loucura, linguagem transgressora, sem conceitos ou paradigmas; e que, por causa de sua ruptura extremada de limites, é um vazio de obra. Vazio de obra, portanto, é sinônimo de “ausência” de obra, por ser registro que não faz parte dos escritos consagrados por especialistas e formadores de opinião, mas que ainda assim pode ser percebido nas “entrelinhas” dos relatos considerados como verdadeiras obras de arte literária.

Penso que há um autor cuja obra pode ser entendida como um exemplo real da idéia de Foucault sobre a linguagem da loucura estar presente na obra literária: James Joyce (1882–1941), romancista e contista irlandês que escreveu, dentre

---

<sup>76</sup> Idem (2001), p. 37.

<sup>77</sup> Cf. FOUCAULT, apud MOTTA (2001), p. 160.

<sup>78</sup> As reflexões de Foucault sobre a literatura costumam ser inseridas no grupo de escritos (produzidos em sua maioria por pensadores franceses como Jacques Derrida, Roland Barthes Jacques Lacan) que contestam as premissas teóricas estruturalistas, subsumidas sob o nome geral (vago e excessivamente amplo) de *Pós-Estruturalismo*. (Cf. CHILDERS, 1995, p. 236-7 e BORBA, 2004, p. 178-192)

outros, *Finnegans Wake*<sup>79</sup> (1939) – obra narrativa de conteúdo onírico, expressão do inconsciente e experimentalismo na linguagem – enquanto tentava ajudar a própria filha Lucia, que sofria de um distúrbio mental (esquizofrenia, segundo relatórios psiquiátricos da época). Enquanto Joyce estava escrevendo sua referida obra, ele escutava sua filha com grande interesse. Lucia Joyce se tornou psicótica e morreu internada numa clínica suíça em 1962. Segundo a análise de Ricardo Piglia,<sup>80</sup> o escritor irlandês se recusava a admitir a doença mental de sua filha e procurou incentivá-la a realizar algumas atividades, entre as quais a de escrever. Joyce a estimulava a escrever textos e ela os escrevia, mas o estado de saúde mental dela piorava com o passar do tempo. Ao procurar o psicólogo e psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875–1961), Joyce explicou o caso de Lucia e disse a Jung: “Aqui estão os textos que ela escreve, e o que ela escreve é a mesma coisa que eu escrevo”.<sup>81</sup> Ele afirmou isso porque estava escrevendo o *Finnegans Wake*, que é “totalmente psicótico” (segundo Piglia), fragmentado, onirizado, comprometido pela impossibilidade de construir com a linguagem algo além da dispersão.<sup>82</sup> A resposta de Jung à afirmação de Joyce (sobre a filha e o pai escreverem a mesma coisa) foi a seguinte: “só que onde o senhor nada, ela se afoga”.<sup>83</sup> As referidas fragmentação e dispersão da linguagem podem ser observadas no trecho inicial da tradução de Donald Schüler para a obra de Joyce, cujo título em português é *Finnicius Revém* (elaborado por Haroldo e Augusto de Campos):

rolarrioanna e passa por Nossenhora d'Ohmem's, roçando a praia, beirando ABahia, reconduz-nos por cominhos recorrentes de Vico ao de Howth Castelo Earredores. Sir Tristão, violeiro d'amores, d'além do mar encapelado, não tinha passancorado reveniente de Norte Armórica a estas bandas do istmo escarpado da Europa Menor para o violento conflito de penisoldada guerra: nem as pétreas bolotas de Sawyer ao longo do Ocone caudaloso se tinham sexagerado ao território laurenciano da Geórgia enquanto se dublinavam em mamypapypares o tempo todo: nem avoz do fogo rebellava mim-She, mim-She ao aquaqua do patripedrícioquetués: ainda não, embora desvanessido depois, um braço novelho tinha iludido um cego revelho Isaque: ainda não, embora em invernesses fantasvale

<sup>79</sup> Segundo Walnice Nogueira Galvão, em *Finnegans Wake* Joyce opta por um “universo noturno, onírico e mitológico. A linguagem entra em desagregação e é estilhaçada em seus elementos básicos, étimos, morfemas, fonemas etc. Para a partir deles ser reconstituída por uma energia luciferina em craveira babélica: cada vocábulo proliferando em rumos políglotas (65 línguas, segundo consta), num entrelaçamento sem fim de reverberações sonoras e semânticas”. (*Folha de São Paulo*, caderno Mais!, 14 de novembro de 1999)

<sup>80</sup> A conferência sobre a obra de Joyce e a psicanálise, de autoria do escritor e crítico literário argentino Ricardo Piglia (1955) e realizada em 07 de julho de 1997, foi parcialmente publicada em um artigo no jornal *Folha de São Paulo*, caderno “Mais!” de 22 de junho de 1998, p. 7. O artigo intitula-se “O Melodrama do Inconsciente”.

<sup>81</sup> Cf. “O Melodrama do Inconsciente”.

<sup>82</sup> *Ibidem*.

<sup>83</sup> Ricardo Piglia explica a frase de Jung no artigo citado: “Em certo sentido, a psicanálise é uma arte de natação, uma arte de manter à tona no mar da linguagem as pessoas que estão sempre tentando afundar. E um artista é aquele que nunca sabe se vai conseguir nadar: conseguiu nadar antes, mas não sabe se conseguirá nadar da próxima vez que entrar no mar”.

tudo, as tristes esternes tinha dilaceradoo duuno nathandãojo. Barrica nenhuma de maltescocês tinham Jhem ou Shem fermentado à luz iriada darco e a chuvosa-pestana brilhava em anel à tona d'aquaface.<sup>84</sup>

Um outro tema de estudo de Foucault que se relaciona com a literatura é a *morte*. Ele começou a estudar o assunto da morte com *Naissance de la Clinique* (*O Nascimento da Clínica* – 1963), obra que muda o tema de análise (que era a psiquiatria) para a medicina em geral. Nesse livro, ele afirma que o surgimento da medicina moderna (denominada por ele de “anátomo-clínica”) resulta da inserção da morte no discurso e na prática dos médicos. A partir do século XVIII, o foco das análises em medicina parte da individualidade do corpo do morto. Do estudo de tecidos e órgãos danificados pela doença no cadáver se chega à definição da moléstia e ao modo de se lidar com o paciente vivo. A localização da morte no corpo do homem é o momento primeiro da anátomo-clínica moderna. A medicina é, assim, um dos primeiros saberes a relacionar o homem com sua finitude originária. Tal fato aproxima a experiência médica da experiência literária, pois uma realiza-se a partir da morte de seu objeto de estudo: a individualidade humana. A outra, a experiência literária, reconhece essa finitude humana e tenta superá-la, vencê-la, adiá-la indefinidamente por intermédio da obra. O que, a partir do século XVIII, a medicina e a literatura explicitam é o fim do mundo infinito, o afastamento dos deuses e o início de um mundo colocado sob o signo da finitude, submetido às leis naturais limitadoras do homem. Na Antigüidade clássica, a narrativa ou a escrita eram utilizadas para exorcizar a morte de duas maneiras. Primeiro, pela reduplicação incessante daquele momento da fala representado pela escrita, como um espelho que reflete o instante narrado infinitas vezes, impedindo que a morte irrompa ao fim da narrativa<sup>85</sup>. Ou seja, enquanto houver um leitor para o texto, as figuras nele representadas sempre serão vivificadas pela leitura, o que adia indefinidamente suas mortes no nível da representação. A segunda maneira de exorcizar a morte seria a que, desde a época homérica, utilizava a representação do herói das epopéias, aquele que vencia a morte com sua bravura e feitos notáveis ou, simplesmente, ultrapassava a morte ao tornar-se imortal, ao receber a glória de ser transformado em alguém semelhante aos deuses que interferiam em seu destino.

---

<sup>84</sup> JOYCE (1999), p. 1.

<sup>85</sup> Cf. o ensaio “Linguagem ao Infinito” em *Ditos e Escritos*, vol. III.

Com a chegada da modernidade na literatura, ocorre a “morte dos deuses<sup>86</sup>”, isto é, já não é mais cabível o subterfúgio da imortalidade para vencer a morte. O artifício da mitologia judaico-cristã, de um paraíso no céu após a morte para os crentes e arrependidos de seus pecados, já não encontra espaço nas obras literárias modernas. A partir desse momento, a literatura só possui sua própria linguagem para enfrentar a morte, repetindo a própria palavra, se desdobrando no próprio espaço da experiência literária, se repetindo para transgredir seus limites, recusar e profanar aquilo que já foi dito. Trata-se de “Escrever para não morrer”, nas palavras do escritor francês Maurice Blanchot (1907–2003)<sup>87</sup>. Assim, a escrita moderna, sem poder usar o recurso da Palavra infinita (de Deus), consegue se aproximar da essência da literatura ao ultrapassar seus próprios limites na tentativa de afastar a morte<sup>88</sup> – única experiência humana que não pode ser vivida, segundo Blanchot.

A melhor maneira de entender a relação entre a morte e a experiência literária da linguagem é analisando o que Foucault escreveu sobre Raymond Roussel (1877–1933), romancista, contista, poeta e dramaturgo precursor do Surrealismo francês, único literato a quem Foucault consagrou um livro.<sup>89</sup> Ao analisar o livro póstumo de Roussel, *Comment j'ai écrit certain de mes livres (Como escrevi alguns de meus livros – 1935)*, Foucault reflete sobre a técnica de Roussel para escrever algumas de suas principais obras, nas quais a ubiqüidade da morte é a chave que aciona os mecanismos enigmáticos da linguagem de seus livros. Em uma das técnicas descritas no livro póstumo, Roussel partia de palavras quase idênticas, como *pillard* e *billard*, e montava duas frases inicialmente sem sentido algum, com palavras ou locuções foneticamente semelhantes umas às outras em cada frase, na mesma seqüência. A primeira frase iniciava o conto (ou romance) e a outra o encerrava. No meio, o autor elaborava um conteúdo que unisse, com aparente coerência, as duas frases. Explicando melhor: um dos métodos de Roussel é o de usar um fragmento de frase e repeti-lo, idêntico, a não ser por uma pequena variação (ou falha) que promove, entre os dois fragmentos considerados, um hiato no qual toda a narrativa deve se suceder. Para Foucault, tal procedimento de

---

<sup>86</sup> O anúncio de que “Deus morreu” foi feito por Nietzsche, no sentido estrito de que “a fé no Deus cristão tornou-se inaceitável” (Cf. NIETZSCHE, 2003, p. 108;125 e ABBAGNANO, 1998, p. 260); no contexto aqui apresentado o sentido da divindade é mais amplo, de uma mentalidade ocidental que recorre a subterfúgios metafísicos para explicar aquilo que desconhece.

<sup>87</sup> Cf. FOUCAULT (2001), p. 47.

<sup>88</sup> Cf. MACHADO (2001), p. 70.

<sup>89</sup> MOTTA (2001), p. XV.

Roussel indica e atesta que a linguagem literária moderna só diz algo a si mesma, só fala à própria linguagem, é auto-implicante – um desdobramento de si<sup>90</sup>. Uma outra técnica de Roussel, mais ligada à forma poética, consiste em tomar, aleatoriamente, um fragmento de texto e, aplicando várias repetições modificadoras desse fragmento, extrair dele uma série de motivos completamente distintos do fragmento inicial, sem qualquer ligação semântica ou sintática entre eles.<sup>91</sup> O autor trata de elaborar, então, uma linha narrativa que perpassasse por todas as palavras obtidas, em todas as etapas.<sup>92</sup> Este outro método também explicita, pela dispersão de palavras homófonas aleatórias ao longo de um texto, que a obra literária só tem relação com a linguagem – repete a palavra, destruindo-a por pequenas falhas; tornando-a parte de um enigma, artisticamente cifrado pelo recurso da criação imprevista por combinações fônicas, que reforçam a idéia de que a linguagem literária só pode voltar-se para si (dobrar-se) na construção da obra.

Antes da modernidade, as obras de linguagem (que ainda não eram o que entendemos hoje por literatura) representavam coisas, acontecimentos. A literatura que conhecemos hoje, surgida no final do século XVIII, não é representação, é desdobramento, replicação da própria linguagem, para transgredir seus limites. Tudo na literatura é produto da imaginação do autor, não há vínculo necessário com a realidade, e os escritos de Roussel são provas autênticas da modernidade da literatura. A morte é, para a obra de Roussel, o último elemento de um quebra-cabeça que ele criou a partir de seus escritos. Ao se suicidar, em junho de 1933, Roussel finalmente encaixa a última peça, une à sua obra o elemento que estava sempre presente de forma sub-reptícia em seus trabalhos literários: a morte.

Depois da morte de Roussel, seu editor pôde publicar, conforme orientação prévia do próprio Roussel, o último trabalho (*Como escrevi alguns de meus livros*), que explica os mecanismos de elaboração de suas principais obras. Assim, o livro póstumo de Roussel trouxe-lhe uma imortalidade, um prolongamento infinito de sua existência como escritor; ao revelar que ele escrevia por intermédio da manipulação

---

<sup>90</sup> Cf. “Dizer e Ver em Raymond Roussel” (1962), em *Ditos e Escritos*, vol. III.

<sup>91</sup> Segundo Machado, o conto de Roussel intitulado *Chiquenaude* é um ótimo exemplo dessa técnica: o texto “começava com “les vers de la doublure dans la pièce de Forban talon rouge” e terminava com “les vers de la doublure dans la pièce du fort pantalon rouge”, que podem ser traduzido como “os versos do ator substituto na peça de Forban tacaõ vermelho” e “os vermes do forro na peça do forte calção vermelho”. A partir daí seu método consistiu em escrever um conto que começasse com a primeira frase e terminasse com a segunda, utilizando, entre as duas frases, palavras idênticas, aparentadas às palavras das duas frases semelhantes e tomadas sempre em dois sentidos diferentes”. (MACHADO, 2001, p. 75)

<sup>92</sup> *Ibidem*.



imaginativa de palavras mortas, em uma linguagem aleatória, com o intuito de reduplicar criativamente a linguagem banal que se apresentava diante dele. Ao provar (e demonstrar) que havia um método e uma técnica próprios em seu obscuro trabalho literário, Roussel deixa à posteridade um legado que enfatiza a importância do procedimento e da mente criativa, sobrepujando quaisquer outros elementos na elaboração da obra. Graças a *Como escrevi alguns de meus livros*, Roussel sempre será lembrado como o artista que concebia sua obra totalmente despida de componentes tradicionais da literatura de sua época como a verossimilhança (ou sua variante mais exasperada: o realismo), linearidade narrativa, análise psicológica dos personagens ou crítica dos costumes. Para Raymond Roussel, o elemento a ser explorado na criação literária, em suas inesgotáveis possibilidades, é a linguagem, e o idealizador dessa exploração lingüística é a (também inesgotável) imaginação do autor.

O último grande tema de estudo foucaultiano que se relaciona com a literatura é o *ser da linguagem*. O termo é usado pela primeira vez no artigo “Prefácio à Transgressão”<sup>93</sup> (1963), mas o assunto é efetivamente trabalhado a partir do seu livro *Les Mots et Les Choses (As Palavras e as Coisas – 1966)*, onde ele afirma que somente na modernidade é que o estudo da vida (pela biologia), do trabalho (pela economia) e da linguagem (pela filologia) nas chamadas ciências empíricas torna o homem, pela primeira vez, simultaneamente, sujeito e objeto de saber.<sup>94</sup> Em outras palavras, somente as sociedades modernas pensaram especificamente o homem. Segundo Foucault, não existiu um saber do homem na Grécia Antiga, nem na Idade Média ou no Renascimento.<sup>95</sup> Estudar os objetos da economia moderna é estudar o homem como meio de produção. Estudar a complexa interação dos seres vivos é estudar o homem entre os animais e vegetais. E o estudo da linguagem implica estudar o homem em comunicação com outros.

Essa grande ruptura com o saber representativo da Idade Clássica, inaugurando a *episteme* moderna, se deve a Immanuel Kant (1724–1804). Kant foi o primeiro a interrogar criticamente a representação clássica a partir de seus limites, analisando o *a priori* que as torna possíveis. Na sua obra mais importante, *Kritik der Reinen Vernunft (Crítica da Razão Pura – 1787)*, Kant escreve:

---

<sup>93</sup> Coleção *Ditos e Escritos* vol. III (2001), p. 28-46.

<sup>94</sup> Cf. FOUCAULT (2000), p. 256.

<sup>95</sup> Cf. MACHADO (2001), p. 85.

E aqui faço uma observação que estende a sua influência a todas as considerações subseqüentes e que precisa ter bem diante dos olhos, a saber, que não cada conhecimento *a priori*, mas somente aquele pelo qual conhecemos que é como certas representações (intuições ou conceitos) são ampliadas ou possíveis unicamente *a priori* (isto é, a possibilidade do conhecimento ou o uso do mesmo *a priori*) tem de chamar-se transcendental. Conseqüentemente, nem o espaço nem qualquer determinação geométrica *a priori* do mesmo é uma representação transcendental; mas apenas o conhecimento de que estas representações de modo algum são de origem empírica, e a possibilidade pela qual podem não obstante se referir *a priori* a objetos da experiência pode chamar-se transcendental. Da mesma maneira, o uso do espaço com respeito a objetos em geral também seria transcendental; se, entretanto, limitar-se unicamente aos objetos dos sentidos, denominar-se-á empírico. A diferença do transcendental e do empírico pertence, portanto, apenas à crítica dos conhecimentos e não concerne à relação destes com o seu objeto.<sup>96</sup>

A partir da ruptura promovida pelo pensador de Königsberg, Foucault entende que a delimitação do conhecimento do homem pela experiência inserida no espaço-tempo (saberes empíricos) é fator que consagra o próprio homem à condição de um ser finito desvinculado de qualquer possibilidade de apreensão (ou entendimento) de conceitos metafísicos. Tal situação leva à separação entre homens e divindades, característica fundamental da modernidade (“O homem, como sujeito finito, toma o lugar de Deus”<sup>97</sup>). A partir dessa ruptura kantiana inicial, no nível do conhecimento humano, Foucault considera que a *literatura* do mesmo período (final do século XVIII) promove outra ruptura muito importante: rompe com o estatuto clássico da linguagem – pelo qual a linguagem se reduz a discurso, a sua função representativa. E ainda mais, a literatura a partir dessa época também rompe com o novo estatuto da linguagem que surgiu na filologia com sua função significante, na qual a consciência se torna o fundamento, o ato constituinte da criação do significado. O *ser da linguagem* da literatura moderna surge quando se desvincula da linguagem infinita, da palavra de Deus, da “Verdade” ou “Modelo”. O ser da linguagem deve, então, se voltar para as palavras antigas, repeti-las, retraduzi-las – voltar-se para uma linguagem anterior, para destruí-la e fazer com que dela surjam outras, incessantemente. A *repetição* é o ser da linguagem da literatura moderna; isto é, a literatura moderna existe perpetuamente voltada sobre si mesma (referida ao ato puro de escrever) e manifesta, fundamentalmente, o poder de falar da linguagem, a linguagem em seu próprio ser (o ser das palavras).<sup>98</sup> O ser da linguagem da literatura moderna só aparece para si mesmo com o desaparecimento do sujeito, ele

<sup>96</sup> KANT (1999), p. 94.

<sup>97</sup> MACHADO (2001), p. 102.

<sup>98</sup> Cf. MACHADO (2001), p. 110.

(o ser da linguagem) é a elisão do sujeito, pois a linguagem é pura exterioridade. Isso quer dizer que a palavra literária não é formada pela interiorização, pela psicologização; mas pela exteriorização, afastamento, fratura, pela dispersão em relação ao sujeito. O sujeito que escreve só desenha na linguagem uma “dobra gramatical”.<sup>99</sup>

A partir da publicação de *L'archéologie du Savoir (A Arqueologia do Saber – 1969)*, a literatura perde o estatuto privilegiado que possuía anteriormente no pensamento de Foucault. Isso se deve à mudança de seus métodos e objetos de análise. O “segundo Foucault”, ou “Foucault genealógico” se distancia da análise dos discursos enquanto formas de linguagem, para analisar as relações de poder e os modos de subjetivação. O sujeito para Foucault ganha um enfoque novo, diferente daquele baseado no esvaziamento (ou desaparecimento / apagamento) do sujeito, proposto por ele em sua primeira fase de pesquisas. Seu pensamento passa a ser menos kantiano (ou antropológico), e mais nietzscheano (ou genealógico). É o momento em que ele se distancia (mais na terminologia e menos na prática) do *estruturalismo*, uma corrente de pensamento constantemente vinculada à literatura que serviu de contraponto à fenomenologia e que já era alvo de severas críticas de intelectuais no final da década de 1960. Seus novos temas, o bio-poder, a governamentalidade, a disciplina dos corpos, apesar de vinculados a discursos, já não encontravam na literatura o contra-discurso necessário para ajudá-lo em suas análises.

Com relação ao método arqueológico, que inaugura a segunda fase do pensamento de Foucault e é explicitado com o lançamento de *A Arqueologia do Saber*<sup>100</sup>, não percebo uma possibilidade de articulação com o método heterotopológico. A teoria arqueológica de Foucault é fortemente influenciada pelo Estruturalismo (em sua base lingüística), visto que tal método vincula seu objeto de estudo a um sistema não-dedutivo de formação discursiva.<sup>101</sup> Ou seja, o objeto de estudo da arqueologia é um objeto *discursivo*<sup>102</sup>, que se torna possível de analisar por intermédio de uma investigação diacrônica de certos documentos específicos,

<sup>99</sup> FOUCAULT, apud MOTTA (2001), p. 223.

<sup>100</sup> O método arqueológico já foi esboçado (sem maiores detalhes) anteriormente por Foucault em *História da Loucura e As Palavras e as Coisas* (1966).

<sup>101</sup> Cf. KREMER-MARIETTI (1977), p. 34.

<sup>102</sup> Apesar de a tarefa arqueológica não ser confundida com uma análise lingüística de significação, ela visa à demarcação de relacionamentos característicos de uma prática discursiva (Cf. KREMER-MARIETTI, 1977, p. 34).

chamados pelo pensador francês de “arquivos”. Em suma, Foucault concebe sua arqueologia do saber como uma “descrição sistemática de um discurso-objeto”.<sup>103</sup> Tal perspectiva de análise (diacrônica) faz do método arqueológico uma área de investigação essencialmente *histórica*, condição que a torna incompatível com as premissas anti-historicistas do método heterotopológico. De fato, Foucault explicita a importância de um raciocínio histórico no método arqueológico diversas vezes em *A Arqueologia do Saber*, como por exemplo ao estabelecer a condição de realidade de um enunciado de arquivo, criando o conceito de “*a priori* histórico” – um *a priori* que isole as condições de emergência dos enunciados, que indique a lei de sua coexistência com outros; o *a priori* de uma história determinada, já que é o registro das coisas efetivamente ditas. Na concepção de Foucault o *a priori* histórico de um *enunciado de arquivo*, alvo da investigação arqueológica, tem que “dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma *história*, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho”<sup>104</sup> (grifo meu). Interpelado, em uma entrevista à revista de geógrafos franceses intitulada *Hérodote*, a respeito da possibilidade de aplicar seu método arqueológico em geografia, Foucault respondeu:

Você me pergunta se a *geografia* tem um lugar na arqueologia do saber. [...] Achar um lugar para a geografia seria o mesmo que dizer que a arqueologia do saber tem um projeto de recobrimento total e exaustivo de todos os domínios do saber, o que de modo algum é o que eu tenho em mente.<sup>105</sup> (grifo meu)

A relação de Foucault com a literatura ocorreu em um período limitado, de menos de nove anos. Suas reflexões encontram-se pulverizadas em diversas conferências, artigos e ensaios, mas foi um trabalho teórico bastante intenso e produtivo, como podemos perceber no breve resumo aqui exposto de suas idéias relativas à literatura. O mais importante a considerar é que aquilo que ele pensou e escreveu sobre literatura ajudou a interpretar uma linguagem literária nova, ousada, transgressora; e teve ressonância em diversos ambientes intelectuais, entre escritores, críticos e acadêmicos. O convite a uma reflexão diferenciada esteve presente de maneira pungente em tudo que ele disse e escreveu sobre esse

<sup>103</sup> FOUCAULT (2002), p. 160.

<sup>104</sup> Idem, p. 146.

<sup>105</sup> FOUCAULT (1999), p. 155-6. Obs.: A única possibilidade de correlação que eu considero possível entre a arqueologia e a geografia se faz na instância metafórica, quando Foucault sugere que a sua arqueologia seja uma *topologia* das regiões da linguagem (Cf. KREMER-MARIETTI, 1977, p. 36).

assunto, suscitando até hoje questionamentos e pesquisas, mais de duas décadas após sua morte.

---

### Referências bibliográficas do capítulo:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 3ª ed. Trad. de Alfredo Bosi e Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BORBA, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. *Tópicos de Teoria para a Investigação do Discurso Literário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

CHILDERS, J. & HENTZI, G. (ed.) *The Columbia Dictionary of Modern Literary and Cultural Criticism*. New York: Columbia University Press, 1995.

DRABBLE, Margaret. *The Oxford Concise Companion to English Literature*. Oxford: OUP, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber* (6ª ed.). Trad.: Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad.: José T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. "Sobre a Geografia". In: *Microfísica do Poder*. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. *As Palavras e as Coisas*. Trad.: Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. "A Mitopoética de Joyce". In: *Folha de São Paulo – Caderno 'Mais!'* de 14 de novembro de 1999, p. 7.

GUTTING, Gary (ed.) *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: CUP, 1999.

JOYCE, James. *Finnegans Wake*. Trad. Donald Schüler. Livro 1, Capítulo 1. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KANT, Immanuel. *Coleção Os Pensadores – Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KREMER-MARIETTI, Angéle (org.). *Introdução ao Pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LECHTE, John. *Cinquenta Pensadores Contemporâneos Essenciais – do Estruturalismo à pós-Modernidade*. Trad. Fábio Fernandes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a Filosofia e a Literatura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Michel Foucault – Ditos e Escritos; Vol. III*. Trad.: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência (A Obra-Prima de Cada Autor Nº 130)*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

PIGLIA, Ricardo. “Melodrama do Inconsciente”. In: *Folha de São Paulo – Caderno ‘Mais!’* de 22 de junho de 1998, p. 7.

## **Capítulo 3:**

# **Um Apólogo da Geografia**

O espaço geográfico se acha impregnado de história.<sup>106</sup>

*Olivier Dolfus*

### 3.1 Geografia: Definição e Problematização

Se o método histórico deve dar lugar ao geográfico nos estudos em outras humanidades, de acordo com o que foi exposto no primeiro capítulo desta tese, penso que devemos neste momento refletir sobre a geografia – suas definições, características e seu campo de ação. Tal análise se torna fundamental para identificarmos, no desenvolvimento deste trabalho, qual aspecto da geografia seria o mais adequado aos estudos comparativos em literatura. Primeiramente, como está indicado na frase de Olivier Dolfus em epígrafe, é importante lembrar que uma análise geográfica ou espacial não é ‘a-histórica’ ou ‘supra-histórica’.<sup>107</sup> Todo estudo geográfico, desde uma simples descrição de paisagem até um mapa de linhas ferroviárias, leva em consideração aspectos temporais. Voltaremos a este assunto mais adiante.

A pergunta mais elementar para quem estuda outros humanismos e quer entender o método geográfico é muito simples: o que é a geografia? A resposta, contudo, não é simples. A geografia talvez seja uma das áreas mais dinâmicas do humanismo<sup>108</sup>, por isso não podemos mais considerar satisfatórias para o século XXI as definições clássicas de geografia, como a dos pesquisadores alemães Alexander Von Humboldt (1769–1859) e Carl Ritter (1779–1859), que afirmavam,

---

<sup>106</sup> DOLLFUS, apud ALMEIDA (2002), p. 187.

<sup>107</sup> Termos elaborados por Nietzsche em sua crítica da história na *Segunda Consideração Extemporânea* – ver o primeiro capítulo da tese.

<sup>108</sup> Segundo Matthew Gandy: “(...) o objeto tradicional da geografia, que é a produção e o sentido do espaço, transformou-se em um objeto de estudo muito mais importante no campo das ciências humanas e sociais. Isso se deveu à desintegração parcial das fronteiras entre as disciplinas herdadas do século XIX.” (GANDY, apud CORRÊA e ROSENDAHL, 2004, p. 83)



sob a influência do pensamento de Kant<sup>109</sup>, ser a geografia um estudo corológico<sup>110</sup> e empírico da superfície da Terra, descrevendo cada região e analisando, dentro de cada uma, as inter-relações dos fenômenos que a caracterizam<sup>111</sup>. Outras definições mais atuais surgiram no século XX, como a de Lúcia Almeida e Tércio Rigolin, que afirmam ser a geografia simplesmente o “estudo dos espaços geográficos”<sup>112</sup>. Para esses autores, ‘espaço geográfico’ é o conjunto de lugares, marcados por diferentes naturezas, que passaram por diferentes processos históricos, unidos por uma complexa rede de relações e que se realizam nas mais variadas escalas.<sup>113</sup>

Por razões mais didáticas do que práticas, a geografia foi subdividida em duas áreas de estudo que não se dissociam uma da outra: a geografia *física* e a *humana*. O pesquisador de geografia física descreve e analisa os fenômenos em cuja gênese não houve interferência humana, embora o homem possa intervir nos seus processos, em maior ou menor grau<sup>114</sup>. A geografia física geralmente se fraciona em cinco ramos principais: geomorfologia, climatologia, hidrografia, geografia dos solos e biogeografia – esta última se dividindo em fitogeografia e zoogeografia.

A geografia humana ou ‘antropogeografia’<sup>115</sup> descreve e explica os efeitos da atividade do homem na superfície da Terra, como modelador de paisagens regionais<sup>116</sup>. Ela é geralmente subdividida em pelo menos cinco ramos: geografia da população, geografia econômica (desmembrada em agrária, comercial, das indústrias, dos transportes e comunicações), geografia urbana, geografia política e geografia cultural (ou social). A geografia cultural pode ainda ser desmembrada em geografia das línguas, geografia das religiões, geografia da habitação, geografia da alimentação e geografia médica<sup>117</sup>.

A geografia humana, que é considerada o ponto de encontro entre as ciências naturais e as ciências sociais, germinou com a obra *Antropogeographie*, de Friedrich

---

<sup>109</sup> O filósofo Immanuel Kant (1724–1804) estudou a geografia como meio para um conhecimento empírico do mundo. De 1756 a 1796 ele ditou aulas de geografia física na universidade de Königsberg. (Cf. VALVERDE, 1992, vol. 10, p. 5216)

<sup>110</sup> Corológico diz respeito à *corologia*, que é o estudo da distribuição geográfica dos organismos. (Cf. FERREIRA, Aurélio, 1999, p. 559)

<sup>111</sup> Cf. VALVERDE (1992), vol. 10, p. 5218.

<sup>112</sup> ALMEIDA (2002), p. 187.

<sup>113</sup> Cf. ALMEIDA (2002), p. 187.

<sup>114</sup> Cf. VALVERDE (1992), vol. 10, p. 5223.

<sup>115</sup> O termo ‘antropogeografia’ está em desuso. (Cf. GREGORY, 1996, p. 27)

<sup>116</sup> VALVERDE (1992), vol. 10, p. 5222.

<sup>117</sup> Idem, p. 5223.

Ratzel<sup>118</sup>; encontrando esta disciplina seu caminho metodológico recentemente (já no século XX), e começou a se estruturar com a obra do geógrafo francês Pierre George, que salientou de forma eficiente o caráter antropocêntrico da geografia no livro *Sociologie et Geographie* (1966). Na obra, ele declara que a unidade da geografia deve ser estabelecida de acordo com seu caráter de *ciência humana*<sup>119</sup>, com o devido cuidado de não excluir os elementos físicos do espaço em suas investigações, para evitar o risco de transformar a geografia em um simples ramo da sociologia<sup>120</sup>.

As definições de geografia que abrangem primordialmente a sua vertente física não fazem parte do nosso escopo de investigação. Este capítulo da tese objetiva somente refletir sobre os estudos que têm como foco principal as relações espaciais construídas pelos homens, relações sociais modificadoras (ou diferenciadoras) de determinados espaços, ou seja, a área de estudos da *geografia humana*.

Existe ainda um sexto desmembramento da geografia humana, que é especialmente interessante para o estudo desta tese, chamado de geografia histórica. Esse campo teórico, colocado em uma posição limítrofe entre as duas áreas do saber (história e geografia), é um emblema da impossibilidade de se separar por completo o saber histórico do saber geográfico (e vice-versa). Alguns autores inclusive usam a expressão ‘ciências irmãs’ para enfatizar a estreita ligação entre elas: “(...) Como ciências irmãs, a geografia não pode prescindir da história, assim como esta não pode ser compreendida sem a geografia”<sup>121</sup>. Chris Philo enfatiza a idéia de complementaridade entre as duas ciências no texto “História, Geografia e Geografia Histórica” (1995), ao afirmar que é possível enriquecer e lançar uma nova luz sobre acontecimentos históricos ao injetar-lhes um pouco de sensibilidade geográfica<sup>122</sup>.

O historicismo prejudicou as humanidades ao longo do século XX de um modo geral, e a geografia como campo de estudos em particular. O geógrafo norte-americano Edward W. Soja afirma que, por causa da hegemonia do método histórico, o historiador foi considerado como o crítico e observador social por

---

<sup>118</sup> SAUER (2003), p. 20.

<sup>119</sup> VALVERDE (1992), vol. 10, p. 5220.

<sup>120</sup> Cf. VALVERDE (1992), vol. 10, p. 5223.

<sup>121</sup> VALVERDE (1992), vol. 10, p. 5223.

<sup>122</sup> Cf. PHILO (1995), p. 278.

excelência, e a história como a perspectiva interpretativa privilegiada<sup>123</sup>. Para os geógrafos e a geografia restou apenas um pouco mais do que a descrição pormenorizada de resultados em pesquisa, aquilo que passou a ser chamado, segundo Soja, de “diferenciação de área dos fenômenos”<sup>124</sup>.

Com relação à geografia humana, a sua submissão teórica (em meados do século passado) ao método histórico em análises sociais foi um dos fatores que contribuíram para a *involução* dessa disciplina específica no meio acadêmico. Ainda segundo Edward Soja, apenas poucos geógrafos contribuíram individualmente para debates teóricos das ciências sociais, baseando-se, principalmente, nos permanentes temas característicos da geografia física e nos recursos ocasionais dos historiadores, fornecendo explicações ambientais limitadas dos eventos históricos. A geografia humana como um todo “ensimesmou-se, abstendo-se dos grandes debates teóricos, como se um muro alto se houvesse erguido a seu redor”<sup>125</sup>.

Percebe-se até mesmo na filosofia, que é uma das mais nobres áreas do saber humanista, uma ligação muito forte com a história.<sup>126</sup> Por isso, alguns filósofos que perceberam tal situação tentam esboçar uma reorientação teórica que possa resgatar a disciplina do jugo historicista e reorientá-la por uma perspectiva mais geográfica, como fazem Gilles Deleuze e Félix Guattari no texto “Geo-filosofia”<sup>127</sup>, escrito na última década do século XX. No referido texto, eles negam o papel secundário da geografia em relação à história, afirmando que a geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica, pois ela (a geografia) não é somente física e humana, mas também *mental*, como a paisagem<sup>128</sup>. Ao lembrar do lugar de nascimento da filosofia ocidental – a Grécia – os autores enfatizam a contingência de tal nascimento, as singularidades do território grego que propiciaram à filosofia um ambiente favorável (e talvez único) para seu

<sup>123</sup> Cf. SOJA (1993), p. 48.

<sup>124</sup> Cf. HARTSHORNE, apud SOJA (1993), p. 48.

<sup>125</sup> SOJA (1993), p. 48.

<sup>126</sup> Basta lembrarmos do papel crucial da história no pensamento de grandes filósofos como Hegel (que elaborou o idealismo histórico), ou Marx e Engels (criadores da concepção de materialismo histórico), por exemplo.

<sup>127</sup> A ‘Geo-filosofia’ foi fundada por Nietzsche para determinar os caracteres nacionais da filosofia francesa, inglesa e alemã. (Cf. DELEUZE, 1997, p. 133)

<sup>128</sup> Segundo Paul Claval, o termo ‘paisagem’ surgiu no século XV, nos Países baixos, sob a forma de *landskip*. “Aplica-se o termo aos quadros que apresentam um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento – uma janela, por exemplo. (...) A moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetua a observação.” (CLAVAL, apud CORRÊA e ROSENDAHL, 2004, p. 13) Claval ainda afirma: “(...) por volta de 1900 [são] numerosos os geógrafos que definem sua disciplina como uma ciência da paisagem ou das paisagens. Agindo assim, conjura-se a clivagem que a distinção entre um domínio físico e um domínio humano ameaça introduzir no estudo das distribuições terrestres.” (Idem, p. 22)

surgimento, isto é, a filosofia surge na Grécia mais de um devir<sup>129</sup> do que de uma historiografia.<sup>130</sup>

Talvez o maior erro dos estudos em humanidades não seja tanto o uso excessivo do método histórico, mas sim a falta de interesse pelos aspectos espaciais que influenciam seus objetos de análise. A geografia humana seria, assim, uma disciplina em cuja essência já se encontra um equilíbrio entre a perspectiva histórica e geográfica. É importante salientar que as relações humanas são relações essencialmente políticas – e relações de poder. Estas relações são necessariamente realizadas dentro de um lócus específico – lembrando que o termo (de origem grega) ‘política’ se refere a um conjunto de atividades que ocorrem em um determinado lugar, a *polis* (cidade).

### 3.2 A Geopolítica

Considera-se nos meios acadêmicos que a geopolítica,<sup>131</sup> enquanto variante da geografia política, foi criada por Friedrich Ratzel<sup>132</sup> (1844–1904), pelo que ele elaborou no conteúdo de seu livro *Politische Geographie* (1897; *Geografia Política*). Nesse livro, Ratzel preocupou-se em estabelecer uma analogia biológica no tocante aos mecanismos de contração e expansão dos Estados,<sup>133</sup> dando um caráter mais dinâmico à disciplina, por se tratar de um estudo direcionado às bases da política real desenvolvida pelos Estados na disputa por poder, áreas de influências, expansão territorial etc.<sup>134</sup> Por causa de sua preocupação teórica com assuntos de Estado, a geopolítica é hoje mais considerada como um ramo das ciências políticas do que propriamente uma subdivisão da geografia.

A geopolítica é uma área de estudos polêmica. Isaiah Bowman, que foi reitor da Universidade John Hopkins (nos Estados Unidos), afirmava que a geopolítica

---

<sup>129</sup> Na filosofia aristotélico-escolástica, o devir é a passagem de potência a ato; na filosofia hegeliana, o devir é a síntese dialética do ser e do não-ser. (Cf. JAPIASSÚ, 1998, p. 69)

<sup>130</sup> Cf. DELEUZE (1997), p. 125-6.

<sup>131</sup> O termo ‘geopolítica’, foi criado pelo geógrafo alemão Leo Waibel (1888–1951), para distinguir a concepção de Ratzel da geografia política tradicional. (Cf. VALVERDE, 1992, p. 5223)

<sup>132</sup> É fácil compreender o interesse de Ratzel pelas questões de Estado na sua concepção de geografia política, já que ele foi contemporâneo da unificação alemã e combateu na guerra franco-prussiana. (Cf. VALVERDE, 1992, p. 5223)

<sup>133</sup> Cf. GAMA (1992), p. 9610.

<sup>134</sup> O trabalho de Ratzel foi convertido em base ideológica da escola de geopolítica do III Reich, que extraiu de seu pensamento a doutrina do ‘espaço vital’ (especialmente pelo artigo de Ratzel publicado em 1901 e intitulado “Lebensraum”, que lançou a teoria do espaço vital). A teoria do espaço vital foi transformada em justificação pseudocientífica do expansionismo alemão. (Cf. GAMA, 1992, p. 9610-1 e VALVERDE, 1992, p. 5223).

nada mais é do que uma série de visões distorcidas das relações históricas, políticas e geográficas do mundo, para justificar agressões. Ou seja, para Bowman, a geopolítica não seria científica, nem tampouco um ramo da geografia<sup>135</sup>.

O crítico literário italiano Franco Moretti faz uma afirmação interessante no seu livro *Atlas do Romance Europeu* (2003): usando como referência literária os romances da escritora inglesa Jane Austen (1775–1817), Moretti entende que há uma afinidade forte entre o romance e a realidade geopolítica do Estado-nação. Pelo fato de o Estado-nação ser um conceito, por não ser visualizável como o vilarejo, a cidade, o céu ou as estrelas, o romance serve como representação simbólica desse Estado-nação. Moretti explica que os Estados-nações naturalmente já existiam bem antes da ascensão do romance – só que mais como Estados “potenciais” do que reais.<sup>136</sup> Tinham uma corte no centro, uma dinastia, uma força organizada de defesa, uma marinha, algumas tributações. Mas ainda eram sistemas fragmentados em diversos circuitos locais, em que o elemento estritamente nacional não influenciara até ali a existência cotidiana. Contudo, do final do século XVIII em diante, certos processos como o surto da industrialização, a melhoria das comunicações, a unificação do mercado nacional, e o recrutamento das massas para o trabalho industrial impele a população para a descoberta de uma dimensão muito maior do que aquela à qual estavam habituados. Só que isso acontecia de uma maneira coercitiva, por leis e impedimentos oficiais que exacerbavam as relações de poder entre governos e populações, causando protestos, desobediência civil e algumas insurreições. Somente através de uma configuração *simbólica* dessa nova situação, que possibilitasse a aceitação tácita da idéia de unidade nacional, é que a situação entre povo e mandatários se equilibrou. Para tanto, o romance contribuiu de maneira surpreendente.

No início de seu livro de ‘geografia literária’, Moretti escreve: “[nos romances de Jane Austen], seus enredos tomam a realidade dolorosa do desenraizamento territorial – quando suas histórias se abrem, o domicílio familiar está em geral prestes a ser perdido – e reescrevem-na como uma viagem sedutora: instigada pelo desejo e coroada pela felicidade. Tomam um *gentry* local, como os Bennets de *Orgulho e Preconceito* (1813; *Pride and Prejudice*), e a juntam à elite *nacional* de Darcy e sua espécie. Tomam a novidade estranha e áspera do Estado-nação e o

---

<sup>135</sup> Cf. VALVERDE (1992), p 5223.

<sup>136</sup> Cf. MORETTI (2003), p. 27.

transformam num lar grande e refinado”<sup>137</sup>. Em algumas partes do texto de *Orgulho e Preconceito*, podemos perceber a formação de um atrito inicial entre os habitantes do campo (a família Bennet) e o representante da capital em visita ao local, o “bom-partido” londrino chamado Darcy. Mas a desarmonia entre eles é logo resolvida pela atitude diplomática de Mister Bingley, ao afirmar que se sente bem tanto na cidade grande quanto no campo. Tal situação evoca a unicidade entre as diversas regiões do país, pela qual o indivíduo se sente o mesmo cidadão inglês onde quer que ele esteja:

- Não sabia, - continuou Bingley imediatamente – que a senhorita [Elizabeth] era uma tão grande estudiosa dos caracteres. Deve ser um estudo absorvente.
- Sim, mas os caracteres complexos são os mais interessantes. Pelo menos têm a vantagem de serem complicados.
- O campo, disse Darcy, oferece em geral poucos exemplares para um tal estudo. A sociedade em que nos movemos no campo é em geral muito limitada e monótona.
- Mas as pessoas em si mudam tanto que sempre existe nelas alguma coisa de novo a observar.
- Realmente, exclamou Mrs. Bennet, ofendida pela maneira com que ele se referia aos moradores do campo. Asseguro-lhes que existe tanta monotonia na cidade como no campo.[...]
- Mrs. Bennet, que imaginava ter ganho uma vitória completa sobre o outro, continuou, triunfante:
- Não vejo em que Londres tenha tão grande vantagem sobre o campo, exceto quanto às lojas e lugares públicos. O campo é muito mais agradável, não é, Mister Bingley?
- Quando estou no campo, respondeu este, nunca desejo ir embora. E quando estou na cidade, acontece a mesma coisa. Cada lugar tem as suas vantagens. Eu me sinto igualmente bem em ambos.<sup>138</sup>

Outros teóricos da literatura corroboram o pensamento de Franco Moretti sobre o vínculo entre o romance romântico e o sentido de Estado-nação em alguns países da Europa ocidental. Luiz Costa Lima afirma, no livro intitulado *O Controle do Imaginário – Razão e Imaginação nos Tempos Modernos*, que no primeiro quartel do século XIX, com o movimento romântico já plenamente consolidado na França e na Inglaterra, “o princípio de nação, o critério político da nacionalidade deixa de ser um elemento secundário ou paralelo, para se converter na pedra angular da mecânica judicativa”<sup>139</sup>.

### 3.3 Reorientação Teórica da Geografia

<sup>137</sup> Idem, p. 28.

<sup>138</sup> AUSTEN (1986), p. 27-8.

<sup>139</sup> COSTA LIMA (1989), p. 51.

Foucault explicou, em uma entrevista a um grupo de geógrafos franceses publicada na revista *Hérodote*, que certos problemas a respeito da geografia eram essenciais para os trabalhos dele sobre a formação dos discursos e a genealogia do saber<sup>140</sup>. Podemos considerar que toda a problematização de Foucault sobre o historicismo nas humanidades, seu interesse pela literatura e a sua elaboração da teoria das heterotopias se encontram no primeiro período de investigações do pensador francês, o de análise das formações discursivas (chamado por alguns estudiosos de ‘primeiro Foucault’<sup>141</sup>). A relação dos estudos espaciais com a obra geral de Foucault existe, por algumas razões, mas a mais óbvia dentre elas é o fato de que as relações de posicionamentos, fundamento de qualquer análise social nos dias de hoje, são relações indubitavelmente políticas. Sendo políticas, certamente são relações de poder, e os discursos são partes essenciais dos jogos de poder nas sociedades. O exercício do poder é uma expressão das mais reveladoras da subjetividade dos indivíduos. Temos, então, relacionados ao espaço, os três “vértices” principais do pensamento investigativo de Foucault: os discursos, o poder e a subjetividade.

Em se tratando das relações entre geografia e literatura, estudos concretos já se realizam no intuito de traçar caminhos metodológicos que empreguem a análise geográfica em estudos literários. Franco Moretti escreve, em *Atlas do Romance Europeu*, que “a geografia [é] uma força ativa, que impregna o campo literário e o conforma em profundidade. Tornar explícita a ligação entre geografia e literatura, portanto, – mapeá-la: porque um mapa é exatamente isso, uma ligação que se torna visível – nos permitirá ver algumas relações significativas que até agora nos escaparam.<sup>142</sup>”. Moretti percebe uma dupla possibilidade nas relações teóricas entre geografia e literatura, que ele chama simplesmente de ‘geografia literária’: uma delas seria o estudo do *espaço na literatura*; a outra seria o estudo da *literatura no espaço*. A primeira delas consiste em analisar o texto ficcional e extrair dele elementos representacionais ou documentais para análise dos lugares, como, por exemplo, a África dos romances coloniais ou a versão de Paris criada por Honoré de Balzac (1799–1850)<sup>143</sup>. Na segunda possibilidade de estudos, temos uma espécie de

---

<sup>140</sup> Cf. FOUCAULT (1999), p. 164.

<sup>141</sup> A primeira fase dos estudos de Foucault, a fase arqueológica, inicia-se em 1961 com a publicação de *História da Loucura*, e encerra-se em 1969, com a publicação de *A Arqueologia do Saber*.

<sup>142</sup> MORETTI (2003), p. 13.

<sup>143</sup> O geógrafo Matthew Gandy menciona a importância da literatura para o estudo das paisagens nos seguintes termos: “Para interpretar as paisagens ordinárias ou vernaculares, precisamos nos voltar para a *literatura*, que

geografia histórica: a análise da geografia real que interage com determinado período literário ou com uma obra em particular. Como exemplos desse segundo tipo de estudos, Moretti cita a análise das bibliotecas provinciais na Grã-Bretanha ou a criação de um mapa da difusão europeia de *Dom Quixote*<sup>144</sup>.

No caso específico da geografia literária de Moretti, o método que ele emprega é o estudo sistemático de *mapas*, que se enquadram no segundo tipo de estudos supracitados. A assimetria entre o real e o imaginário – entre a geografia e a literatura – é uma situação constante em estudos dessa ordem, e Moretti lembra, em seu livro, que essa assimetria levanta uma série de hipóteses para estudo como, por exemplo, se as localidades imaginárias são necessárias para alguma função narrativa específica; se os espaços ficcionais são particularmente adequados aos finais felizes e à realização dos desejos que em geral eles representam, como sugerem os espaços ficcionais dos romances de Jane Austen<sup>145</sup>. Do lado contrário, quanto mais pessimista uma estrutura narrativa se torna, menos freqüentes são seus espaços imaginários, como podemos perceber numa análise dos romances do gênero distópico<sup>146</sup>.

Ao mencionar as “relações significativas”<sup>147</sup> da geografia com a literatura, Moretti remete, no meu entendimento, ao texto-chave de Foucault (“Outros Espaços”), pois as relações significativas de Moretti podem ser consideradas uma parte das ‘relações de posicionamentos’ indicadas pelo filósofo francês, quando ele afirma que “estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos. [...] Vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos.”<sup>148</sup> Neste conjunto de relações mencionado acima, é plausível e coerente para mim que consideremos também as relações que envolvam a literatura – produto de um ser social que interage com diversos grupos em relações de posicionamentos – e a sociedade com a qual a obra trava contato, e em cujas características essa obra se baseia como representação ou crítica.

---

ênfatisa a idéia de que a paisagem é parte integrante da história cultural de um determinado lugar (...). A interpretação do significado simbólico da paisagem nos conduz assim a uma linha diferente de pensamento, que se desenvolve amplamente na *teoria literária* e na história da arte. (Cf. GANDY, apud CORRÉA e ROSENDAHL, 2004, p. 78-9; grifo meu)

<sup>144</sup> Cf. MORETTI (2003), p. 13-14.

<sup>145</sup> Idem, p. 28-30.

<sup>146</sup> O próximo capítulo desta tese analisa a questão espacial das distopias na tradição literária ocidental com maiores detalhes.

<sup>147</sup> MORETTI (2003), p. 13.

<sup>148</sup> FOUCAULT (2001), p. 413-414.



No livro *Geografias Pós-Modernas*, Edward Soja esclarece aos seus leitores que a hermenêutica crítica ainda está envolta numa narrativa-mestra temporal, numa imaginação histórica, mas ainda não equiparavelmente geográfica.<sup>149</sup> Em face desse problema, e com a convicção (em grande parte baseada nas observações de Foucault sobre o historicismo predominante na teoria social crítica dos dois últimos séculos), Soja afirma que a geografia deve se reformular para criar as condições necessárias para atender às novas necessidades do mundo globalizado; os anseios, da segunda metade do século XX em diante, pelas ‘geografias pós-modernas’ que abarquem a nova espacialidade da teoria social crítica. Soja quer dizer, com isso, que a compreensão dos novos rumos tomados pelas diversas sociedades deve ser investigada a partir de seus lugares regionais no contexto atual, o que exige uma abordagem espacial apropriada das complexas redes de relações humanas (relações de posicionamento, para Foucault), isto é, uma noção clara da importância do local, do regional, do nacional e do mundial que seja diferente das anteriores (que eram meramente descrições de paisagens); uma ‘nova espacialidade’ que estuda as relações sociais a partir do espaço em que elas se situam e com os outros espaços com que elas interagem. Isso precisa ocorrer porque vivemos em um mundo onde a noção de tempo se desfaz pela simultaneidade das relações humanas, com o avanço das tecnologias de informação e de comunicação de massas. Há uma quantidade enorme de imagens e referências, múltiplas perspectivas para um mesmo fato; qualquer historização hoje mais confunde do que norteia uma análise feita pela teoria social crítica<sup>150</sup>. Até mesmo a espacialidade atual se torna impossível de ser estudada pela geografia tradicional: o espaço urbano parece ser infinito e em constante movimento, ao se desdobrar em formas ilimitadas<sup>151</sup>, incorporando outras culturas, outras relações sociais, “outros espaços”<sup>152</sup>.

O geógrafo inglês Derek Gregory evidencia as radicais mudanças no mundo a partir das últimas décadas do século passado e a necessidade de mudanças

---

<sup>149</sup> SOJA (1993), p. 18.

<sup>150</sup> Cf. SOJA (1993), p.267.

<sup>151</sup> A noção de ‘formas ilimitadas’ pode ser entendida como a multiplicidade de aspectos pelos quais um mesmo espaço pode ser classificado: uma comunidade pode considerar de diferentes maneiras o *lócus* no qual determinados grupos sociais exercem seus posicionamentos, seja pela influência da propaganda oficial do governo ou da propaganda de uma empresa de construção civil, seja pelos grupos étnicos que a povoam, ou pela ideologia das agremiações políticas que têm maior penetração junto aos habitantes do lugar; ou pela distância desse *lócus* em relação ao centro comercial e político da cidade, à eficiência (ou ineficiência) do acesso via transporte público a esse determinado lugar; o lugar ainda pode ser identificado pelas principais atividades culturais ou econômicas que ocorrem em seu interior, e inúmeras outras possibilidades de caracterização.

<sup>152</sup> Cf. SOJA (1993), p.267.

metodológicas no campo da geografia humana ao escrever que a dramática reviravolta, a reestruturação e a desestabilização do capitalismo mundial; a crescente globalização da produção, das finanças, a até da cultura; o colapso do socialismo de Estado na Europa Oriental e Central; o ressurgimento de regionalismos e localismos étnicos e sócio-políticos; a busca por novos sistemas nacionais e internacionais de regras sócio-econômicas; a ênfase crescente no ambientalismo são interpretados por muitos como o indício do declínio da velha ordem e a cristalização de uma nova <sup>153</sup>. Segundo o geógrafo inglês, existe atualmente um “inegável sentimento de desorientação e ruptura nas ciências sociais contemporâneas, uma crescente impaciência de se estar avançando para além dos paradigmas teóricos, metodológicos e epistemológicos do período pós-guerra” <sup>154</sup>.

O futuro das humanidades tem que partir de uma ampla espacialização da imaginação crítica ou, como Soja prefere dizer, da geografia crítica humana pós-moderna. Para tanto, deve-se enfatizar a importância da interpretação espacial que fuja da mera descrição pormenorizada – uma interpretação dos lugares onde acontecem as relações sociais (ou relações de posicionamento) e uma interpretação das próprias relações.

O termo ‘pós-moderno’, usado por Edward Soja e vários outros teóricos humanistas <sup>155</sup>, é polêmico e de difícil conceituação. A definição mais apropriada do termo para os interesses deste capítulo é a que afirma ser o ‘pós-moderno’ a manifestação cultural típica dos países capitalistas economicamente mais desenvolvidos, a partir da década de sessenta do século XX <sup>156</sup>. Essa cultura, de acordo com Jean Baudrillard, é composta de experiências fragmentárias díspares e imagens que constantemente bombardeiam o indivíduo na música, vídeo (principalmente filmes), televisão, propaganda, rede mundial de computadores (internet) e outras formas de mídia eletrônica. <sup>157</sup> A velocidade e a facilidade de reprodução dessas imagens indicam que elas existem apenas como imagens, meras replicações pictóricas desprovidas de profundidade, coerência ou originalidade.

---

<sup>153</sup> Cf. GREGORY (1996), p. 12.

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Dentre os humanistas de renome internacional que estudam ou cuja obra está diretamente relacionada com as questões da pós-modernidade, podemos citar Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Fredric Jameson, Marguerite Duras, David Harvey e Linda Hutcheon. (Cf. LECHTE, 2002, p. 257-67)

<sup>156</sup> Cf. CHILDERS (1995), p. 235.

<sup>157</sup> Cf. CHILDERS (1995), p. 235.

Outra definição de pós-modernismo incorporada pela idéia de Soja sobre as ‘geografias pós-modernas’ é a que relaciona a referida manifestação cultural do capitalismo tardio com a noção espacial de ‘*descentramento*’<sup>158</sup> da existência (que, por vezes, é usada pelos teóricos do pós-modernismo somente de maneira metafórica). ‘Descentramento’ é um termo que foi primeiramente usado por Jacques Derrida (1930– 2004) no livro *L’écriture et la différence* (1967; *A Escritura e a Diferença*). Nesse livro, o filósofo franco-argelino afirma que o conceito de estrutura com um centro fixo é tão antigo quanto o pensamento (ou a episteme) ocidental. O centro funciona como uma origem (*arché*), um fim (*telos*), porém também é, paradoxalmente, um ponto fixo “Arquimediano” fora da estrutura, que serve para pôr em funcionamento, equilibrar e organizar a estrutura<sup>159</sup>. A época atual, para Derrida, promove uma ruptura e um redobramento em relação ao conceito de centro da estrutura (ou, segundo o autor, ‘estruturalidade da estrutura’<sup>160</sup>).

Dentro das ciências humanas, Derrida considera que a Etnologia representa em si mesma um exemplo de necessidade de ruptura com o centro da sua estrutura de estudos. Por ser uma ciência européia, a Etnologia já nasceu no bojo de uma tradição etnocêntrica (o eurocentrismo), e o etnólogo acolhe as próprias premissas do etnocentrismo no seu discurso no mesmo momento em que os denuncia<sup>161</sup>. Um verdadeiro descentramento nessa ciência humana deve ser posto em prática, primordialmente, deslocando o centro discursivo e investigativo da tradicional referência européia; ou seja, aplicando um deslocamento geográfico que anule (ou ao menos atenuar para um nível aceitável) a interferência histórico-cultural dos teóricos europeus.

Qualquer que seja a noção que se adote para o centro da estrutura (um deus, uma essência, um conceito da razão), o pensamento moderno reconhece a necessidade de se deslocar desse centro para entender melhor o funcionamento da estrutura. Paralelamente, se o centro, o ponto Arquimediano, o *arché* e o *telos* do método investigativo da teoria social crítica costumava ser a história, os estudiosos das humanidades também entram em um consenso a respeito de se promover uma

---

<sup>158</sup> Termo que não está dicionarizado, mas que mantém-se próximo aos verbetes ‘descentrar’ e ‘descentralizar’, que indicam ‘afastar ou separar do centro’ (Cf. FERREIRA, 1999, p. 638). ‘Descentramento’ seria, portanto, um neologismo em português que atenderia à especificidade de sentido necessária para traduzir o neologismo francês ‘*décentrement*’, criado por Derrida.

<sup>159</sup> Cf. DERRIDA (1995), p. 230.

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> Idem, p. 235.

mudança, um deslocamento para fora desse centro investigativo. Promover um *descentramento* e uma conseqüente ruptura, para melhor estudar as humanidades – e tal descentramento teórico pode realizar-se pelo método espacial (ou geográfico). Mesmo que esse descentramento acabe por criar um novo centro em posição diferente, a mudança de centro já seria suficientemente benéfica para resultar em novas possibilidades investigativas, novas teorias e hipóteses que ainda não haviam sido elaboradas.

### 3.4 Conclusão: uma heterotopia chamada Geografia Cultural

A *geografia cultural*<sup>162</sup> é, usando uma definição breve, mas arguta, de Philip Wagner e Marvin Mikesell, “a aplicação da idéia de cultura aos problemas geográficos”<sup>163</sup>. Ela é a subdivisão da geografia humana que apresenta, a meu ver, as melhores condições para justificar a substituição preconizada por Foucault do método histórico pelo geográfico nas ciências humanas (ou, nas palavras de Soja, a teoria social crítica). E há várias razões para isso. Primeiramente, segundo os geógrafos brasileiros Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, a geografia cultural se renovou a partir da década de 1990, apresentando um enriquecimento teórico substancial ao estabelecer um grande relacionamento com as outras humanidades, além de ser revigorada pelos estudos da geografia social.<sup>164</sup> Mais interessante ainda é a caracterização da geografia cultural que identifica essa área de estudos como uma heterotopia: “A geografia cultural que emerge da “guerra civil” entre geógrafos sauerianos e aqueles adeptos de novas influências é, em realidade, caracterizada por Duncan (2000) como uma *heterotopia*, em relação à qual coexistem inúmeras interpretações distintas, sem que uma seja melhor que a outra”<sup>165</sup>. Conclui-se que a geografia cultural é, por essa afirmação de Duncan, um espaço diferenciado em relação à geografia humana, um lugar de tensões entre os geógrafos representantes de diversas correntes teóricas, e portanto o espaço ideal para a revitalização e mudança de perspectivas e métodos, como sugere Soja. Nada

---

<sup>162</sup> Corrêa e Rosendahl consideram como ‘cultura’ o conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores de um grupo social. Tal conjunto é entendido como parte do cotidiano e cunhado no seio das relações sociais de uma sociedade de classes. (Cf. CORRÊA e ROSENDAHL, 2003, p. 13)

<sup>163</sup> WAGNER (2003), p. 27.

<sup>164</sup> Cf. CORRÊA e ROSENDAHL (2003), p. 12.

<sup>165</sup> Idem, p. 13.

mais coerente que a *literatura comparada*, enquanto uma ‘heterotopologia’, utilize nos seus objetos de análise os estudos e problematizações desenvolvidos pela geografia cultural; usufruindo, assim, de uma nova teoria social crítica que surge como nova proposta de estudos para atender às recentes demandas metodológicas e investigativas, indicadas por Foucault no final da década de 1960.

---

### Referências bibliográficas do capítulo:

ALMEIDA, Lúcia e RIGOLIN, Tércio. *Geografia*. São Paulo: Ática, 2002.

AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*. Tradução: Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986 (?).

CHILDERS, J. & HENTZI, G. (ed.) *The Columbia Dictionary of Modern Literary and Cultural Criticism*. New York: Columbia University Press, 1995.

CLAVAL, Paul. “A Paisagem dos Geógrafos”. Trad.: Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagens, Textos e Identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA LIMA, Luiz. *O Controle do Imaginário – Razão e Imaginação nos Tempos Modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “Geo-filosofia”. In: - - - . *O Que É a Filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto A. Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Trad. Maria B. M. Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Aurélio – Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. “Outros Espaços”. In: - - - . *Ditos e Escritos – Vol. III*. Trad. Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a Geografia”. In: - - - . *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GANDY, Matthew. "Paisagem, Estéticas e Ideologia". Trad.: Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagens, Textos e Identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham (org.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Trad.: Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu: 1800 – 1900*. Trad. Sandra G. Vasconcellos. São Paulo: Boitempo, 2003.

PHILO, Chris. "História, geografia e geografia histórica". In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham (org.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Trad.: Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SAUER, Carl O. "A Morfologia da Paisagem" (Trad. Gabrielle C. Braga). In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

VALVERDE, Orlando. *Enciclopédia Mirador Internacional*. Vol. 10. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

WAGNER, Philip e MIKESELL, Marvin W. "Os Temas da Geografia Cultural". In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

## **Capítulo 4:**

# **Utopia, Distopia & Heterotopia**

A ligação entre geografia e literatura é inegável. O autor de obras literárias tem uma tendência natural a enfatizar mais os aspectos geográficos que os históricos, o que mostra o interesse maior do artista em situar sua narrativa em determinados ambientes do que estabelecer referências cronológicas, como lembra o escritor inglês Anthony Burgess (1917–1994):

(...) [To] the writer, geography seems to be more important than history, and it is the geography of England that is perpetually reflected in its literature, far more than the pattern of events which we call the history of a nation. England is an island, and the sea washes its literature as much as its shores.<sup>166</sup>

Neste capítulo, analisaremos um conceito geográfico exclusivamente literário, a *Utopia*, e dois outros termos que derivaram diretamente dele: a *distopia* (também restrito ao âmbito literário) e a *heterotopia*, conceito elaborado por Foucault para ser aplicado em todas as ciências humanas – fato que reforça a ligação da teoria foucaultiana com a literatura desde sua gênese.

#### 4.1 Utopia

Na tradição literária ocidental existe uma obra que é, talvez, a mais famosa representação de um espaço geográfico imaginário diferente e contrário a qualquer espaço real existente na época: *A Utopia*<sup>167</sup> (1516) – principal obra escrita pelo humanista inglês Thomas More (1478–1535), sob influência da cultura renascentista italiana. O livro, escrito originalmente em latim renascentista, recebeu contribuição

---

<sup>166</sup> BURGESS (1996), p. 9, 11.

<sup>167</sup> O título original da obra é: *De optimo reipublicae statu, deque nova insula Utopia* (tradução: “Sobre o melhor estado de uma república e sobre a nova ilha Utopia” – apud CARPEAUX, 1992, p. 11271).



do platonismo<sup>168</sup> e da filosofia estóica, constituindo uma notável expressão do desejo de reforma de toda a vida social, política e religiosa dos europeus do século XVI (uma época de profunda renovação)<sup>169</sup>. *A Utopia* tornou-se ainda uma ‘matriz’ para outras tentativas posteriores de se representar uma sociedade ideal, como *A Cidade do Sol*<sup>170</sup>, de Tommaso Campanella (1568–1639) e *A Nova Atlântida*<sup>171</sup>, de Francis Bacon (1561–1626). Tanto em uma quanto em outra obra seiscentista, o elemento geográfico desempenha um papel decisivo: o país utópico é procurado em continentes ainda desconhecidos e, de preferência, em ilhas que, pelo isolamento natural, ficam livres de contaminação pela decadência das instituições e costumes europeus.<sup>172</sup> Pela característica de elaborar um território imaginário, diferente e melhor que os territórios reais, a obra literária utópica é mais *descritiva* do que narrativa.

Thomas *Morus* (variante latinizada que ele adotou em substituição a ‘More’, como escritor) apresenta na obra em questão um Estado imaginário que governa sua sociedade ‘proto-comunista’ localizada em uma ilha, cuja situação geográfica permite o comércio marítimo e facilita a defesa contra os inimigos; é uma Inglaterra ideal. Em *Utopia*, a ordem social baseia-se na família e conta com o trabalho de todas as pessoas, exceto um pequeno grupo de homens que se dedicam aos estudos. Quem governa a ilha é uma assembléia eleita democraticamente. A assembléia interfere tanto nos assuntos de ordem pública quanto nos econômicos, evitando assim problemas de desigualdade social entre os cidadãos das cinquenta e quatro cidades que compõem o Estado idealizado de *Utopia*<sup>173</sup>. A palavra “utopia” significa literalmente “lugar nenhum” ou “não-lugar” (os elementos mórficos desse topônimo forjado por More vêm do grego: a junção de *ou*: ‘negação’ com *tópos*: ‘lugar’, mais o sufixo típico de topônimos: *ía*)<sup>174</sup>. Para Michel Foucault, as utopias

<sup>168</sup> *A República*, de Platão (c. 427 – 347 a.C.) é considerada a primeira ‘utopia’ escrita no ocidente (no sentido de representação de uma sociedade ideal). Na obra, Platão descreve o governo de um Estado ideal rigidamente totalitário (e, em parte, comunitário) que é confiado aos filósofos. (Cf. CARPEAUX, 1992, p. 11.271)

<sup>169</sup> Cf. PESSANHA (2000), p. 8.

<sup>170</sup> Campanella postula, em *A Cidade do Sol* (*Civitas Solis* – 1623), uma monarquia universal à maneira platônica, acima da qual só há o papa. Campanella imagina uma vida social rigorosamente ordenada, com um Estado forte, concebido como uma grande catedral, fortemente hierarquizado, com tudo no lugar e culminando numa Igreja da Inteligência. (Cf. JAPIASSÚ, 1998, p. 37)

<sup>171</sup> No livro *New Atlantis* (1627), Bacon escreve sobre seu projeto de ‘saber é poder’ – o aperfeiçoamento da ciência e o subsequente aperfeiçoamento da ordem social em uma “cidade ideal na qual é fixado um objetivo humano para a ciência: lutar contra a ignorância, o sofrimento e a miséria; e permitir ao império humano realizar tudo o que é possível, propagando ciência e cultura.” (JAPIASSÚ, 1998, p. 25)

<sup>172</sup> Cf. CARPEAUX, (1992), p. 11271.

<sup>173</sup> Idem, p. 7890.

<sup>174</sup> Idem, p. 11271.

são entendidas como posicionamentos sem lugar real: “são posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais”<sup>175</sup>. Na famosa obra de Morus, o segundo ‘livro’ da sua primeira parte (intitulada “Da Comunicação de Rafael Hitlodeu”<sup>176</sup>) inicia a descrição da ilha imaginária:

A ilha de Utopia tem duzentos mil passos em sua maior largura, situada na parte média. Esta largura diminui gradual e sistematicamente do centro para as duas extremidades, de maneira que a ilha inteira se arredonda em um semicírculo de quinhentas milhas de arco, apresentando a forma de um crescente, cujos cornos estão afastados onze mil passos aproximadamente.

(...) Se se der crédito às tradições, aliás plenamente justificadas pela configuração do país, esta terra não foi sempre uma ilha. Chamava-se antigamente Abraxa e se ligava ao continente; Utopus apoderou-se dela, e deu-lhe seu nome.

Este conquistador teve bastante gênio para humanizar uma população grosseira e selvagem e para formar um povo que ultrapassa hoje todos os outros em civilização. Desde que a vitória o fez dono deste país, mandou cortar um istmo de quinze mil passos no lado em que está ligado ao continente; e a terra de Abraxa tornou-se assim a ilha da Utopia. Utopus empregou, no acabamento dessa obra gigantesca, os soldados do seu exército, assim como os indígenas, a fim de que estes não olhassem o trabalho imposto pelo vencedor como uma humilhação e um ultraje. Milhares de braços foram então postos em movimento e o êxito, em breve, coroava o empreendimento. Os povos vizinhos que, antes, haviam tachado esta obra de vaidade e loucura, tomram-se de espanto e de terror.<sup>177</sup>

Séculos depois da morte de Thomas Morus, filósofos socialistas, como os franceses Charles Fourier<sup>178</sup> (1772–1837) e Pierre-Joseph Proudhon<sup>179</sup> (1809–1865), foram classificados de ‘utópicos’, pois escreveram sobre a possibilidade de construção de sociedades ideais, livres e igualitárias, como aquela que é descrita por Morus em sua obra capital. Várias décadas antes de Fourier e Proudhon, o

<sup>175</sup> FOUCAULT (2001), p. 414-5.

<sup>176</sup> A obra *A Utopia* é dividida em partes e cada parte é subdividida em ‘livros’. Cada ‘livro’ é desmembrado em capítulos.

<sup>177</sup> MORE (2000), p. 57-8.

<sup>178</sup> Em sua primeira obra, *Le Nouveau Monde Industriel et Sociétaire* (1829; *O Novo Mundo Industrial e Societário*), Fourier defende a “abolição total da sociedade burguesa e sua substituição pela sociedade dos *phalanstères* (falanstérios), comunidades sem propriedade privada e sem laços familiares, sem rígida divisão de trabalho, mas com amplo desenvolvimento da mentalidade lúdica, o que parecia o estabelecimento de um paraíso social, sem freios autoritários.” (CARPEAUX, 1992, p. 11272)

<sup>179</sup> As idéias utópicas e anárquicas de Proudhon são expostas com maior clareza em *Du Principe Fédératif* (1863; *Do Princípio Federativo*) e *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières* (1865; *Sobre a Capacidade Política das Classes Trabalhadoras*). Nessas obras, ele rejeita a luta política, considerando-a fútil e ineficiente. Segundo Proudhon, a sociedade futura seria organizada conforme um sistema de mutualismo, de auxílio recíproco dos associados por intermédio de um ‘banco do povo’, que daria empréstimos sem juros aos necessitados. As associações se reuniram em federações regionais, e a federação das federações substituiria, enfim, o Estado. Depois de algum tempo, essa idéia das federações foi aceita por todos os grupos anarquistas, inclusive pelos adeptos do anarquista russo Mikhail Bakunin (1814–1873) e pelos anarquistas espanhóis. (Cf. BARBOSA, 1992, p. 9377)

filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712–1778) escreveu *O Contrato Social* (1762), uma espécie de utopia democrática<sup>180</sup> na qual ele elabora a figura do ‘bom selvagem’, que está geograficamente distante e é moralmente superior aos europeus decadentes. Em um trecho desse livro, o capítulo intitulado “Do Pacto Social”, Rousseau comenta:

Suponhamos os homens chegando àquele ponto em que os obstáculos prejudiciais à sua conservação no estado de natureza sobrepujam, pela sua resistência, as forças de que cada indivíduo dispõe para manter-se nesse estado. Então, esse estado primitivo já não pode subsistir, e o gênero humano, se não mudasse de modo de vida, pereceria.  
Ora, como os homens não podem engendrar novas forças, mas somente unir e orientar as já existentes, não têm eles outro meio de conservar-se senão formando, por agregação, um conjunto de forças, que possa sobrepujar a resistência, impelindo-as para um só móvel, levando-as a operar em concerto [isto é, superadas as forças individuais, só o poder da coletividade pode atender às solicitações da existência].<sup>181</sup>

Em sua obra, Rousseau indica que a civilização é responsável pela degeneração das exigências morais profundas da natureza humana e sua substituição pela natureza intelectual. A vida do homem primitivo seria feliz porque ele sabe viver de acordo com suas necessidades inatas. Ele é totalmente auto-suficiente ao construir sua existência no espaço isolado das florestas, satisfazendo as necessidades de alimentação e sexo sem maiores dificuldades; e ele ainda tem a vantagem de não ser atingido pelas conseqüências da natureza intelectual, como a angústia diante da doença e da morte. O comportamento do ‘bom selvagem’, guiado pelo sentimento de auto-preservação é equilibrado, segundo Rousseau, pelo inato sentimento de piedade que o impede de fazer mal aos outros desnecessariamente<sup>182</sup>. O homem natural desde suas origens é dotado, na concepção Rousseauiana, de livre-arbítrio e sentido de perfeição, mas o desenvolvimento pleno desses sentimentos inatos só ocorre quando são estabelecidas as primeiras comunidades locais, os primeiros grupos humanos cuja organização era baseada, sobretudo, na ligação familiar: “A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a família; ainda assim, só se prendem os filhos ao pai enquanto dele necessitam para a própria conservação”<sup>183</sup>.

<sup>180</sup> Cf. CARPEAUX (1992), p. 11271.

<sup>181</sup> ROUSSEAU, 1999, p. 69.

<sup>182</sup> Cf. CHAUÍ (1999), p. 12-3.

<sup>183</sup> ROUSSEAU (1999), p. 55.

Em função de tudo que *A Utopia* inspirou, essa alegoria do pensador e estadista inglês adquiriu um sentido mais amplo com o passar do tempo – ‘utopia’ significa hoje todo projeto de uma sociedade (ou comunidade) ideal perfeita<sup>184</sup>; ou, pelo menos, uma concepção de sociedade que é melhor que a sociedade real em que vivemos. O termo, não obstante, com o passar do tempo também adquiriu um outro sentido mais negativo, ou pejorativo, de um ideal irrealizável e, portanto, fantasioso.

Foucault utiliza o termo ‘utopia’ como a referência básica para iniciar sua explicação do que seria uma ‘heterotopia’ (neologismo explicitamente derivado de ‘utopia’) no texto de sua conferência intitulada “Outros Espaços” (1967), valendo-se principalmente do sentido filosófico que a palavra criada por Thomas More representa nos dias atuais, de um ‘contrapositionamento’, um espaço irreal de contestação dos posicionamentos reais:

Há, inicialmente, as utopias. [...] Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contrapositionamentos, espécies de *utopias* efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às *utopias*, de heterotopias; e acredito que entre as utopias e estes posicionamentos absolutamente outros, as heterotopias, haveria, sem dúvida, uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho. O espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar [...]. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, no lugar que ocupo, uma espécie de efeito retroativo; é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe.<sup>185</sup> (Grifo meu)

## 4.2 Distopia

A *Distopia*, uma variante moderna da utopia que surgiu no final do século XIX, tornou-se um gênero literário próprio, com presença marcante na cultura anglo-americana<sup>186</sup>, significando basicamente o oposto do que se entende por ‘utopia’. É aplicado para um lugar específico que é desagradável, opressivo e desumanizador,

<sup>184</sup> Cf. JAPIASSÚ (1998), p. 267.

<sup>185</sup> FOUCAULT (2001), p. 415.

<sup>186</sup> Segundo Gabriela R. Fernández, “entre o final do século XIX e a metade do século XX, a mistura entre consciência política, romantismo e conflitos sociais fez aparecer um tipo específico de gênero na literatura anglo-saxã: a distopia”. (Cf. FERNÁNDEZ, 2006, p. 97) Apesar da grande popularidade da distopia como gênero literário nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha, a crítica especializada considera que o primeiro escrito distópico de relevância é o seminal romance curto (ou ‘*novella*’) do escritor russo Yevgeny Zamyatin (1884–1937), intitulado *Nós* (1921).

geralmente situado cronologicamente em um futuro hipotético não muito distante de nosso presente (por isso as obras distópicas são comumente classificadas como ‘ficção científica’). A distopia é pura e simplesmente a criação de um pesadelo literário. Ela pode servir como uma crítica e um alerta sobre certas tendências em voga na política e na economia dos países reais, revelando os possíveis resultados dessas tendências para a sociedade com o passar do tempo, com uma constante ênfase dos autores distópicos na perda tanto das liberdades individuais quanto da subjetividade. As referências geográficas não são as mesmas das utopias: os espaços mais comumente relatados nas obras distópicas não são terras distantes, mas os próprios lugares em que os autores vivem. Esse detalhe geográfico é crucial para a criação do ‘aviso à sociedade’ proposto pela narrativa distópica e esse fator geográfico tem um forte aspecto simbólico, pois indica que o estado atual das coisas no espaço real em que as pessoas vivem, as relações sociais, políticas e econômicas que se configuram na região em questão apresentam problemas graves, são relações humanas que têm em si o germe da própria decadência de sua sociedade. Basta que as relações continuem a se deteriorar, da forma como estão conduzidas atualmente, para que, futuramente, levem o espaço real em que ora se situam a se tornar opressivo e nefasto.

Dentro das mesmas metrópoles reais (Londres, Nova York, Moscou etc.) se encontram modificados os lugares sociais específicos: as casas se transformam em celas, os espaços abertos são áreas de monitoramento permanente, locais privados se tornam coletivos, os ambientes de trabalho são descritos como excessivamente especializados e impessoais. O deslocamento do referencial de tempo para um futuro (geralmente próximo ou indefinido) é o elemento suficiente para tornar a própria terra natal do escritor uma distopia – o mesmo território em um tempo vindouro, transformado pelas relações humanas degeneradas: a indicação alarmante de um futuro possível que inquieta, amedronta, e potencializa os problemas atuais ao extremo; é a perspectiva sombria de um amanhã muito pior que hoje.

Na literatura mundial, talvez duas das maiores referências para o gênero do romance distópico sejam obras de autores ingleses: *Brave New World* (1932; *Admirável Mundo Novo*), de Aldous Huxley (1894–1963) e *1984* (publicado em 1949), de George Orwell (1903–1950). As referidas obras são dois ‘clássicos

modernos' que possuem discursos ideológicos explícitos<sup>187</sup>, e inegáveis precursoras da tradição do gênero distópico, que é muito apreciado pela sociedade anglo-americana. Observemos, em *Admirável Mundo Novo*, de que maneira o autor descreve dois espaços opressores de sua distopia londrina: um deles é o “lar / cela” típico daquela distopia, o outro é um prédio funcional cujos andares e escritórios caracterizam a extrema especialização e a manipulação dos meios de comunicação de massa:

Lar, lar – alguns quartos exíguos e sufocantes, habitados por um homem, uma mulher, periodicamente grávida, um bando de meninos e meninas de todas as idades. Sem ar, sem espaço; uma prisão sem condições de esterilidade; escuridão, doença, mau cheiro.

(...)

Lenina saiu do banho, enxugou-se, pegou um longo tubo flexível ligado numa parede, colocou o bocal no peito como se pretendesse suicidar-se, apertou o gatilho. Uma onda de ar tépido empoou-a com o mais fino talco. (...)

O lar era tão sujo psíquica quanto fisicamente. Psiquicamente, era uma toca de coelho, um monturo, fervente de atritos da vida apertada e amontoada, esfumaçado pelas emoções. Que intimidades sufocantes, que relações perigosas, insanas, obscenas entre os membros do grupo familiar!<sup>188</sup>

Os vários Escritórios de Propaganda e a Escola de Engenharia Emocional estavam instalados num só edifício de sessenta andares na Fleet Street. No subsolo e nos andares inferiores estavam as oficinas gráficas e os escritórios dos três grandes jornais de Londres – o *Rádio Horário*, jornal para as classes superiores, o *Gazeta dos Gamas*, verde-pálido, e o *Espelho dos Deltas*, em papel cáqui e com palavras exclusivamente monossílabas. Depois vinham os Escritórios de Propaganda pela Televisão, pelo Filme Sensível e pela Voz e Música Sintéticas respectivamente – vinte e dois andares deles. Acima estavam os laboratórios de pesquisa e as câmaras acústicas nas quais os Redatores de Sons e os Compositores Sintéticos faziam seu trabalho delicado. Os dezoito andares superiores eram ocupados pela Escola de Engenharia Emocional.<sup>189</sup>

O outro romance distópico seminal da literatura inglesa, *1984*, faz referências explícitas ao quadro geopolítico configurado após a “partilha” das zonas de influência resultantes da segunda Guerra Mundial (conflagrada em 1939 e finalizada em 1945), especialmente à política de isolamento e antagonismo comunista aos países capitalistas patrocinada pelo ditador soviético Ossif (ou ‘Iosif’ em russo) Djugatchvili (1879–1953), conhecido como *Stalin* (“homem de aço”). No livro, George Orwell concebe uma perpétua luta pelo poder mundial entre os governantes de três grandes continentes, a Oceania (onde se passa a história), a Eurásia e a Lestásia. O pretexto usado pelo governo do ‘Grande Irmão’ para manter os cidadãos de Oceania constantemente vigiados e em esforço de guerra é a suposta ameaça de invasão de seu território por um ou outro dos continentes taxados como seus inimigos, levando

<sup>187</sup> Cf. FERNÁNDEZ (2006), p. 97.

<sup>188</sup> HUXLEY (1974), p. 62-3.

<sup>189</sup> Idem, p. 94.

a população, por meio de uma eficiente máquina de propaganda, a sentir medo e ódio dos desconhecidos antagonistas, conforme observamos no seguinte fragmento do texto:

Winston não podia lembrar definitivamente uma época em que o país não estivesse em guerra, mas era evidente um intervalo de paz bastante longo durante sua infância, porque uma das suas mais longínquas recordações era de um bombardeio aéreo que parecera a todos surpreender. Fora talvez quando a bomba atômica caíra em Colchester.

[...] Desde mais ou menos aquela época, a guerra fora literalmente contínua, embora, a rigor, não fosse sempre a mesma guerra. Durante vários meses, durante sua meninice, houvera confusas lutas de rua na própria Londres, e de algumas ele se recordava vivamente. [...] Naquele momento por exemplo, em 1984 (se é que era 1984), a Oceania estava em guerra com a Eurásia e era aliada da Lestásia. Em nenhuma manifestação pública ou particular se admitia jamais que as três potências se tivessem agrupado diferente. Na verdade, como Winston se recordava muito bem, fazia apenas quatro anos a Oceania estivera em guerra com a Lestásia e em aliança com a Eurásia. Isso, porém, não passava de um naco de conhecimento furtivo, que ele possuía porque sua memória não era satisfatoriamente controlada. Oficialmente, a mudança de aliados jamais tivera lugar. A Oceania estava em guerra com a Eurásia: portanto, a Oceania sempre estivera em guerra com a Eurásia.<sup>190</sup>

No gênero literário da distopia, o texto é predominantemente *descritivo*, assim como nas utopias, fato que nos leva a refletir sobre tal especificidade no que se refere ao estudo literário do terceiro tipo de lugar diferenciado, a *heterotopia*. Sendo tanto o texto utópico quanto o distópico mais descritivos que narrativos, parece lógico (e óbvio) considerar que o texto *heterotópico* também o seja, já que a descrição do meio, do ambiente onde as pessoas interagem, seja elemento fundamental para viabilizar uma análise desse espaço diferenciado que é a heterotopia (real ou ficcional). Um texto é classificado como do tipo descritivo quando, segundo E. Werlich (1975), seu enunciado textual apresenta verbo estático (no presente ou no pretérito imperfeito) e a indicação circunstancial de lugar<sup>191</sup>. Assim sendo, o texto literário que possibilita a análise heterotópica deve propiciar ao pesquisador indicações claras dos espaços onde os personagens se situam, descrições dos ambientes de permanência ou convívio das pessoas representadas nas obras, detalhes de localização que justifiquem o uso de verbos estáticos na estrutura do texto. Na proposta desta tese, o texto de *Os Sertões* será analisado no intuito de se verificar a viabilidade de um estudo heterotopológico da referida obra. O referido texto de Euclides da Cunha é predominantemente descritivo, como podemos observar no seguinte fragmento:

<sup>190</sup> ORWELL, 2004. p. 35-36.

<sup>191</sup> Cf. WERLICH (1975), apud DIONÍSIO (2005), P. 28.

Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins.

O meio atraía-os e guardava-os.

As entradas de um lado da meridiana, impróprias à dispersão, facilitavam antes o entrelaçamento dos extremos do país. Ligavam-nos no espaço e no tempo. Estabelecendo no interior a contigüidade do povoamento, que faltava ainda em parte da costa (...).<sup>192</sup>

Insulado deste modo no país que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação mais alta.

O círculo estreito da atividade remorou-lhe o aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

A sua religião é como ele – mestiça.<sup>193</sup>

Os fragmentos de texto acima têm características nitidamente descritivas, segundo a teoria de Werlich: apresentam adjetivos de descrição espacial (“murado” / “Insulado”), verbo estático (“ficaram”), usam com freqüência o presente do indicativo e o pretérito imperfeito, e fazem indicações circunstanciais de lugar, ao mencionar a proximidade do elemento humano (o sertanejo) com um acidente geográfico (a Serra Geral) e um estado nordestino (o Piauí), como também o isolamento desse sertanejo em relação ao seu país, a sua luta com o meio em que vive e a frágil fixidez desse homem à terra. Em termos de tipologia textual, verifica-se que o texto de *Os Sertões* apresenta predominância descritiva, o que o faz possuir uma das condições para ser examinado por uma perspectiva heterotópica. A outra condição para o texto ser heterotópico, condição esta desvinculada de similaridade com o texto da utopia ou a distopia, será analisada a seguir, na terceira parte do capítulo.

### 4.3 As Heterotopias de Foucault

O termo ‘heterotopia’ de Michel Foucault relaciona-se tanto com ‘utopia’ quanto com ‘distopia’. Derivado de ‘utopia’, a heterotopia é uma dupla possibilidade, pois não está somente vinculada a espaços imaginários ou irreais. A heterotopia também se configura em um espaço real, fato que amplia bastante sua

<sup>192</sup> CUNHA (2000), p. 87.

<sup>193</sup> CUNHA (2000), p. 117.



aplicabilidade, mesmo se o interesse inicial de uma análise de heterotopia derivar de um estudo literário.

A primeira vez que a palavra heterotopia aparece em uma obra de Foucault é no prefácio de *Les Mots et les Choses – une Archéologie des Sciences Humaines* (1966; *As Palavras e as Coisas – uma Arqueologia das Ciências Humanas*). No prefácio, ele afirma que seu livro surgiu da leitura de um texto do escritor argentino Jorge Luís Borges (1899–1986) que cita uma “enciclopédia chinesa” que apresenta uma taxionomia fantástica, onde seres imaginários se misturam a seres reais, por critérios enigmáticos. A partir desse assunto, Foucault faz menção à utopia e à heterotopia, identificando o texto de Borges de acordo com o segundo termo, pois a classificação da enciclopédia chinesa é uma impossibilidade para a linguagem e, por conseqüência, para o *logos*, sendo uma contestação desmistificadora de qualquer quimera por ter seu espaço factual já estabelecido<sup>194</sup>; unindo seres imaginários e reais em um mesmo lugar real (a referência geográfica real, o território da China, não pode tornar-se irreal, e isso impede a criação de um lugar imaginário que possa abrigá-los).

A obra de Jorge Luís Borges, aliás, mereceria um estudo heterotopológico à parte, pois é fascinante o jogo que ele estabelece entre espaços reais e espaços imaginários, e tal situação que pode ser identificada em inúmeros momentos de sua literatura<sup>195</sup>. Por exemplo, no conto *O Aleph*, Borges concebe um espaço singular, que se torna impossível até mesmo para o escritor de descrever, pela característica de unir em si todos os espaços, de ser um lugar ilimitado e em movimento contínuo, se expandindo para todos os lados e visto sob todos os ângulos; um desafio a qualquer noção de espaço-tempo que porventura nós tenhamos tanto para perceber os lugares reais quanto os imaginários:

– O Aleph? – perguntei.  
 – Sim, o lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do mundo, vistos de todos os ângulos.<sup>196</sup>  
 (...) Então vi o Aleph. (...) começa aqui meu desespero de escritor. Toda linguagem é um alfabeto de símbolos cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilham; como transmitir aos outros o infinito Aleph, que minha tímida memória mal e mal abarca?<sup>197</sup>

<sup>194</sup> Cf. FOUCAULT (2000), p. XIII.

<sup>195</sup> Em *O Livro dos Seres Imaginários*, Borges descreve vários seres irrealis em espaços reais, como em “Fauna Chinesa”, “Fauna dos Estados Unidos”, “O Catoblepas” (monstro situado na Etiópia), “O Gato de Cheshire e os Gatos de Kilkenny” (referência a dois condados ingleses), etc. (Cf. BORGES, 1996, p. 50; 70; 108; 123)

<sup>196</sup> BORGES (1986), p. 130.

<sup>197</sup> Idem, p. 132.

(...) Vi o populoso mar, vi a aurora e a tarde, vi as multidões da América, vi uma prateada teia de aranha no centro de uma negra pirâmide, vi um roto labirinto (...) vi intermináveis olhos próximos perscrutando em mim como num espelho.<sup>198</sup>

Na primeira vez que Foucault elabora uma idéia de heterotopia em *As Palavras e as Coisas*, percebe-se que o termo ainda possui uma definição vaga, obscura. Somente com o texto derivado de uma de suas conferências no final da década de 1960, “Outros Espaços”<sup>199</sup>, é que o então neologismo ‘heterotopia’ recebe um tratamento mais adequado, com uma definição mais detalhada e vários exemplos que tornam o termo mais claro para futuras interpretações e aplicações teóricas.

O *topos*, a região ou o terreno, é o elemento de articulação – a referência – para as idéias de Foucault na sua elaboração da idéia de heterotopias. O fator geográfico de um espaço diferenciado que está integrado aos espaços reais ao mesmo tempo que os contesta, é o prisma de análise, o filtro de estudos, o caminho a se trilhar na formação de uma nova teoria social crítica que atenda aos desafios que se afiguram para as humanidades no horizonte do século XXI.

Para Foucault, as heterotopias são ambientes privilegiados para a análise dos fenômenos sócio-culturais (ou simplesmente humanos), em uma espécie de “micro-sociologia”<sup>200</sup>, pela constante “tensão” de forças que os posicionamentos reais mantêm com elas. Mas como são identificadas as heterotopias? Foucault deixou essa questão em aberto, não delimitando as heterotopias. Citou alguns exemplos, que mais parecem projeções metafóricas, como o asilo, o cemitério, o ambíguo espelho<sup>201</sup> (pois é uma espécie de utopia e heterotopia ao mesmo tempo) e o barco. Penso que Foucault deve ter deixado a definição de heterotopia apenas parcialmente delineada por um motivo especial: ele queria que uma (ou várias) área(s) de estudo se encarregasse(m) da definição e sistematização mais completas das heterotopias. Para tanto, Foucault sugere a criação de uma *heterotopologia*, com a incumbência de pesquisar as diversas manifestações sociais que são deflagradas nesses espaços especiais. Ele propõe, no texto “Outros Espaços”, que as heterotopias propriamente ditas devem ser descritas, estudadas para se buscar o

<sup>198</sup> Idem, p. 133.

<sup>199</sup> Foucault somente autorizou a publicação do referido texto dezessete anos depois da conferência, em 1984.

(Cf. FOUCAULT, 2001, p. 411)

<sup>200</sup> RAJCHMAN (2000), pág. 85.

<sup>201</sup> Aqui, a obra de Borges se faz ecoar mais uma vez, pois o tema do espelho foi característico de vários de seus escritos de conteúdo fantástico.

seu sentido. Ele propõe que seja criada uma espécie de ‘descrição sistemática’ que teria por objeto a análise ou “leitura” dos espaços diferentes, dos “outros lugares” em uma dada sociedade – uma *heterotopologia*<sup>202</sup>. Ele afirma ainda que provavelmente não haja no mundo uma única cultura que não se constitua de heterotopias, pois estas são uma constante de qualquer grupo humano. As heterotopias são muito variadas, difíceis de categorizar, e talvez não se possa encontrar uma que seja absolutamente universal.<sup>203</sup>

No texto de “Outros Espaços”, Foucault define a heterotopia como “uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos”<sup>204</sup>. Tal conceituação do termo ajuda a autorizar indiretamente, em minha opinião, a possibilidade de estudo das heterotopias por intermédio da análise de obras literárias, visto que a obra ficcional pode transitar livremente entre o ‘mítico’ e o ‘real’ (citados por Foucault), por vezes unindo as duas dimensões, por vezes confundindo-as deliberadamente. E o que devemos procurar primeiramente ao fazer uma análise heterotópica de uma obra literária? Obviamente, devemos observar se há uma heterotopia (ou diversas heterotopias) descrita(s) na obra e identificada(s) de acordo com as indicações de Foucault. Analisar a possibilidade de detecção de um *locus* heterotópico é outra condição necessária para a adequação ao método heterotopológico. Qual seria, então, a heterotopia (ou mais de uma) de *Heart of Darkness* (1902), de Joseph Conrad? Há, certamente, mais de uma: logo de início, temos toda uma trama se iniciando por intermédio de barcos – Marlow, o narrador da aventura, é um homem do mar, e o próprio autor da obra (Conrad) foi um homem do mar na juventude. Londres, a cidade onde a história começa, é uma cidade portuária às margens do rio Tâmesa, de intensa movimentação de mercadorias e pessoas que atravessam o mar. E pelas águas acontece o clímax da história – a morte de Kurtz, já debilitado e parecendo apenas uma sombra decadente do admirável negociador de marfim que atiçava a curiosidade de Marlow, acontece dentro de um barco a vapor.

Ainda há outras questões da obra de Conrad que podem ser analisadas como possibilidades de heterotopias, como o inóspito território do Congo belga em relação aos colonizadores que traficam o seu marfim, já que essa relação entre as duas

---

<sup>202</sup> FOUCAULT (2001), p. 415

<sup>203</sup> FOUCAULT (2001), p. 416

<sup>204</sup> *Ibidem*.

culturas díspares é causadora de fortes tensões. Mas deixemos essa pormenorização para outra parte da tese, que se preocupará em criar um status de heterotopia representacional à literatura comparada. Neste capítulo, podemos estabelecer duas das diretrizes metodológicas do estudo literário ligado às heterotopias: primeiro, o tipo de texto de característica mais descritiva é o mais apropriado para a análise de heterotopias, por similaridade ao que se observa nos textos utópicos e distópicos. Segundo, é necessário identificar elementos da obra que possam ser interpretados como heterotopias, de acordo com as indicações do texto de “Outros Espaços”. Mais adiante, veremos quais são as outras condições e situações que estabelecerão outro caminho metodológico para a literatura comparada, enquanto estudo heterotopológico. O quinto capítulo desta tese será dedicado a isso.

---

#### **Referências bibliográficas do capítulo:**

BARBOSA, Francisco. *Enciclopédia Mirador Internacional*. Vol. 17. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

BORGES, Jorge Luís. *O Aleph*. Trad. Flávio José Cardozo. Rio de Janeiro / Porto Alegre: Globo, 1986.

BORGES, Jorge Luís e GUERRERO, Margarita. *O Livro dos Seres Imaginários*. Trad. Carmen V. C. Lima. São Paulo: Globo, 1996.

BURGESS, Anthony. *English Literature*. Essex, England: Longman, 1996.

CARPEAUX, Otto M. *Enciclopédia Mirador Internacional*. Vol. 14. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

CHAUÍ, Marilena de Souza. “Rousseau – Vida e Obra”. In: FLORIDO, Janice (ed.) *Coleção Os Pensadores – Rousseau*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

CONRAD, Joseph. *Heart of Darkness*. London: Penguin, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Coração das Trevas*. Trad. Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2002.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 2000.

FERNÁNDEZ, Gabriela R. “A Cidade como Foco da Imaginação Distópica: Literatura, Espaço e Controle”. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Cultura, Espaço e o Urbano*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

FOUCAULT, Michel. “Outros Espaços”. In: - - - . *Ditos e Escritos – Vol. III*. Trad.: Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: - - - . *As Palavras e as Coisas*. Trad. Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Felisberto Albuquerque. São Paulo: Abril S.A., 1974.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MORE, Thomas. *A Utopia*. Trad.: Luís de Andrade. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

PESSANHA, José A. M. “Thomas More – Vida e Obra”. In: MORE, Thomas. *A Utopia*. Trad.: Luís de Andrade. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. In: FLORIDO, Janice (ed.) *Coleção Os Pensadores – Rousseau*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WERLICH, E. *Typologie der Texte*. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1975. In: DIONÍSIO, Angela; MACHADO, Anna; BEZERRA, Maria (org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

## **Capítulo 5:**

# A LITERATURA COMPARADA COMO HETEROTOPOLOGIA

Neste capítulo tenho a intenção de desenvolver a proposta foucaultiana de mudança metodológica para as humanidades. As condições de possibilidade de tal proposta serão agora analisadas, tendo por referência os estudos que afirmam a validade da literatura comparada enquanto área do saber que estuda as relações sociais de maneira adjacente, por concentrar-se no escrutínio das representações artísticas de tais relações humanas; e as relações diretas e indiretas entre a literatura comparada e algumas outras humanidades – relações teóricas, práticas, de influência e de representação. Tal reflexão crítica tem por objetivo último articular o comparativismo literário como uma *heterotopologia*, isto é, como uma descrição sistemática que tenha por objeto, em uma dada sociedade, o estudo, a descrição, a leitura desses outros lugares, desses espaços diferenciados, simultaneamente míticos e reais, ou seja, a análise das heterotopias<sup>205</sup>.

Diversos teóricos da literatura vêem as obras literárias como significativas para o estudo das relações sociais. Henry H. H. Remak, no seu artigo “Comparative Literature: Its Definition and Function” (originalmente publicado em 1971), afirma que literatura comparada é o estudo das relações entre literatura, de um lado, e outras

---

<sup>205</sup> Cf. FOUCAULT (2001), p. 415-6.

áreas de conhecimento e da crença, tais como as artes, filosofia, religião, ciências sociais, história etc., de outro.<sup>206</sup> Essa proposta amplamente adotada nos EUA passou a ser chamada, de maneira um tanto equivocada<sup>207</sup>, de “Escola Americana de Comparativismo”. De acordo com Sandra Nitrini, um ponto fundamental na teorização de Remak a respeito de literatura comparada é que esta não constitui uma disciplina separada, com suas próprias leis, mas deve ser vista como uma disciplina auxiliar, cabendo aos comparatistas a tarefa de escolher as bases sobre as quais assentarão seu estudo.<sup>208</sup> Tal concepção é compartilhada por Claude Pichois e André Rousseau, que definiram, em *La littérature comparée*, a literatura comparada como uma arte metódica, pela pesquisa de liames de analogia, de parentesco e de influências, com o objetivo de aproximar a literatura dos outros domínios da expressão ou do conhecimento.<sup>209</sup>

Décadas antes de Remak, René Wellek e Austin Warren afirmaram, em *Teoria da Literatura* (originalmente publicado em 1948), que a literatura é uma instituição social que utiliza, como meio de expressão específico, a linguagem – que é criação social. A literatura é uma representação da “vida” – e a vida é, em larga medida, uma realidade social, não obstante o mundo da Natureza e o mundo interior ou subjetivo do indivíduo terem sido, também, objeto de “imitação literária”<sup>210</sup>. Para Wellek e Warren, a literatura tem em geral se desenvolvido em íntima conexão com determinadas instituições sociais; somos até capazes de identificar, na sociedade primitiva, os elementos poéticos presentes no ritual, na magia, no trabalho, na diversão. A literatura, além disso, tem uma função social – ou “utilidade” –, que não pode ser puramente individual. Assim, uma grande maioria das questões suscitadas pelo estudo da literatura representa, pelo menos em última análise ou implicitamente, questões sociais<sup>211</sup>. Mais adiante em seu livro, Wellek e Warren resumem as possibilidades da literatura enquanto elemento de análise de sociedades com as seguintes palavras: “O processo mais comum de abordar as relações da literatura com a sociedade é, de longe, aquele que reside no estudo das obras literárias enquanto documentos sociais, presumindo-as retratos da realidade social. Não pode, aliás, negar-se que é possível inferir da literatura certa espécie de

---

<sup>206</sup> Cf. REMAK (1971), p. 1.

<sup>207</sup> Cf. NITRINI (2000), p. 28.

<sup>208</sup> Idem, p. 29.

<sup>209</sup> Cf. PICHOSIS e ROUSSEAU (1971), p. 174.

<sup>210</sup> Cf. WELLEK (1971), p. 117

<sup>211</sup> Ibidem.



retratos sociais. Com efeito, foi esta uma das primeiras aplicações da literatura utilizadas pelos estudiosos sistemáticos”<sup>212</sup>. Os ‘retratos sociais’ a que a dupla de autores se refere são exatamente o que eu penso ser plausível de se obter, mediante circunstâncias mais específicas, através de um estudo heterotopológico de obras literárias. Aplicando a teoria das heterotopias de Foucault nesses retratos sociais de inter-relações que atuam, na narrativa em estudo, em espaços diferenciados dos espaços tradicionais (ou ‘normais’), teremos uma construção ficcional mais abrangente e mais prolífica para conclusões relativas à análise de representações de relações humanas na literatura. A rede de tensões de forças humanas nos limites entre os espaços que se opõem um ao outro é, para Foucault, o ambiente privilegiado de investigação em humanidades. O espaço normal e a heterotopia, ao se tocarem, ao se tornarem ‘permeáveis’ um ao outro, permitem a efetivação de um jogo de contraposicionamentos humanos – um ‘retrato social’ mais nítido e expressivo da condição humana. Tal característica da descrição de representações de heterotopias em obras literárias incrementaria sobremaneira o estudo de discursos de poder e de racionalidade política<sup>213</sup> – assuntos de grande interesse para o filósofo francês em sua produção intelectual imediatamente posterior à teorização das heterotopias: a fase ‘genealógica’.

As teorizações sociológicas sobre literatura são as que mais se preocupam com as relações espaciais representadas nas obras. Por isso, é natural que uma proposta de estudo de heterotopias em obras literárias se aproxime dessa corrente teórica. Antonio Candido, teórico da vertente sociológica em crítica literária, observa em *Literatura e Sociedade* (terceira edição originalmente publicada em 1972) a importância da obra literária como representação das relações sociais de ajustamento ao espaço em que as pessoas estão inseridas, usando o termo ‘meio físico’ ao invés de ‘espaço’ ou ‘posicionamento’. Ele afirma na referida obra que a “criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma *práxis* socialmente condicionada.”<sup>214</sup> Em seguida, Candido observa que tal representação só se torna possível graças a uma redução ao gratuito, ao “teoricamente incondicionado, que dá ingresso ao mundo da *ilusão* e se transforma dialeticamente em algo empenhado, na medida em que suscita uma

---

<sup>212</sup> Idem, p. 128.

<sup>213</sup> Cf. DONNELLY (1987), p. 31.

<sup>214</sup> CANDIDO (2000), p. 49.

visão de mundo”<sup>215</sup>. O crítico literário faz referência ao elemento de maior interesse desta tese ao estabelecer uma relação entre a obra literária e uma situação crucial da vida em sociedade – o ajustamento dos seres ao espaço em que se situam: “E para deixar claro este aspecto de derivação e retorno em face da realidade, poderíamos investigar o significado que a obra adquire como elaboração estética de um problema fundamental, e para nós bastante prosaico: o do ajustamento ao meio físico para sobrevivência do grupo, fenômeno básico em toda sociedade humana e sobretudo absorvente nas primitivas e menos evoluídas”<sup>216</sup>.

Na sua referida obra, Candido divide os estudos do tipo sociológico em literatura em seis modalidades delimitadoras do escopo de análise, feitas conforme critérios mais ou menos tradicionais e oscilando entre a história, a sociologia e a crítica de conteúdo.<sup>217</sup> A segunda dessas modalidades é, para mim, aquela na qual a literatura comparada enquanto heterotopia estaria mais bem situada<sup>218</sup>, apesar de ser necessário, no meu entender, que se desenvolva uma vertente própria da literatura comparada que estude especificamente as relações entre espaços diferenciados representados em obras literárias.

Antonio Candido alerta que o pesquisador de literatura, ao estudar a obra enquanto representação de uma determinada realidade social deve ter em mente que o trabalho artístico estabelece uma relação arbitrária e deformante com a realidade – porque a mimese<sup>219</sup> é sempre uma forma de poiese<sup>220</sup>. Portanto, existe uma liberdade da criação artística, um “quinhão de fantasia”<sup>221</sup> que em determinadas situações necessita modificar esteticamente a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva, constituindo no leitor uma sensação de verdade precisamente por força dessa deturpação metódica da realidade. Essa circunstância paradoxal encontra-se no âmago da criação literária e garante sua eficácia como representação do mundo<sup>222</sup>.

---

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> Cf. CANDIDO (2000), p. 10.

<sup>218</sup> Antonio Candido explica que “um segundo tipo [de estudo sociológico em literatura] poderia ser formado pelos estudos que procuram verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos. É a modalidade mais simples e mais comum, consistindo basicamente em estabelecer correlações entre os aspectos reais e os que aparecem no livro”. (CANDIDO, 2000, p. 11)

<sup>219</sup> Pela teoria clássica (especialmente na obra de Aristóteles), a essência da arte repousa na “imitação”, ou seja, na “mimese” da realidade. (Cf. TAVARES, 1989, p. 29)

<sup>220</sup> Etimologicamente, a palavra derivada do grego *poiesis*, significa ato de fazer algo; portanto implica a idéia ação, de criação. (Cf. TAVARES, 1989, p. 162)

<sup>221</sup> Cf. CANDIDO (2000), p. 13.

<sup>222</sup> Ibidem.

Importa aqui salientar que a literatura comparada sofreu a influência da perspectiva histórica dominante nas ciências sociais desde o século XIX<sup>223</sup>. Sendo assim, talvez ainda falte atestar o método comparatista sob um prisma sociológico mais espacial, “despido” dos excessos historicistas cometidos até meados do século XX<sup>224</sup> (a questão do historicismo das humanidades é analisada com mais detalhes no primeiro capítulo desta tese). Tal abordagem sociológica mais espacial (ou geográfica) faz parte da proposta heterotopológica para a literatura comparada.

Alguns autores declaram que o comparatista se considera um sociólogo da literatura<sup>225</sup>, afirmação que se justifica pela constatação de que o comparatista em literatura contribui para uma “globalização” das culturas literárias, ao superar as exclusividades nacionais. O comparatista propaga uma concepção mais benévola das relações humanas ao provar que os gênios não eram produtos exclusivos de um fermento nacional, mas resultantes de mais vastos intercâmbios<sup>226</sup>.

A literatura comparada, desde o início de sua criação enquanto disciplina autônoma, interessa-se mais pelos aspectos factuais relacionados às obras literárias do que pelos estéticos<sup>227</sup>, e esta característica se apresenta coerente com a proposta heterotopológica: a de não evidenciar elementos estéticos (que são o objeto de interesse tanto da teoria da literatura quanto da poética), mas sim aqueles ligados à realidade e que são refletidos no trabalho literário.

Um outro elemento que justifica o uso da literatura comparada como heterotopologia é o fato de Foucault ter demonstrado na primeira fase de sua trajetória intelectual (a fase onde ele cria o conceito de heterotopia), um grande interesse pela literatura – interesse não explorado diretamente em seus livros, mas desenvolvido em diversos artigos, conferências e entrevistas. Roberto Machado afirma que o interesse de Foucault pela literatura foi indubitável, e que, de 1961 a 1969, esse interesse inseriu-se perfeitamente em suas pesquisas da época atualmente referida como a do “primeiro Foucault”: sobre a psiquiatria, sobre a medicina clínica, sobre os saberes que dizem respeito ao homem (como sujeito ou

---

<sup>223</sup> Cf. COSTA LIMA e SIQUEIRA (1992), p. 6913.

<sup>224</sup> Costa Lima e Siqueira afirmam que “a ênfase na história factual, nos contatos históricos, na procura de fontes e origens é própria das ciências sociais do século XIX. A base teórica da literatura comparada é apenas o efeito retardado daquele factualismo”. (COSTA LIMA & SIQUEIRA, 1992, p. 6913)

<sup>225</sup> COSTA LIMA e SIQUEIRA (1992), p. 6915.

<sup>226</sup> COSTA LIMA e SIQUEIRA (1992), p. 6914.

<sup>227</sup> Ibidem.

individualidade) em termos gerais<sup>228</sup>. A relação do pensamento foucaultiano com a literatura foi estudada com maiores detalhes no segundo capítulo desta tese.

A literatura comparada é uma área de estudos privilegiada para a experimentação metodológica. Primeiramente, isso se deve à característica da literatura comparada de se relacionar com as outras humanidades de uma maneira especial: enquanto *representação* de atividades e situações humanas, a obra literária pode dar a esta representação qualquer enfoque que o autor quiser, tanto o psicológico quanto o sócio-econômico, o geográfico ou o histórico, o factual ou o fantástico. Para abarcar tantas perspectivas diferentes em seu objeto de estudo, a literatura comparada faz uso de métodos difusos, de perspectivas abertas – fato que a tornou alvo de diversas críticas<sup>229</sup>. A meu ver, esta ‘flexibilidade’ metodológica é um aspecto valioso da literatura comparada que viabiliza uma miríade de abordagens para seus objetos de análise – as obras literárias; inclusive uma que seja de caráter espacial contrastivo: o estudo da representação artística de topoi diferenciados. Franco Moretti, em *Atlas do Romance Europeu* (2003), observa que uma perspectiva geográfica provoca um alargamento do campo literário, pela lógica interna da pesquisa geográfica<sup>230</sup>, situação prolífica que renova os estudos comparatistas e que pode levar uma disciplina em crise<sup>231</sup> para nova direção metodológica.

Outro aspecto da literatura comparada que deve ser considerado apropriado para a sua adequação às exigências de uma descrição de heterotopias (literárias ou representativas) é a ausência de um método fixo, estabelecido. De acordo com Costa Lima e Siqueira, a “insegurança metodológica contribuiu para tornar vastíssimo o campo que o comparatismo tradicional considera como seu”<sup>232</sup>. Sendo assim, o estabelecimento do método heterotopológico seria simplesmente um outro método, dentre vários, sem qualquer tipo de incompatibilidade com o objeto de análise (a obra literária), a ser aplicado em literatura comparada.

A pesquisa comparatista em literatura não se norteia fundamentalmente para a análise de questões estéticas (apesar de não se recusar a examiná-las), considerando o aspecto estético assunto mais pertinente aos campos da teoria da

---

<sup>228</sup> Cf. MACHADO (2001), p. 11-12.

<sup>229</sup> Cf. WELLEK (1971), p. 109; NITRINI (2000), p. 36.

<sup>230</sup> Cf. MORETTI (2003), p. 15.

<sup>231</sup> Cf. WELLEK (1971), p. 108.

<sup>232</sup> Cf. COSTA LIMA e SIQUEIRA (1992), p. 6916.

literatura e da poética. E a heterotopologia não está interessada em aspectos estéticos, mas sim em analisar relações humanas de posicionamentos dentro dos espaços diferenciados representados nas obras literárias. Assim, a área de estudos literários que melhor se adapta como uma heterotopologia é a literatura comparada.

É necessário, seguindo a linha de raciocínio acima, desvincular a obra literária de seus aspectos artísticos para que ela sirva de objeto de análise para o método heterotopológico? Penso que não se precise optar por uma total desvinculação, mas o cerne, o foco principal do estudo de uma heterotopia não pode ser estético, mas representacional, político e sociológico.

O aspecto estético (artístico) da obra literária é fundamental para ela, mas a análise heterotopológica busca naquilo que é secundário, nos detalhes do ambiente, na descrição do lócus da narrativa, a força que atua nos personagens, a tensão social que gera os conflitos da obra. Pela representação das relações de contraposicionamentos nas obras é que devemos estabelecer o método heterotopológico, elaborar os critérios de estudo em termos comparativos.

Se a obra narra acontecimentos baseados em fatos reais, como é o caso de *Os Sertões*, o trabalho do comparatista se torna mais fácil, já que as tensões que naturalmente ocorreram em ambientações limítrofes de heterotopias são os *leitmotifs* relatados em sua pungência – tais fatos são a razão de ser da obra que os retrata. Na maioria das vezes que um choque de forças humanas de uma heterotopia real é relatado em literatura, tal conflito é o centro da narrativa. *Os Sertões* é um marco na literatura nacional por vários fatores, mas um dentre os outros é especialmente ligado à análise heterotópica: a tentativa de Euclides da Cunha em entender o país, por meio de uma relação entre literatura e ciências – o uso de sua narrativa para uma interpretação científica (às vezes sociológica) daquele fenômeno sem precedentes ocorrido no sertão baiano no final do século XIX<sup>233</sup>:

Eram muitos. Três mil, disseram depois informantes exagerados, triplicando talvez o número. Mas avançavam sem ordem.

(...) A multidão aproximou-se, tudo o indica, até beirar a linha de sentinelas avançadas. E despertou-as. (...) Foi, então, o alarma: soldados correndo estonteadamente pelo largo e pelas ruas; saindo, seminus, pelas portas; saltando pelas janelas; vestindo-se e armando-se às carreiras e às encontroadas... Não formaram. (...) Porque os jagunços chegaram logo, de envolta com os fugitivos. E o recontro empenhou-se brutalmente, braço a braço, adversários enleados entre disparos de garruchas e revólveres, pancadas de cacetes e coronhas; embates de facões e sabres – adiante, sobre a frágil linha de defesa. Esta cedeu logo. E a turba

<sup>233</sup> Cf. COSTA LIMA (1997), p. x.

fanatizada, entre vivas ao “Bom Jesus” e ao “Conselheiro” (...) – atravessou o largo arrebatadamente...<sup>234</sup>

(...) Daí as façanhas que crivam a nossa história nos séculos XVII e XVIII; o sem conto de revoltas debeladas ou quilombos dissolvidos por aqueles minúsculos exércitos de *capitães-do-mato*, através de batalhas ferocíssimas e sem nome. Imitando o próprio sistema do africano e do índio, os sertanistas dominavam-nos graças à mesma norma que se traduz por uma fórmula paradoxal: - dividir para fortalecer.

Devíamos, num transe igual, adotá-la. Era sem dúvida um recuo inevitável à guerra primitiva. Mas quando não o impusesse, o jagunço solerte e bravo, impunha-o a natureza excepcional, que o defendia.<sup>235</sup>

O espaço heterotópico é, em si, o tema da obra, pela exclusividade que tal ambiente oferece ao leitor de apreciar um lócus especial que talvez merecesse uma nomenclatura diferente. Penso que *A Divina Comédia* (1307/1313?) do humanista florentino Dante Alighieri (1265–1321) seja um representante *sui generis* da representação artística de um espaço único (na verdade, de outro mundo) mas real para os crédulos de diversas religiões (que compartilham a idéia de existência de infernos e paraísos) que a lêem, e não-real por se tratar de uma criação artística, repleta de referências à Antigüidade clássica ‘pagã’ e ao mesmo tempo coerente com a doutrina cristã. *Commedia* ainda pode ser considerada uma representação do mundo real, pois é o mundo em que Dante viveu refletido em outro mundo, povoado pelos seus amigos e inimigos, ou seja, uma descrição de diversos aspectos da Florença do século XIII. Na obra, rigorosamente simétrica, pois é dividida em três partes (‘Inferno’, ‘Purgatorio’ e ‘Paradiso’), compostas de trinta e três cantos cada, aos quais se acrescenta um canto suplementar (completando o número cem), o maior poeta italiano<sup>236</sup> descreve um dos nove<sup>237</sup> círculos do inferno da seguinte maneira:

Existe no inferno um lugar chamado Malebolge; é cercado por muralhas de pedra em férreo colorido e na rocha escavado. No centro desse campo maldito abre-se um poço muito largo e profundo, (...). Tem forma circular o labirinto estendido entre o ápice da ribanceira e o fundo, o qual é dividido em dez covas iguais. Assim como os muros dos castelos possuem fossos que os tornam mais seguros, estas covas ostentam natureza e desenho iguais àqueles. (...)

(...) O meu poeta [Virgílio] tomou à esquerda e eu, após ele, movi-me. O que vi à direita, na primeira das covas, encheu-me de piedade pelas novas penas e pelos tormentos novos que nelas observei. Marcham nus, lá no fundo, os pecadores. (...)

De um lado e de outro, sobre a rocha tétrica, demônios corníferos apressam a marcha dos condenados, fustigando-os pelas costas com grandes azorragues. Quão

<sup>234</sup> CUNHA (2000), p. 195.

<sup>235</sup> Idem, p. 200-1.

<sup>236</sup> Cf. CARPEAUX (1992), p. 3166.

<sup>237</sup> Nove é múltiplo de três, e este número é o símbolo da perfeição na teologia escolástica. (Cf. CARPEAUX, 1992, p. 3166)

rápido moviam os calcanhares logo ao primeiro golpe! Nenhum esperava pelo segundo, muito menos pelo terceiro.<sup>238</sup>

Não há cultura no mundo que não seja constituída de heterotopias<sup>239</sup>. Tendo essa afirmação em mente, é fácil perceber o quanto é vasto para se explorar o assunto das heterotopias, especialmente no âmbito da literatura. Nas obras puramente ficcionais centradas em algum tipo de espaço diferenciado como, por exemplo, a peça *The Tempest (A Tempestade)*, de William Shakespeare (1564–1616), há inúmeras possibilidades de estudo relativas ao espaço da ação dramática. A ilha desconhecida onde Próspero e sua filha Miranda são exilados é uma heterotopia primária<sup>240</sup> – a delimitação de sentido para tal termo e sua aplicabilidade em estudos literários ainda precisa ser estabelecida. Os poderes mágicos que Próspero adquiriu por meio de livros trazidos de Milão se desenvolvem na ilha, e só são efetivos nela. Ao sair da ilha e retornar a Milão, sua mágica desaparece. As criaturas fantásticas da ilha, Ariel e Caliban (além de outros ‘espíritos’, como Íris, Ceres, Juno e as Ninfas) só têm possibilidade de existência dentro dos limites daquele ambiente, que é uma dupla heterotopia – uma heterotopia puramente geográfica, isolada de outros territórios pelo mar e um lugar de separação com o mundo real, um lócus de fantasia, espaço mágico, onde ocorre uma ruptura com os limites da realidade e que confere a Próspero o desenvolvimento de habilidades que ele não possuía na sua terra natal. O embate de forças na peça se dá com a chegada de pessoas oriundas de espaços ‘normais’ (Milão e Nápoles) e cuja embarcação (o barco é a heterotopia por excelência<sup>241</sup>) naufragou naquela mesma ilha remota graças a uma tempestade criada pelos poderes sobrenaturais de Ariel, a mando de seu mestre, Próspero:

*Prospero.* Hast thou, spirit,  
Performed to point the tempest that I bade thee?  
*Ariel.* To every article...  
I boarded the king's ship: now on the beak,  
Now in the waist, the deck, in every cabin,  
I flamed amazement. Sometimes I'd divide  
And burn in many places; on the topmast,  
The yards and bowsprit, would I flame distinctly,  
Then meet, and join; Jove's lightning, the precursors

<sup>238</sup> DANTE (2002), p. 76-7.

<sup>239</sup> Cf. FOUCAULT (2001), p. 416.

<sup>240</sup> Idem, p. 417-9.

<sup>241</sup> Segundo Foucault, no final de sua conferência “Outros Espaços” (1967): “O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam, a espionagem ali substitui a aventura e a polícia, os corsários.” (FOUCAULT, 2001, p. 422)

O'th' dreadful thunder-claps, more momentary  
 And sight-outrunning were not; the fire and cracks  
 Of sulphurous roaring the most mighty Neptune  
 Seem to besiege, and make his bold waves tremble,  
 Yea, his dread trident shake.  
*Prospero.* My brave spirit!<sup>242</sup>

Outro exemplo de obra centrada em um espaço diferenciado é *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857–1913). Nessa obra do naturalismo brasileiro<sup>243</sup>, o autor conjuga com maestria todo um conjunto de forças humanas que interagem e se contrapõem no ambiente heterotópico do cortiço da Rua do Hospício. De fato, Azevedo dá maior relevância à ambientação, a ponto de converter muitos de seus personagens em meros objetos submetidos às mazelas impostas pelo espaço.<sup>244</sup> Na narrativa do autor, é clara a tensão de forças entre os personagens de João Romão e Miranda, enquanto outros personagens são meros títeres das circunstâncias do meio em que vivem:

Era João Romão quem lhes fornecia tudo, até dinheiro adiantado, quando algum precisava. Por ali não se encontrava jornaleiro cujo ordenado não fosse inteirinho para as mãos do velhaco. E sobre este cobre, quase sempre emprestado aos tostões, cobrava juros de oito por cento ao mês, um pouco mais do que levava aos que garantiam a dívida com penhores de ouro ou prata. Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas se secassem. Havia grande afeição em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficava a dois passos da obrigação. O Miranda rebentava de raiva.  
 - Um cortiço! Exclamava ele possesso. Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas! ... Estragou-me a casa, o malvado!  
 E vomitava pragas, jurando que havia de vingar-se, e protestando aos berros contra o pó que lhe invadia em ondas as salas, e contra o infernal barulho dos pedreiros e carpinteiros que levavam a martelar de sol a sol.<sup>245</sup>

A literatura comparada é uma disciplina essencialmente política. O próprio termo “literatura comparada” surgiu justamente no período de formação das nações, quando novas fronteiras estavam sendo erigidas e a ampla questão da cultura e identidade nacional estava sendo discutida em toda a Europa. Por causa disso é correto afirmar que, desde suas origens, a literatura comparada encontra-se em íntima conexão com a política.<sup>246</sup> E o que Foucault afirma a respeito das heterotopias é exatamente a contundência dos aspectos *políticos* que surgem da

<sup>242</sup> SHAKESPEARE (1994), p. 13.

<sup>243</sup> Cf. SODRÉ (1969), p. 391.

<sup>244</sup> DIMAS (1994), p. 10.

<sup>245</sup> AZEVEDO (1991), p. 18.

<sup>246</sup> Cf. NITRINI (2000), p. 21.



análise das relações sociais que ocorrem nas interseções dessas heterotopias. No caso de *O Cortiço*, não seria a famosa obra de Aluísio de Azevedo, apesar da distância cronológica em relação aos dias atuais, um livro que representa com a devida contundência os problemas da ambientação que perduram e até se intensificam neste mundo globalizado?

Françoise Lionnet sugere que, através de estudos comparativos entre literaturas de diferentes nacionalidades, pode-se obter uma maior compreensão das práticas culturais e discursivas, e das relações de influência e poder das diversas localidades de nosso mundo globalizado. Ela escreve:

Não é mais possível (se é que já foi) considerar as tradições da Europa isoladamente (...). Eu deveria pensar que precisamente no entrelaçamento de tradições, línguas, e perspectivas é que são oferecidas as avenidas mais ricas para o trabalho arqueológico que velhos e novos “campos de discurso” oferecem juntos. (...) Nenhuma literatura deveria ser vista como “exótica” se nosso propósito é conseguir um melhor entendimento das redes de influência e poder, atração e sedução, liberdade e liberação, sem mencionar contenção e subversão, que ligam o local ao global, as antigas colônias às suas metrópoles, e finalmente, várias manifestações locais de culturas reciprocamente relacionadas.<sup>247</sup>

É interessante observar que Lionnet utiliza o termo “trabalho arqueológico” para abordar o estudo comparativo das diferentes literaturas em uma perspectiva transnacional. Obviamente, a autora do ensaio refere-se ao método arqueológico que foi desenvolvido por Foucault no livro *A Arqueologia do Saber* (originalmente escrito em 1969) e que o pensador francês aplicou no campo de estudos da história, objetivando uma reformulação metodológica dessa disciplina. Para Angèle Kremer-Marietti, a arqueologia de Foucault é o esforço de identificar no próprio discurso sua consistência delimitada, isto é, de estabelecer a demarcação de relacionamentos característicos de uma prática discursiva, que legitimizam-no como um discurso da ‘verdade’ de uma determinada sociedade. Ao focalizar os discursos como objetos privilegiados de análise, a arqueologia se aproxima dos estudos literários, mas infelizmente de uma forma historicista, que utiliza uma abordagem diacrônica, e ainda fazendo reverberar a forte influência do estruturalismo em suas premissas teóricas.

Com o método arqueológico, Foucault propõe uma ruptura com as metodologias da historiografia tradicional; impondo, assim, novas tarefas epistemológicas para a investigação das culturas passadas. A relevância de sua

<sup>247</sup> LIONNET (1995), p. 171 – tradução minha.

proposta inovadora para o método histórico é incontestável, mas (conforme analisado nos capítulos anteriores) apesar de a arqueologia ser um método comparativo, ela é *historicista*; se encontra, portanto, separada das premissas anti-historicistas da heterotopologia de tal maneira que dificulta seriamente qualquer tentativa de articulação entre os dois métodos.

Os estudos comparativos em literatura têm plenas condições para analisar relações entre espaço e sociedade como uma *heterotopologia*. O seu objeto de estudo é o espaço diferenciado, a *heterotopia* que é exposta nas obras literárias e se contrapõe aos espaços tradicionais (ou 'normais'). Os autores descrevem em seus textos as relações humanas que ocorrem nas interseções desses espaços; nas obras será feita a "leitura" e análise das heterotopias, a representação ou descrição das relações humanas nesses espaços diferentes (míticos ou reais) que são a contestação do espaço em que vivemos e nos relacionamos. E, segundo Foucault, ao analisar o que ocorre entre os habitantes desses contrapositionamentos e os demais, é que encontramos os elementos necessários para melhor compreender as relações de posicionamentos dos indivíduos e dos grupos sociais.

---

### **Referências bibliográficas do capítulo:**

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Trad. Fábio M. Alberti. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 2002.

AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço* (Série 'Grandes da Literatura Brasileira'). São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

CARPEAUX, Otto M. *Enciclopédia Mirador Internacional*. Vol. 7. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

COSTA LIMA, Luiz & SIQUEIRA, Priscila de. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador*. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

COSTA LIMA, Luiz. *Terra Ignota – A Construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

COUTINHO, Eduardo e CARVALHAL, Tânia F. (org.) *Literatura Comparada – Textos Fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)*. São Paulo: Publifolha, 2000.

DONNELLY, Michael. “Foucault’s Genealogy of the Human Sciences”. In: GANE, Mike. *Towards a Critique of Foucault*. New York: Routledge & Kegan Paul Inc., 1987.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber* (6ª ed.). Trad.: Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham (org.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Trad.: Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KREMER-MARIETTI, Angéle (org.). *Introdução ao Pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LIONNET, Françoise. “Spaces of Comparison”. In: BERNHEIMER, Charles (ed.). *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Baltimore & London: The John Hopkins U. Press, 1995.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a Filosofia e a Literatura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu: 1800 – 1900*. Trad. Sandra G. Vasconcellos. São Paulo: Boitempo, 2003.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada – História, Teoria e Crítica*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2000.

PICHOIS, Claude & ROUSSEAU, André M. *La Littérature Comparée*. Paris: Armand Colin, 1971.

REMAK, Henry H. H. “Comparative Literature; Its Definition and Function”. In: *Comparative Literature – Method and Function*. Carbondale, London / Amsterdam: Southern Illinois University Press / Feffer S. Simons, 1971.

SHAKESPEARE, William. *The Tempest (Wordsworth Classics)*. Hertfordshire, England: Wordsworth, 1994.

SODRÉ, Nelson W. *História da literatura brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

TAVARES, Hênio da Cunha. *Teoria Literária (Biblioteca Brasileira de Literatura vol. 3)*. 9ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

WELLEK, René. “A Crise da Literatura Comparada”. Trad. Maria Lúcia Rocha-Coutinho. In: COUTINHO, Eduardo e CARVALHAL, Tânia F. (org.) *Literatura Comparada – Textos Fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WELLEK, René e WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 2ª ed. Trad.: José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

## **Capítulo 6:**

# Os Sertões em Perspectiva Heterotopológica

a retirada começa  
oscilar entre a derrota e o triunfo

pajeú, cafuz, anti-herói  
trança arдил pelas caatingas

sem o mais breve resquício de preceitos  
[táticos  
penetraram de novo nas gargantas de  
[Cambaio

turba viajadora de demônios entre a  
[multidão de espectros

no torvelino volvia o olhar em torno  
a montanha era um arsenal

rumo incerto  
entre as dobras do terreno

balas rasas sobre as tropas apavoradas  
luz crua do dia tropical

brutalidade rolava sobre as coisas  
 (...)
   
a expedição prosseguiu  
 [Monte Santo

não havia um homem  
 [válido  
 entraram pelo arraial lembrando uma  
 [turba de retirantes<sup>248</sup>

Os *Sertões*, a obra-prima de Euclides<sup>249</sup> da Cunha, é um dos trabalhos literários estudados nesta tese pelo método experimental heterotopológico (o outro livro, a ser analisado no capítulo sete, é *O Coração das Trevas*). Para tanto, deve-se levar em consideração as conclusões a respeito da literatura comparada enquanto heterotopia (assunto do quinto capítulo), a importância de uma perspectiva mais espacial ou geográfica (conforme o estudo do terceiro capítulo) e a adequação entre obra literária e método. Antes disso, contudo, considero pertinente inserir neste capítulo uma reflexão a respeito de determinados aspectos biográficos do autor e de crítica à sua obra, pois a análise heterotopológica não nega os aspectos históricos, ela os *incorpora* aos outros elementos de investigação.

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu a vinte de janeiro de 1866 na cidade de Cantagalo<sup>250</sup>, no norte do estado do Rio de Janeiro, situada nas proximidades do vale do rio Paraíba do Sul. Órfão de mãe aos três anos, foi criado pelos tios, situação que o levou a passar a infância e adolescência entre fazendas e cidades do interior fluminense. Tal mobilidade o levou a desenvolver desde cedo uma percepção geográfica e de atividades humanas ligadas à economia rural mais ampla que a da maioria dos literatos de sua época (como, por exemplo, o mais famoso dentre os escritores situados na antiga capital federal, Machado de Assis; 1839–1908). Transferiu-se para a capital, Rio de Janeiro, para matricular-se na Escola Politécnica em 1885. Saiu de lá no ano seguinte, para ingressar na Escola

<sup>248</sup> SANTOS (1997), p. 93-4.

<sup>249</sup> Optou-se por escrever o nome do autor desta forma (com a letra “y”), por ser a forma grafada na folha de rosto da primeira edição de *Os Sertões*, publicada em 1902 (no Rio de Janeiro, por Laemmert & C. Editores), e também adotada pela edição de 2000 pela Publifolha (cf. referências bibliográficas) que é o texto de referência para estudo nesta tese.

<sup>250</sup> Cf. ANDRADE e HOUAISS (1992), p. 3119 – Há divergência sobre a cidade natal do autor em análise, pois, segundo Franklin de Oliveira, Euclides da Cunha teria nascido em Santa Rita do Rio Negro, também no interior do Rio do Janeiro.

Militar, local onde recebera a influência do pensamento positivista<sup>251</sup>, que no Brasil se opunha ao regime monárquico<sup>252</sup> vigente na época. Devido a grave incidente disciplinar, foi excluído da Escola Militar em 1888: a arma que Euclides da Cunha deveria apresentar à passagem do ministro da guerra em revista à tropa foi deliberadamente jogada no chão, ao mesmo tempo em que proferia palavras contra a inesperada passividade dos colegas de farda. O ato de indisciplina repercutiu além dos muros do quartel e tornou-se um símbolo da altivez de sua personalidade, mas resultou em prisão e posterior expulsão das fileiras do exército.<sup>253</sup>

Passou a residir em São Paulo, depois de sair da prisão militar. No jornal *A Província de S. Paulo* ele escreveu contra o governo monárquico e, após a Proclamação da República, voltou promovido à carreira militar, por decisão dos chefes do movimento.<sup>254</sup> Em 1890, Euclides fez o curso de artilharia na Escola Superior de Guerra e, em seguida, os de estado-maior e engenharia militar, bacharelando-se em matemática e ciências físicas e naturais.<sup>255</sup>

Euclides recebeu o cargo de coadjuvante de ensino na Escola Militar quando recebeu a promoção a primeiro-tenente. Nesta época, escreveu artigos de crítica contundente ao novo regime republicano. Manteve-se trabalhando na imprensa, investigando os problemas nacionais, mas defendeu o contragolpe do Marechal Floriano Peixoto, por medo da possibilidade real de uma desordem pública. Floriano tentou premiá-lo pelo apoio, mas Euclides recusou. Em uma de suas cartas endereçadas a Reinaldo Porchat (elaborada em 22 de novembro de 1893), ele escreve:

---

<sup>251</sup> O Positivismo é um sistema filosófico formulado por Augusto Comte (1798–1857), no qual a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. As chamadas *ciências positivas* (hierarquicamente: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia – cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade) surgem somente depois que a humanidade atingir a terceira etapa, rompendo com as anteriores. A finalidade última desse sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas. (Cf. JAPIASSU, 1996, p. 217)

<sup>252</sup> De acordo com Raymundo Faoro: “O Segundo Reinado [período de governo do imperador D. Pedro II, de 1840 a 1889], cuja centralização será sua nota essencial, ruiu quando os suportes dessa realidade política e administrativa entraram em colapso. A exaustão do trabalho servil e o crescente aumento do contingente assalariado puseram em risco a teia comercial e creditícia armada na Corte.” (adaptado de FAORO, 2000, vol. 2, p. 65)

<sup>253</sup> Cf. ANDRADE e HOUAISS (1992), p. 3119.

<sup>254</sup> O movimento que proclamou a República no Brasil em 15 de novembro de 1889 foi dirigido por facções civis e militares heterogêneas, que incluem republicanos históricos e oficiais de tendência monarquista, positivistas, políticos imperiais e oposicionistas. A primeira fase do novo regime caracteriza-se por uma supremacia militar, visto que os dois primeiros presidentes da república são do exército: marechal Deodoro da Fonseca (de 1889 a 1891) e marechal Floriano Peixoto (de 1891 a 1894). (Cf. BARBOSA e CARONE, 1992, p. 1573-5)

<sup>255</sup> Cf. ANDRADE e HOUAISS (1992), p. 3119.

Parece que a revolta da Armada, na falta de um princípio orientador e sério, enlouquece, vibrando numa epilepsia sinistra, estortegando-se através de bombardeios contínuos.

No meio de tudo isto eu tive felizmente bastante lucidez para descobrir a estrada do dever, e nela estou e nela prosseguirei. Coloquei-me naturalmente, espontaneamente ao lado da entidade abstrata – governo – porque repilo a perspectiva desmoralizadora dos pronunciamentos e porque entendo que a salvação própria sendo um direito para os indivíduos é um dever para os governos. Além disto a nossa pobre Pátria, tão exausta já – não pode suportar reações armadas, não pode mais emprestar sangue para movimentos políticos... que sejam afinal movimentos de tropas!<sup>256</sup>

Em 1894, o então jornalista foi transferido para a cidade de Campanha (no sul de Minas Gerais), depois de atacar pelos jornais a proposta de um senador governista para a situação dos presos políticos. Na cidade que o acolheu, resolveu se dedicar ao estudo dos problemas brasileiros para sempre. Em 1895, retorna para São Paulo e abandona definitivamente a carreira militar, substituindo-a pela engenharia civil e pelo jornalismo.

Dois artigos datados de 1897 revelaram-no conhecedor da geografia do sertão baiano, bem como de aspectos táticos e estratégicos da luta que ali ocorria, o que levou o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde Euclides trabalhava, a convidá-lo para ir a Canudos (BA) como seu correspondente. O assunto das cartas enviadas dali foi a fonte de que se valeu para escrever, entre 1898 e 1901, *Os Sertões*, paralelamente à chefia dos trabalhos de reconstrução de uma ponte de aço que ruíra na cidade de São José do Rio Pardo (SP).<sup>257</sup> Nas palavras do escritor:

A minha missão é esta: fui convidado em S. Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da Campanha. Aceitei-a e vim. Além do assunto ser interessante, além de estar em jogo a felicidade da República, considereis que tínheis um nobre papel em tudo isto e almejo defini-lo bem perante o futuro. Consegui-lo-ei? Anima-me a intenção de ser o mais justo possível; porei de lado todas as afeições para seguir retineamente. Assim pensando aceitei uma apresentação do dr. Campos Sales para o dr. Luís Viana que me tratou gentilmente. É escusado, porém, declarar que motivos de ordem elevada, fizeram com que agradecesse os seus oferecimentos. Aquela apresentação era indispensável não só para afastar injustas prevenções como também porque vindo eu no Estado Maior do general Bittencourt e estando este hospedado com o governador, o que me obriga a ir diariamente a palácio, sem ela, somente vexado cumpriria esse dever. (...) Trago à Bahia a mais nobre e elevada aspiração e hei de realizá-la.<sup>258</sup>

Terminados esses trabalhos, Euclides foi para São Carlos do Pinhal e Lorena (cidades do interior de São Paulo), onde foi acolhido na eleição para a Academia

<sup>256</sup> CUNHA, apud GALVÃO e GALOTTI (1997), p. 50.

<sup>257</sup> Cf. ANDRADE & HOUAISS (1992), p. 3119.

<sup>258</sup> CUNHA, apud GALVÃO e GALOTTI (1997), p. 107.



Brasileira de Letras e aclamado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1903). A dedicação profissional pela descrição de aspectos geográficos de regiões do Brasil não ficou restrita ao trabalho de correspondente de jornal durante o conflito de Canudos. Após solicitar demissão da superintendência de obras e não permanecer na comissão de saneamento de Santos (1904), Euclides da Cunha foi nomeado chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, por deliberação do barão do Rio Branco<sup>259</sup>, ministro do Exterior. Viajou milhares de quilômetros no Amazonas durante o ano de 1905. Nos três anos subseqüentes, entre 1906 e 1908, trabalhou no Itamaraty, redigindo o relatório de viagem ao Purus, corrigindo e elaborando mapas regionais e locais, assessorando o ministro Rio Branco.<sup>260</sup> A seguinte carta ilustra a minuciosa perspectiva geográfica do autor de *Peru versus Bolívia*<sup>261</sup> e *Contrastes e Confrontos*<sup>262</sup> (ambos de 1907):

Contravindo à opinião dos que demarcam aos países quentes um desenvolvimento de 30º de latitude, o Brasil está longe de se incluir todo em tal categoria. Sob um duplo aspecto, astronômico e geográfico, aquele limite é exagerado. Além de ultrapassar a demarcação teórica vulgar, exclui os relevos naturais que atenuam ou reforçam os agentes meteorológicos, criando climas equatoriais em altas latitudes ou regimes temperados entre os trópicos. Toda a climatologia, inscrita nos amplos lineamentos das leis cosmológicas gerais, desponta em qualquer parte adicta de preferência às causas naturais mais próximas e particulares. Um clima é como que a tradução fisiológica de uma condição geográfica. E definindo-o deste modo concluímos que o nosso país, pela sua própria estrutura, se imprópria a um regime uniforme.<sup>263</sup>

O livro que alçou o então desconhecido escritor e jornalista Euclides da Cunha à posição de destaque na literatura brasileira é *Os Sertões* – a obra é pioneira pelo seu tema, e tem mais de quarenta edições em português, seis em inglês e nove em outras línguas<sup>264</sup>. Estudiosos da literatura brasileira e outros intelectuais não economizaram elogios ao tratar dessa obra: Alberto Rangel (1871–1945) viu em *Os Sertões* a riqueza estilística do autor, com “as precipitações, os saltos, os refreios de sua composição literária”. O filósofo positivista Vicente Licínio Cardoso (1890–1931) o define como “O Brasil ao ar livre”. Roquete Pinto (1884–

<sup>259</sup> José Maria da Silva Paranhos (1845–1912), estadista e diplomata carioca. Considerado a figura mais ilustre das relações internacionais no Brasil, principalmente pela assinatura do Tratado de Petrópolis, pelo estabelecimento da primeira embaixada brasileira (em Washington) e pela iniciativa de conduzir o primeiro cardinalato da América do Sul ao Brasil. (Cf. BERNARDES, 1992, p. 9907)

<sup>260</sup> Cf. ANDRADE e HOUAISS, 1992, p. 3119.

<sup>261</sup> Esta obra de Euclides da Cunha é uma defesa, em oito capítulos, dos interesses brasileiros no Acre (encomendada pelo Itamaraty). (Cf. ANDRADE e HOUAISS, 1992, p. 3119)

<sup>262</sup> *Contrastes e Confrontos* são estudos de Euclides da Cunha, retirados em maioria à imprensa diária e periódica, que examinam assuntos brasileiros, americanos, internacionais, e problemas sociais. (Cf. ANDRADE & HOUAISS, 1992, p. 3119)

<sup>263</sup> CUNHA, apud GALVÃO & GALOTTI (1997), p. 71.

<sup>264</sup> Cf. ANDRADE e HOUAISS (1992), p. 3119.

1954) estimou-o como o “livro maior da nossa produção, no sentido de que nele se retratam as qualidades e as faltas da terra”, e ainda afirmou que a obra foi, é e será “livro escrito para a alma ardente de um povo inquieto”. Para José Maria Bello (1886–1951), *Os Sertões* é “um livro grave, onde se agitam alguns problemas capitais de nossa vida política e social”. Sílvio Romero (1851–1914) compreendeu a obra-prima de Euclides da Cunha “como um estudo social do nosso povo firmado até certo ponto na observação direta”, e afirmou ainda que “de *Os Sertões* pode-se tirar uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social”. Basílio de Magalhães (1874–1957) considerou Euclides “mais preparado do que os seus antecessores para compreender os elementos fundamentais de nossa nacionalidade”. Domício da Gama (1862–1925) escreveu que “Euclides sabia tudo. Sabia o que eu sabia em letras e mais toda a sociologia e a economia e a política de um pensador enciclopédico. Era a realização de um verdadeiro homem de letras reforçado por um sábio que [Johann G.] Fichte (filósofo do idealismo alemão pós-kantiano; 1762–1814) preconizara”. Tristão de Athayde<sup>265</sup> colocou *Os Sertões* e *Um Estadista no Império*, de Joaquim Nabuco (1849–1910), como os dois grandes livros dos últimos cinquenta anos de sua época. Afrânio Coutinho (1911–2000) teorizou que “*Os Sertões* são uma obra de ficção, uma narrativa heróica, uma epopéia em prosa, da família de *Guerra e Paz*, da *Canção de Roland*, e cujo antepassado mais ilustre é a *Ilíada*”<sup>266</sup>. A grande obra, contudo, foi publicada em uma primeira edição que sofreu pela falta de prestígio de um escritor quase anônimo, como é relatado pelo próprio autor na seguinte carta de 25 de dezembro de 1901:

(...) Estive no Rio. E lá deixei entregue ao Laemmert, os meus *Sertões* – título que dei ao livro que aí te li em parte. O contrato que fiz, não precisava dizer, foi desvantajoso – embora levasse à presença daqueles honrados saxônios um fiador de alto coturno, José Veríssimo – de quem sou hoje devedor, pela extraordinária gentileza com que me tratou. Subordinei-me a todas as cláusulas leoninas que me impuseram, e entre elas a de dividir com eles – irramente pela metade, os lucros da publicação – e isto ainda depois que a venda os indenizasse do custo da impressão. Aceitei. (...) Por uma das cláusulas, sairá à luz, em fins de abril do [ano] vindouro. Já vês que os pobres jagunços [...], afinal, que dessem a palavra ao seu [...] advogado diante da História. E este papel satisfaz inteiramente a minha vaidade.<sup>267</sup>

<sup>265</sup> Também grafado simplesmente “Ataíde” – é o pseudônimo de Alceu Amoroso Lima (1893–1983), ensaísta e pensador carioca.

<sup>266</sup> Para todas as citações do parágrafo, de Alberto Rangel a Afrânio Coutinho: apud OLIVEIRA (1997), p. 204-7.

<sup>267</sup> CUNHA, apud GALVÃO e GALOTTI (1997), p. 129.

O conflito de Canudos eclodiu em meio a um período de grande turbulência política nas esferas regional e nacional.<sup>268</sup> Considera-se que os eventos que culminaram na aniquilação dos insurrectos por tropas do exército brasileiro começaram a se manifestar quatro anos antes. Segundo Consuelo Novais Sampaio, “o ano de 1893 é o marco inicial para a compreensão do fenômeno Canudos. Vários acontecimentos significativos tiveram lugar neste ano”.<sup>269</sup> Em janeiro daquele ano, ocorreu a organização das administrações municipais, com um aumento da cobrança de impostos; em abril, houve o ‘quebra-quebra’ das tabuletas onde os impostos estavam afixados, na feira do Soure; em maio, aconteceu o “choque de Masseté”, quando tropas estaduais governistas (da Bahia) sofreram vergonhosa derrota pelas mãos dos conselheiristas.<sup>270</sup> Em junho de 1893 Antônio Conselheiro fixou-se no arraial de Canudos (no município de Monte Santo, no nordeste do Estado da Bahia), e ocorreu a crescente fuga de trabalhadores das fazendas circunvizinhas em sua direção; também em junho houve a cisão do partido governista (Partido Republicano Federalista) nas facções *vianista* e *gonçalvista/jeremoabista*. Enfim, ainda em junho de 1893, os homens enviados para atacar Canudos (que já se encontravam em Serrinha) retornaram a Salvador, mediante ordem governamental, fato que fez aumentar a inquietação daqueles que esperavam, a qualquer momento, a volta dos *conselheiristas*.<sup>271</sup> Na análise de Consuelo Sampaio, “embora pareçam isolados, esses acontecimentos estão interligados na teia de interesses políticos que desencadeou a maior luta fratricida perpetrada neste país”.<sup>272</sup>

Os fazendeiros e chefes políticos da região passaram a demonstrar publicamente temor em relação à vizinhança de Antônio Conselheiro somente após o “choque de Masseté”. E apenas eles consideravam, na ocasião, os *conselheiristas* como uma ameaça na região. O fantasma de Canudos como ameaça à ordem republicana ainda não havia sido construído em 1893.<sup>273</sup> A saída contínua de trabalhadores das fazendas e cidades próximas a Monte Santo para buscar segurança e melhores condições de vida junto ao Conselheiro foi a situação mais

---

<sup>268</sup> Cf. MARQUES e CALASANS (1992), p. 2031-3.

<sup>269</sup> SAMPAIO (2001), p. 36.

<sup>270</sup> Cf. SAMPAIO (2001), p. 40-1.

<sup>271</sup> SAMPAIO (2001), p. 36.

<sup>272</sup> *Ibidem*.

<sup>273</sup> Na ocasião, o governo federal estava envolvido com a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, problemas de maior relevância. (Cf. SAMPAIO, 2001, p. 43)

alarmante para os interesses das classes dominantes da região. A primeira carta dos arquivos do barão de Jeremoabo<sup>274</sup> a mencionar o problema de Canudos data de 12 de janeiro de 1894, ilustrando exatamente a preocupação com o êxodo de trabalhadores: “Seguiu daqui e destas imediações esta semana para o Conselheiro umas 16 a 20 famílias, é um horror!!...”<sup>275</sup>

A situação de Canudos, na região isolada de Monte Santo, de população paupérrima, explorada pelos latifundiários locais, é interessante para uma pesquisa que utiliza as premissas foucaultianas de relações de posicionamentos como relações de poder. Canudos é uma contundente *heterotopia*, que surgiu graças às condições desfavoráveis impostas pelos donos do poder político e econômico da região. Ou seja, a heterotopia Canudos é um subproduto dos topoi considerados “normais”, as fazendas e as cidades que compõem os espaços legitimados pela organização sócio-econômica vigente. Marques e Calasans lembram da questão sócio-econômica inerente ao conflito de Canudos ao escreverem que “[A] esperança dos sertanejos na melhoria de sua condição paupérrima, que os levava a aderir à pregação do Conselheiro, traduz-se na fundação de uma comunidade com posse comum da terra, dos rebanhos e dos produtos do trabalho coletivo; apenas os bens móveis e residências constituíam propriedade pessoal”.<sup>276</sup>

Foucault ressalta, no texto de “Outros Espaços”, que as heterotopias são espaços diferentes, outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos; e que não há uma única cultura no mundo que não se constitua de heterotopias.<sup>277</sup> E Canudos é o espaço de contestação dos lugares reais do sertão baiano. Segundo Euclides da Cunha, o espaço heterotópico de Canudos teve uma gênese peculiar:

Com efeito, ali, totalmente diversos na origem, os atuais povoados sertanejos se formaram de velhas aldeias de índios, arrebatadas, em 1758, do poder dos padres pela política severa de Pombal.<sup>278</sup> (...)

Ao terminar o século XVII, [João de] Lancastro [governador-geral do Brasil] fundou com o indígena catequizado o arraial da Barra, para atenuar as depredações dos Acaroazes e Mocoazes. (...) É evidente, pois, que precisamente no trecho dos

<sup>274</sup> Cícero Dantas Martins (1838– 1903), *barão de Jeremoabo*, era um latifundiário e político influente na região da Bahia onde sucedeu a campanha de Canudos, e parte de seu acervo de cartas é documentação valiosa sobre a posição das classes dirigentes regionais a respeito do famoso conflito. (Cf. CARVALHO Jr., apud SAMPAIO (org.), 2001, p. 17)

<sup>275</sup> SAMPAIO (2001), p. 90.

<sup>276</sup> MARQUES e CALASANS (1992), p. 2032.

<sup>277</sup> Cf. FOUCAULT (2001), p. 416.

<sup>278</sup> Estadista português, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699–1782), primeiro marquês de Pombal, teve atuação de grande importância na administração do Brasil enquanto colônia portuguesa. (Cf. MENDES, 1992, p. 9111)

sertões baianos mais ligados aos dos demais Estados do norte – em toda a orla do sertão de Canudos – se estabeleceu desde o alvorecer de nossa história um farto povoamento, em que sobressaía o aborígene amalgamando-se ao branco e ao negro (...).

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada (...).

(...) Causas muito enérgicas determinaram o insulamento e conservação do autóctone. Destaquemo-las.

Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho.

Os possuidores do solo, (...) eram ciosos dos dilatados latifúndios, sem raias, avassalando a terra. Estes [grandes potentados] dificultavam a entrada de novos povoadores ou concorrentes e tornavam as fazendas de criação, dispersas em torno das freguesias recém-formadas, poderosos centros de atração à raça mestiça que delas promanava.<sup>279</sup>

A ubiqüidade das referências geográficas no texto de *Os Sertões* facilita o trabalho investigativo heterotopológico. Antes mesmo do início da narrativa, na “Nota preliminar” do autor, já encontramos indicações sobre a importância do fator espacial aliado ao fator tempo, e o paradoxo de um conflito entre “filhos do mesmo solo”<sup>280</sup>: “(...) mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”<sup>281</sup>. O fracasso das três primeiras expedições militares em debelar a insurreição de Canudos se deveu a dois motivos básicos: primeiro, as forças armadas subestimaram a capacidade dos insurrectos de se organizar e se defender das hostilidades; segundo, os planejadores (na capital federal) e comandantes (na frente de batalha) das expedições derrotadas cometeram um erro crasso ao ignorar as características hostis da geografia da região de Monte Santo. De acordo com Luiz Costa Lima, as falhas investigadas e criticadas por Euclides precediam a organização das expedições e eram coerentes com os motivos que as geravam: como as expedições provinham de um poder que apenas imitava os poderes e a técnica correspondentes da Europa, não dominando realmente a ciência militar, os responsáveis pelas expedições fracassadas desprezaram a realidade a que pertenciam e ignoravam os costumes das gentes e as condições da *terra* a que enviaram seus soldados:

Em suma, as grosserias cometidas, desde as referentes à disposição adequada das tropas no combate até às concernentes à psicologia das massas, tanto a de suas tropas como a dos inimigos, eram absolutamente explicadas por princípios firmados da ciência. Um e outras constituíam princípios elementares da antropologia biológica. Estes eram tão certos como a afoita ignorância das autoridades.<sup>282</sup>

<sup>279</sup> CUNHA (2000), p. 88-91.

<sup>280</sup> Idem, p. 2.

<sup>281</sup> Ibidem.

<sup>282</sup> COSTA LIMA (1997), p. 96.

De fato, o tratamento técnico/científico que Euclides dava à campanha de Canudos se reflete em seu texto, que acabou sendo criticado na época do lançamento da primeira edição de *Os Sertões* por causa, segundo algumas figuras importantes do meio literário da época, do tom ‘demasiado científico’ que permeia a obra.<sup>283</sup> Quanto a essa crítica, o autor defendeu-se, respondendo em uma carta a José Veríssimo (1857–1916) que a união entre as letras e a ciência seria benéfica:

Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras – sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano. Um grande sábio e um notável escritor, igualmente notável como químico e como prosador, Berthelot definiu, faz poucos anos, o fenômeno, no memorável discurso com que entrou na Academia Francesa. Segundo se colhe de suas deduções rigorosíssimas, o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo, e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências.<sup>284</sup>

A importância da perspectiva científica no texto de *Os Sertões* torna a obra especial, sem paralelo na literatura brasileira. A concepção estilística euclidiana traduz-se neste amálgama: do uso literário de conceituações técnicas, na incorporação de um léxico científico (especialmente o geomorfológico) para elaborar suas descrições e estudos de lugares e gentes, sempre com a valiosa intenção de decifrar os problemas do nosso país, sem abrir mão do apuro estilístico indispensável a uma obra de arte<sup>285</sup>, como no fragmento a seguir:

O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum. De fato, a inflexão peninsular extremada pelo cabo de S. Roque faz que para ele convirjam as lindes interiores de seis Estados – Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí – que o tocam ou demoram distantes poucas léguas. Desse modo é natural que as vicissitudes climáticas daqueles nele se exercitem com a mesma intensidade, nomeadamente em sua manifestação mais incisiva, definida numa palavra que é o terror máximo dos rudes patricios que por ali se agitam, a seca. Escusamo-nos de longamente a estudar, averbando o desbarate dos mais robustos espíritos no aprofundar-lhe a gênese, tateantes ao través de sem-número de

<sup>283</sup> Para Luiz Costa Lima, o propósito consciente de Euclides era “estabelecer o acordo superior do lastro científico com o embelezamento artístico.” (COSTA LIMA, 1989, p. 217)

<sup>284</sup> CUNHA, apud GALVÃO e GALOTTI (1997), p. 143-4.

<sup>285</sup> Quanto à união entre ciência e literatura em *Os Sertões*, José Veríssimo escreve: “O livro (...), é ao mesmo tempo o livro de um homem da ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever (...).” (VERÍSSIMO, 1977, p. 45)

agentes complexos e fugitivos. Indiquemos, porém, inscrita num traçado de números inflexíveis, esta fatalidade inexorável.<sup>286</sup>

Uma análise heterotopológica da obra-prima de Euclides também segue premissas sociológicas. Uma delas, não aplicável a todos os métodos sociológicos, mas que talvez seja a mais importante para o método heterotopológico, afirma que a análise sociológica da literatura (e da arte) subordina seu objeto ao propósito de entendimento dos mecanismos em operação na sociedade, potencialmente capazes de caracterizá-la.<sup>287</sup> Para Luiz Costa Lima, se o propósito do analista da literatura se manifesta predominantemente em favor de uma compreensão da sociedade, sua tendência será a de ver as obras literárias e artísticas como epifenômenos do tecido social.<sup>288</sup> Exatamente neste ponto entra o estatuto singular da heterotopia literária, que a distingue das outras análises sociológicas: a heterotopia identifica os espaços diferenciados da narrativa, as heterotopias, pela descrição delas realizada pelo autor; a partir da identificação da heterotopia literária, analisamos as relações de contrapositionamentos resultantes. Atentando para o detalhe fundamental preconizado por Foucault, o qual indica ser a análise da rede de tensões sociais nos limites entre os espaços (normais e os heterotópicos) que faz reverberar com maior pujança as inquietações que ocupam o pensador de humanidades de hoje<sup>289</sup>, a heterotopia do arraial de Canudos é um espécime precioso, instigante, por desdobrar-se em duas faces heterotópicas: uma face real, amplamente documentada e testemunhada pelo próprio autor; outra, o conflito narrado com a riqueza estilística e o vocabulário idiossincrático de Euclides. Duas searas abertas à investigação em um mesmo espaço diferenciado. A função da heterotopia Canudos é bem específica dentro da conjuntura do sertão nordestino do início do regime republicano no Brasil, e a funcionalidade de uma heterotopia é parte de suas características: “(...) cada heterotopia tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade”.<sup>290</sup> Seria o arraial de Canudos um outro espaço real, diferenciado, mais justo (para alguns analistas, uma comunidade

---

<sup>286</sup> CUNHA (2000), p. 33.

<sup>287</sup> Cf. COSTA LIMA (2002), p. 661.

<sup>288</sup> Idem, p. 661-2.

<sup>289</sup> Segundo Foucault: “(...) a inquietação de hoje se refere fundamentalmente ao espaço, sem dúvida muito mais que ao tempo; o tempo provavelmente só aparece como um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se repartem no espaço.” (FOUCAULT, 2001, p. 413)

<sup>290</sup> FOUCAULT (2001), p. 413.

socialista), mais bem-arrumado e equânime para os sertanejos da região? Se a resposta é sim, então temos uma heterotopia de compensação.<sup>291</sup>

Em *Os Sertões*, a dupla heterotopia (representacional e de compensação) de Canudos, o ‘outro espaço’ onde ocorre a tensão de forças antagônicas – um grupo de sertanejos (oriundos de uma população paupérrima e explorada pelas classes dominantes da região) e os poderes constituídos da recém proclamada República – é descrita pelo autor nos seguintes termos:

Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vaza-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cinqüenta capuabas de pau-a-pique.

Já em 1876, segundo o testemunho de um sacerdote, (...), lá se aglomerava, agregada à fazenda então ainda florescente, população suspeita e ociosa, “armada até os dentes” e “cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão”, de tubos naturalmente fornecidos pelas solanáceas (*canudos-de-pito*) vicejantes em grande cópia à beira do rio.

(...) Estava, porém, [Canudos] em plena decadência quando lá chegou aquele [Conselheiro] em 1893: tijupares em abandono, vazios os pousos; e, no alto de um esporão da Favela, destelhada, reduzida às paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas...

Data daquele ano a sua revivescência e crescimento rápido. O aldeamento efêmero dos matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmudar-se, ampliando-se em pouco tempo, na Tróia de taipa dos jagunços.

Era o lugar sagrado, cingido nas montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito.<sup>292</sup>

A heterotopia chamada Canudos é um espaço que contrasta com os espaços reais do sertão baiano. É o lócus que contesta e confronta de forma simultaneamente mítica e real os espaços reais de interação social naquela região, os espaços institucionalmente legitimados. O arraial de Canudos era um contrapositionamento, no qual os sertanejos puderam viver em uma espécie de socialismo, naquele lugar singular onde não havia a propriedade privada daquilo que era produzido, onde tudo era feito e organizado para ser distribuído de maneira equânime a todos os moradores do arraial, com a única exceção das moradias, que pertenciam cada uma somente a uma família, que era a responsável pela sua conservação. O êxodo de sertanejos dos arredores do município baiano de Monte Santo e de outras localidades mais distantes (inclusive de outro estado – Sergipe) para o arraial deveu-se à expectativa, por parte daquela população humilde e sofrida, de receber condições de vida e de trabalho melhores que aquelas em que eles se encontravam antes, explorados em um sistema econômico quase *feudal*,

<sup>291</sup> Idem, p. 421.

<sup>292</sup> CUNHA (2000), p. 153.



praticado pelo pequeno grupo de grandes latifundiários nordestinos (que também era a classe dirigente da região). Nas palavras do autor:

A sua topografia [de Canudos] interessante modelava-o ante a imaginação daquelas gentes simples como o primeiro degrau, amplíssimo e alto, para os céus... Não surpreende que para lá convergissem, partindo de todos os pontos, turmas sucessivas de povoadores convergentes das vilas e povoados mais remotos. Diz uma testemunha: “Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até o Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para os Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações. Causava dó verem-se expostos à venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalar, vacum, caprino etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos, casas etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro.” Assim se mudavam os lares. (...) O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas. A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia; - e, à medida que se formava, a tapera colossal parecia estereografar a feição moral da sociedade ali acoitada. (...) Aquilo se fazia a esmo, adoidadamente. A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho.<sup>293</sup>

Ao escrever que o povoado de Canudos “nascia velho”, Euclides chama a atenção do leitor para um outro elemento de reafirmação na classificação daquele espaço como heterotopia: a sua aparência de “heterocronia”<sup>294</sup>. Segundo Foucault, uma heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional. Não por acaso, o líder e seus insurrectos de Canudos foram chamados de ‘monarquistas’, o que fazia alusão ao sistema de governo anterior, ultrapassado, anacrônico, já desvinculado da realidade brasileira que vislumbrava com admiração (e sob influência do positivismo) os avanços tecnológicos da Europa finissecular; aspirando por ajustar-se aos novos ares de modernidade e progresso. Apesar de errônea (pois Antônio Conselheiro e seus seguidores não reivindicaram – nem ao menos cogitaram – a volta da família imperial ao poder no Brasil), a classificação dos sertanejos revoltosos como *monarquistas* serviu ao propósito político (maniqueísta) de colocá-los numa posição de *antagonismo* evidente ao sistema de governo nacional que vigorava na época; posição esta que, em termos, era correta: “com a proclamação da república, modificou-se totalmente o quadro político da Bahia, caindo o grupo até então situacionista em que se encontravam os sustentáculos de Antônio Conselheiro. Este imediatamente também se voltou contra a forma de governo recém-instalada,

<sup>293</sup> CUNHA (2000), p. 153-4.

<sup>294</sup> Cf. FOUCAULT (2001), p. 418-9.

denunciando-a como herege, tanto mais que estabelecera divisão entre a Igreja e o Estado.”<sup>295</sup> Em meio às acaloradas discussões provocadas na capital federal pelo fracasso das expedições militares contra Canudos, Artur Azevedo escreveu a seguinte trova: “É jagunço o palúrdio parola, / Que o progresso não quer da nação, / É, sem ter convicções na cachola, / Prega idéias de restauração”<sup>296</sup>. Em uma carta ao barão de Jeremoabo<sup>297</sup>, escrita em dois de janeiro de 1897, verifica-se claramente o uso do termo ‘monarquista’ para rotular o líder messiânico do famoso arraial:

(...) Deve se recordar quando lhe escrevi no tempo do governo do Sr. Rodrigues Lima, de eterna memória, sobre a questão de Masseté, onde dizia que o governo não abafava logo esta revolta no começo, depois se enraizaria, outras iriam sucedendo-lhe, depois o governo encontraria sérias dificuldades para debelá-las; mas assim o quiseram, de tudo formaram a politicagem, e hoje o infeliz povo que pague o parto – do dispêndio, saque, incêndio, assassinatos etc. O Uauá, que prosperava, ficou arrasado. O Conselheiro, por outro lado, já demoliu mais de cem casas, currais, cercados etc., incendiando a muitos. Não sabemos onde irá parar isto, pois de momento o Santo pode mudar de plano. Ele não é o homem que muitos julgaram de maníaco e inofensivo; é vaidoso aventureiro, que tratou de fanatizar aos ignorantes, e muita gente boa se iludia com ele... hoje querendo aniquilá-lo, porque a política dele é toda diferente, *monarquista*, intransigente, donde presumia ser bem recompensado se viesse a *restauração*, ignorando o que sucedeu a Silva Jardim, Tiradentes, Frei Caneca e outros; mas contenta-se em ficar célebre na história com a sua coerência!...<sup>298</sup> (Grifo meu)

Apesar de o ano de 1893 ser considerado o marco inicial do fenômeno Canudos, a classificação de Antônio Conselheiro e seus fanáticos seguidores armados como *ameaça* real aos governantes do estado da Bahia demorou mais três anos para se concretizar a ponto de impelir as classes dirigentes à ação. Essa procrastinação dos governantes baianos se deve às circunstâncias da época, que propiciaram a deflagração de vários movimentos insurrecionais<sup>299</sup> que ocuparam a atenção dos governantes nas esferas regional e federal. De maneira direta, Euclides relaciona os diversos tipos de sertanejos armados com o território onde viviam:

<sup>295</sup> AMORIM e QUEIRÓS (1992), p. 7492.

<sup>296</sup> Apud RABELO (1966), p. 82.

<sup>297</sup> Carta escrita na fazenda Acaru, por João Cordeiro de Andrade, político de Monte Santo, onde havia sido intendente (1892-1894). (Cf. SAMPAIO, 2001, p. 132)

<sup>298</sup> SAMPAIO (2001) p. 131.

<sup>299</sup> De acordo com o próprio autor de *Os Sertões*, na época em que Canudos se tornou uma clara ameaça, o governo baiano (com apoio federal) debelava movimentos insurrecionais desde a cidade de Lençóis até as Lavras Diamantinas; o mesmo tipo de problema ocorria em Barra do Mendes, e aconteceram diversos atentados em Jequié. (Cf. CUNHA, 2000, p. 183)

Quando se tornou urgente pacificar o sertão de Canudos, o governo da Bahia estava a braços com outras insurreições.

A cidade de Lençóis fora investida por atrevida malta de facínoras, e as suas incursões alastravam-se pelas Lavras Diamantinas; o povoado de Barra do Mendes caíra às mãos de outros turbulentos; e em Jequié se cometiam toda a sorte de atentados.

O mal era antigo.

O trato de território que recorta as cadeias de Sincorá até as margens do São Francisco, era havia muito, dilatado teatro de tropelias às gentes indisciplinadas do sertão.<sup>300</sup>

Assim os estigmas hereditários da população mestiça se têm fortalecido na própria transigência das leis. [...]

As duas sociedades irmãs [a de cangaceiros e a de jagunços] tiveram (...) longo afastamento que as isolou uma da outra. Os cangaceiros nas incursões para o sul, e os jagunços nas incursões para o norte, defrontavam-se, sem se unirem, separados pelo valado em declive de Paulo Afonso.

A insurreição da comarca de Monte Santo ia ligá-las.

A campanha de Canudos despontou da convergência espontânea de todas essas forças desvairadas, perdidas nos sertões.<sup>301</sup>

Antônio Conselheiro e seus seguidores confirmaram o temor que se desenvolvia em torno deles, entre cidadãos comuns e governantes da região, a partir de 1896, quando um episódio de menor vulto ocorreu em Juazeiro do Norte – um quantitativo de madeira comprado pelo Conselheiro para a construção de uma igreja nova não foi entregue conforme combinado. Os habitantes da cidade amedrontaram-se com a ameaça do líder de Canudos de invadir a cidade com seus homens para pegar o material à força. Para tentar evitar o pânico entre os moradores de Juazeiro (que já começavam a abandonar a cidade), o governo do estado da Bahia travou contato com o general Frederico Sólton, comandante do 3º distrito militar, que ordenou a mobilização de modesta quantidade de militares – apenas 104 praças e três oficiais do exército (do 9º Batalhão de Infantaria) – conforme solicitado pela autoridade baiana, para conter a ameaça de invasão dos fanáticos. O fracasso dessa expedição era mais do que previsível para alguém ciente das circunstâncias que caracterizavam aquele fenômeno popular que se expandia na região de Monte Santo, mas que continuava sendo desdenhado pelo governo. Euclides escreve:

Aquele punhado de soldados foi recebido com surpresa em Juazeiro, onde chegou a 7 de novembro, pela manhã.

Não obistou a fuga de grande parte da população, subtraindo-se ao assalto iminente. Aumentou-a. Conhecendo a situação, os habitantes viram, de pronto, que um contingente tão diminuto tinha o valor negativo de exercer maior atração sobre a horda invasora.

<sup>300</sup> CUNHA (2000), p. 183.

<sup>301</sup> Idem, p. 187.

Previram a derrota inevitável. E enquanto os partidários encobertos do *Conselheiro*, que os havia em toda a roda, se rejubilavam, prefigurando-a, alguns homens sinceros pediram ao comandante expedicionário para não seguir avante.<sup>302</sup>

A tropa chegou exausta a Uauá no dia 19 [de novembro de 1896], depois de uma travessia penosíssima.<sup>303</sup>

Despertou-os o adversário, que imaginavam ir surpreender. Na madrugada de 21 [de novembro] desenhou-se no extremo da várzea o agrupamento dos jagunços...

Um coro longinquo esbatia-se na mudez da terra ainda adormida, reboando longamente nos ermos desolados. A multidão guerreira avançava para Uauá, derivando à toada vagarosa dos *kyries*, rezando. Parecia uma procissão de penitência dessas que há muito se afeiçoaram os matutos crendeiros para abrandarem os céus quando os estios longos geram os flagícios das secas. (Grifo do autor)<sup>304</sup>

O conflito continuou, [...], ferozmente, cerca de quatro horas, sem episódios dignos de nota e sem vislumbrar um único movimento tático; batendo-se cada um por conta própria, consoante as circunstâncias.<sup>305</sup>

(...) [O retorno da tropa] Foi como uma fuga.

A travessia para Juazeiro fez-se em marcha forçada, em quatro dias. E quando lá chegou o bando dos expedicionários, fardas em trapos, feridos, estropiados, combalidos, davam a imagem da derrota. Parecia que lhes vinham em cima, nos rastros, os jagunços. A população alarmou-se, reatando o êxodo.<sup>306</sup>

O fator religioso está presente (de forma descritiva) no texto euclidiano, posto que o catalisador dos sertanejos, o líder incontestado do movimento insurrecional, é um beato, uma figura exótica e carismática de nome Antônio Vicente Mendes Maciel (1830–1897), vulgo o *Conselheiro*.<sup>307</sup> O *Conselheiro* e a campanha de Canudos são freqüentemente usados como exemplos em solo brasileiro para o entendimento antropológico e sociológico do fenômeno do messianismo, que é um movimento religioso com objetivo sócio-político: transformar a ordem presente.<sup>308</sup> O traço característico essencial dos movimentos messiânicos é a existência de um chefe carismático, sagrado, em constante contato com o sobrenatural, do qual recebe inspiração para reunir e organizar o grupo de adeptos. Além disso, há nos messianismos um tipo específico de mitologia, a crença na criação de ‘paraíso terrestre’, uma Idade de Ouro a ser gozada aqui mesmo na terra – imagem que nos remete quase que imediatamente aos espaços míticos das *utopias*. Por isso, tais movimentos não são compatíveis com posturas religiosas passivas, já que está implícito em tais movimentos um sentido de ação com a finalidade de mudar o

<sup>302</sup> CUNHA (2000), p. 191-2.

<sup>303</sup> Idem, p. 193.

<sup>304</sup> Idem, p. 194.

<sup>305</sup> Idem, p. 196.

<sup>306</sup> Idem, p. 197.

<sup>307</sup> Já em 1876, um anuário editado no Rio de Janeiro (*Folhinha Laenmert*) falou dele: “Apareceu no sertão do norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos. [...] Vive a rezar terços e ladainhas e dar conselhos às multidões que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto.” (Apud MARQUES e CALASANS, 1992, p. 2031)

<sup>308</sup> Cf. AMORIM e QUEIRÓS (1992), p. 7490.

mundo em que vivem (ou, pelo menos, de reformar algumas instituições dele).<sup>309</sup> A descrição das circunstâncias sociais do surgimento de Antônio Conselheiro, juntamente com alguns aspectos significativos de sua personalidade, indicam no texto de Euclides as principais características de um líder de movimento messiânico:

Considerando em torno, o falso apóstolo, que o próprio excesso de subjetivismo predispuera à revolta contra a ordem natural, como que observou a fórmula do próprio delírio. Não era um incompreendido. A multidão aclamava-o representante natural das suas aspirações mais altas. Não foi, por isto, além. Não deslizou para a demência. No gravitar contínuo para o mínimo de uma curva, para o completo obscurecimento da razão, o meio reagindo por sua vez amparou-o, corrigindo-o, fazendo-o estabelecer encadeamento nunca destruído nas mais exageradas concepções, certa ordem no próprio desvario, coerência indestrutível em todos os atos e disciplina rara em todas as paixões, de sorte que ao atravessar, largos anos, nas práticas ascéticas, o sertão alvorotado, tinha na atitude, na palavra e no gesto, a tranqüilidade, a altitude e a resignação soberana de um apóstolo antigo.<sup>310</sup>

Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco. [...]

Era o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação.<sup>311</sup>

O fator sociológico que cultivara a psicose mística do indivíduo, limitou-a sem a comprimir, numa harmonia salvadora. De sorte que o espírito predisposto para a rebeldia franca contra a ordem natural cedeu à única reação de que era passível. Cristalizou num ambiente propício de erros e superstições comuns.<sup>312</sup>

...E surgia na Bahia o anacoreto sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...<sup>313</sup>

A luta entre as forças armadas e os insurrectos de Canudos (especialmente os acontecimentos deflagrados pela chegada da terceira e quarta expedições do exército à região do conflito) é o clímax da narrativa. Parece-me difícil imaginar uma finalidade heterotópica tão clara quanto esta, ao lembrar que a heterotopia, para Foucault, é uma espécie de utopia efetivamente localizada onde os posicionamentos reais estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos.<sup>314</sup> A classe pobre, miserável, explorada, encontra-se representada no arraial – famílias oriundas das camadas mais humildes daquela parte do nordeste brasileiro. E os habitantes de Canudos – Antônio Conselheiro e seus seguidores – levaram às últimas conseqüências a sua contestação da situação político-econômica dominante, invertendo as noções de propriedade privada, condições de vida e de trabalho,

<sup>309</sup> Cf. AMORIM e QUEIRÓS (1992), p. 7490.

<sup>310</sup> CUNHA (2000), p. 128.

<sup>311</sup> Idem, p. 129.

<sup>312</sup> Idem, p. 130.

<sup>313</sup> Idem, p. 136.

<sup>314</sup> Cf. FOUCAULT (2001), p. 415.

desafiando as leis estabelecidas pelos dirigentes locais, estaduais e federais; invertendo até mesmo as distorcidas noções de justiça social e distribuição de renda, aplicadas no final do século XIX no país. O ápice da obra-prima de Euclides da Cunha, a luta entre expedicionários e sertanejos, é provavelmente a instância máxima de tensão de forças entre uma heterotopia e os lugares reais com os quais ela faz fronteira. No livro, o combate iniciado pela terceira campanha militar, a famosa e trágica Expedição Moreira César<sup>315</sup>, é descrito sem deixar de atentar para os detalhes da geografia única de Canudos:

Favorecido pelo terreno, o 7º Batalhão marchou em acelerado, sob uma saraivada de chumbo, e seixos rolados, até a borda do rio. Em breve, vingando a barranca oposta viram-se à entrada da praça os primeiros soldados, em grupos, sem coisa alguma que lembrasse a formatura de combate. Alguns ali mesmo tombaram ou rolaram na água, arrastados na corrente, que se listrava de sangue. A maioria avançou, batida de soslaio e de frente. Na extrema esquerda da ala do 9º, vencendo as dificuldades da marcha cheia de tropeços, tomara posição à retaguarda da igreja nova, enquanto o 16º e a ala direita do 7º investiam pelo centro. O combate desenrolou-se logo em toda a plenitude, resumindo-se naquele avançar temerário. Não teve, depois, a evolução mais simples, ou movimento combinado, que revelasse a presença de um chefe.

Principiou a fracionar-se em conflitos perigosos e inúteis numa dissipação inglória do valor. Canudos, entretecido de becos de menos de dois metros de largo, trançados, cruzando-se em todos os sentidos, tinha ilusória fragilidade nos muros de taipa que o formavam. Era pior que uma cidadela inscrita em polígonos ou blindada de casamatas espessas. Largamente aberto aos agressores que podiam derruí-lo a coices de arma, que podiam abater-lhe a pulso as paredes e tetos de barro ou vará-lo por todos os lados, tinha a inconsistência e a flexibilidade traiçoeira de uma rede desmesurada. Era fácil investi-lo, batê-lo, dominá-lo, varejá-lo, aluí-lo; – era difícilimo deixa-lo. [...]

Na história sombria das cidades batidas, o humílimo vilarejo ia surgir com um traço de trágica originalidade.

Intacto – era fragilimo, feito escombros – formidável.

Rendia-se para vencer, aparecendo, de chofre, ante o conquistador surpreendido, inexpugnável e em ruínas. Porque a envergadura de ferro de um exército, depois de o abalar e desarticular todo, esmagando-o, tomando-o montão informe de adobes e madeiras roliças se sentia inopinadamente manietada, presa entre tabiques vacilantes de pau-a-pique e cipós, à maneira de uma suçuarana inexperta agitandose, vigorosa e inútil, nas malhas de armadilha bem feita.<sup>316</sup>

A obra de Euclides da Cunha é passível de uma abordagem heterotopológica pelo fato de o autor não concentrar a força de sua narrativa na descrição de personagens, em aspectos psicológicos ou subjetivos. O foco do texto é a análise das relações sociais que se realizam por conta da formação de uma *heterotopia* especial de compensação, o arraial de Canudos, e a tensão de forças sociais resultante do contato entre os ‘espaços reais’ (ou ‘normais’) e esse outro espaço, o

<sup>315</sup> O coronel de infantaria Antônio Moreira César, famoso pelas demonstrações de bravura em Santa Catarina, num episódio de confronto com tropas da campanha federalista do Rio Grande, foi o chefe da terceira expedição contra os revoltosos de Canudos. (Cf. CUNHA, 2000, p. 249-50)

<sup>316</sup> CUNHA (2000), p. 281-2.

lócus diferenciado onde Antônio Conselheiro e seus insurrectos se instalaram. Por conta disso, a problematização de questões sociais, econômicas e políticas (em caráter real ou representativo) ficam em evidência, são os aspectos mais pungentes no texto – característica que viabiliza ao leitor um caminho reflexivo espontâneo sobre todos esses aspectos humanos ligados a determinadas circunstâncias da realidade do nordeste brasileiro (do final do século XIX) ao longo de sua apreciação dos desdobramentos da narrativa, não só por intermédio da leitura dos fatos narrados como também pelas opiniões, interpretações e descrições do próprio autor de *Os Sertões*, desenvolvidas a partir de seus amplos conhecimentos técnicos (inclusive os geográficos) e de sua experiência militar, como se observa no trecho que segue:

Os doutores na arte de matar que hoje, na Europa, invadem escandalosamente a ciência, perturbando-lhe o remanso com um retinir de esporas insolentes – e formulam leis para a guerra pondo em equação as batalhas, têm definido bem o papel das florestas como agente tático precioso, de ofensiva ou defensiva. E ririam os sábios *feldmarechais* – guerreiros de cujas mãos caiu o *franquisque* heróico trocado pelo lápis calculista – se ouvissem a alguém que às caatingas pobres cabe a função mais definida e grave que às grandes matas virgens.

Porque estas, malgrado a sua importância para a defesa do território – orlando as fronteiras e quebrando o embate às invasões, impedindo mobilizações rápidas e impossibilitando a translação da artilharia – se tornam de algum modo neutras no curso das campanhas. Podem favorecer, indiferentemente, aos dois beligerantes oferecendo a ambos a mesma penumbra às emboscadas, dificultando-lhes por igual as manobras ou todos os desdobramentos em que a estratégia desencadeia os exércitos. São uma variável nas fórmulas do problema tenebroso da guerra, capaz dos mais opostos valores.

Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multivias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.

E o jagunço faz-se o guerrilheiro-tugue, intangível...

As caatingas não o escondem apenas, amparam-no. (grifos do autor) <sup>317</sup>

A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu indomável. É um titã bronzeado fazendo vacilar a marcha dos exércitos. <sup>318</sup>

A narração do final do conflito trágico é conduzida por Euclides pela personificação<sup>319</sup> (ou antropomorfização) da heterotopia chamada Canudos, como um ser vivo que resiste até o último suspiro de vida ante a investida impiedosa do inimigo. Canudos, além de ser um lócus emblemático de contestação dos lugares normais, é também a coletividade que o compõe, o grupo de sertanejos paupérrimos

<sup>317</sup> CUNHA (2000), p. 201.

<sup>318</sup> Idem, p. 205.

<sup>319</sup> Quanto a tal característica da prosa euclidiana, Franklin de Oliveira escreve: “Há, em Euclides, como sinal de sua concepção mítica do universo, uma tendência constante para a antropomorfização. Tudo ele vivifica, numa ânsia de extrair do universo um mistério trágico que não está nas coisas, a não ser como doação de seu ser aos objetos.” (OLIVEIRA, 1997, p. 212)

que resiste, até que o último homem caísse sem vida, à destruição levada pelos representantes dos poderes legais:

Fechemos este livro.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?...

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho que se nos entregara, confiante – e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa história?

Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas.

Antes, no amanhecer daquele dia, comissão adrede escolhida descobrira o cadáver de Antônio Conselheiro.

Jazia num dos casebres anexos à latada, e foi encontrado graças à indicação de um prisioneiro.<sup>320</sup>

Ao conceber e lapidar sua obra em um formato *heterotopológico* (visto que a narrativa se concentra nas relações de forças ocorridas em torno da heterotopia do arraial de Canudos), Euclides da Cunha alcançou facilmente seu primeiro objetivo, o de se tornar o “advogado” dos jagunços de Canudos “diante da História”<sup>321</sup>, fazendo de sua obra-prima, segundo Costa Lima, “o livro vingador da nacionalidade”<sup>322</sup>, pois ele tornou seu texto propício a uma leitura humanista, de reflexão política, sociológica e antropológica – um instrumento para o entendimento crítico das relações humanas em uma determinada região, em um determinado momento da realidade brasileira. Sem deixar de ser uma obra de alto valor artístico, *Os Sertões* representam valiosa contribuição para os homens entenderem a si próprios e aos outros. O estudo do fenômeno heterotópico do arraial de Canudos no texto literário Euclidiano é, na concepção de espaço desenvolvida por Foucault, a maneira mais profícua de contribuir para o desenvolvimento dos saberes que estão ligados às humanidades.

<sup>320</sup> Idem, p. 514.

<sup>321</sup> Cf. CUNHA, apud GALVÃO e GALOTTI (1997), p. 129.

<sup>322</sup> Cf. COSTA LIMA (1989), p. 211.



---

### Referências bibliográficas do capítulo:

AMORIM, Paulo Marcos & QUEIRÓS, Maria Isaura P. de. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 14. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

ANDRADE, Olímpio de S. & HOUAISS, Antônio. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 7. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

BARBOSA, Francisco de Assis & CARONE, Edgard. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 4. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

BERNARDES, Carlos A. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 18. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

CARVALHO Jr., Álvaro Dantas de. “Canudos: a Posição do Barão de Jeremoabo”. In: SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. 2ª edição. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado, 2001.

COSTA LIMA, Luiz. “Nos Sertões da Oculta *Mimesis*”. In: - - -. *O Controle do Imaginário – Razão e Imaginação nos Tempos Modernos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. “A análise sociológica da literatura” (capítulo 21). In: - - - (org.). *Teoria da Literatura em Suas Fontes*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Terra Ignota – A Construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – Campanha de Canudos* (Edição Crítica de Walnice Nogueira Galvão). 2ª edição. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. *Canudos: Diário de uma Expedição* (Coleção A Obra-Prima de cada Autor). São Paulo: Martin Claret, 2006.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). São Paulo: Publifolha, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder* (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). 2 Vols. São Paulo: Publifolha, 2000.

FOUCAULT, Michel. "Outros Espaços". In: - - -. *Ditos e Escritos – Vol. III*. Trad.: Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira & GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MARQUES, J. Costa & CALASANS, José. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 5. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1992.

MENDES, José Guilherme. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 16. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1992.

OLIVEIRA, Franklin de. "Euclides da Cunha". In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (org.). *A Literatura no Brasil – Volume Quatro (Parte II: Estilos de Época – Era Realista / Era de Transição)*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 1997.

RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. 2ª edição. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SANTOS, Francisco Venceslau dos. *Dessertões*. Rio de Janeiro: Caetés, 1997.

VERÍSSIMO, José. "Campanha de Canudos", republ. In *Estudos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia – USP, 1977.

## **Capítulo 7:**

# O Coração das Trevas em Perspectiva Heterotopológica

Neste último capítulo da tese, o ‘romance curto’<sup>323</sup> *O Coração das Trevas* (*Heart of Darkness* – primeira edição publicada na Inglaterra em 1897, com edição definitiva, revisada pelo autor, de 1902), é analisado pelas mesmas premissas metodológicas do capítulo anterior, isto é, verifica-se a partir de agora a possibilidade de ser esta obra analisada sob uma perspectiva espacial diferenciada, ou *heterotopológica*, na concepção de Michel Foucault. Primeiramente, é oportuno identificar na biografia do autor, Joseph Conrad (1857–1924), elementos que identificam a tendência nesse escritor a uma valorização maior dos elementos geográficos (ou espaciais) no trabalho ficcional.

O nome de batismo daquele que décadas depois seria conhecido pelo *pen name* de Joseph Conrad, Józef Teodor Konrad Nalecz Korzeniowski, indica de imediato a singularidade deste escritor, que não é um cidadão britânico de nascimento, mas por opção. Ele nasceu em Berdyczów, onde atualmente se encontra a Ucrânia.<sup>324</sup> Seu pai, de nome Apollo, um nacionalista romântico e opositor radical à dominação russa em seu país, era também poeta, dramaturgo e tradutor. A família Korzeniowski mudou-se em 1861 para Varsóvia (na Polônia),

---

<sup>323</sup> Na terminologia literária inglesa, a obra em questão é classificada como uma *novella*, um termo de difícil tradução em português. Na definição de Chris Baldick: [*Novella* is] a fictional tale in prose, intermediate in length and complexity between a short story and a novel, and usually concentrating on a single event or chain of events, with a surprising turning point. **Joseph Conrad’s *Heart of Darkness*** (1902) is a fine example (...). The term comes from the Italian word *novella* (‘novelty’), which was applied to the much shorter stories found in Boccaccio’s *Decameron* (1349-53), until it was borrowed at the end of the 18<sup>th</sup> century by Goethe and other writers in Germany, where the *novella* (German, *Novelle*) in its modern sense became established as an important literary genre. In France it is known as the *nouvelle*.” (BALDICK, 1996, p. 152-3 – grifo meu)

<sup>324</sup> Cf. TREDELL, 1998, p. 5.

onde se centralizava o movimento nacional de resistência aos russos, mas as atividades políticas de Apollo em pouco tempo o levaram para a prisão e o subsequente exílio, juntamente com sua esposa e o pequeno filho, em Vologda, no nordeste da Rússia. Em 1863, a família foi autorizada a mudar-se para Cherikhov, mas a mãe de Conrad morreu em 1865, quando ele tinha sete anos. Apollo, já com os pulmões comprometidos pela tuberculose, foi autorizado a retornar do exílio em 1867, e estabeleceu-se com o filho em Lvov (na região oeste da Ucrânia). O menino foi para a escola preparatória, escreveu peças de teatro e leu avidamente<sup>325</sup>; porém, seu pai estava morrendo. Em fevereiro de 1869, pai e filho mudaram-se para a Cracóvia (ao sul da Polônia) e, em 23 de maio daquele ano, Apollo faleceu.<sup>326</sup>

Aos onze anos de idade, Józef ficou sob a guarda de seu tio rico, Thaddeus Bobrowski. Em 1874, Thaddeus permitiu que seu sobrinho, já com dezesseis anos, realizasse o desejo, cultivado há tempos, de se tornar um marinheiro. Ele foi à França para integrar-se à marinha mercante francesa, e em 1875 navegou para as Índias Ocidentais. Mas sua vida passava por turbulências, tanto em termos pessoais quanto profissionais; ele contraiu dívidas pesadas, e em fevereiro de 1878 tentou o suicídio. Józef escapou por milagre: o projétil atravessou seu corpo, mas errou seu coração. Depois desse episódio, ele decidiu começar vida nova.

O primeiro estágio de sua nova vida seria como marinheiro na Marinha Mercante Britânica (*British Merchant Navy*), onde ele foi relativamente bem sucedido, tornando-se um mestre de navegação em 1886, após várias etapas de realocação. Nesse mesmo ano naturalizou-se cidadão britânico e, provavelmente, escreveu seu primeiro conto, “The Black Mate”, antes de começar a escrever um romance, *Almayer’s Folly*, em 1889. Mas até que esse romance fosse publicado seis anos depois, ele continuava sendo mais um homem do mar do que um escritor. Suas viagens no longo período entre dezembro de 1874 e janeiro de 1894 o levaram a circundar o globo, a conhecer Sydney, Cingapura, Bombaim, as Índias Ocidentais – e o mais importante território para a gênese da obra *Coração das Trevas*, a África.

A África fascinava Conrad havia muito tempo, segundo afirmação do próprio autor, no ensaio “Geography and some Explorers”. Quando menino, ele tinha a mania de esmiuçar mapas e, certa vez, foi ridicularizado pelos colegas de escola ao

---

<sup>325</sup> Segundo o próprio autor: “I don’t know what would have become of me if I had not been a reading boy.” (CONRAD, 1921, p. 168)

<sup>326</sup> Ibidem.

afirmar, colocando o dedo em um ponto do mapa-múndi das aulas de geografia (região conhecida na ocasião como o “coração branco da África”), que um dia estaria lá.<sup>327</sup> Em 1890, numa época em que a exploração do misterioso continente Africano estava em evidência por causa da bem sucedida expedição para encontrar o missionário escocês David Livingstone (1813–1873), empreendida por Henry Morton Stanley<sup>328</sup> (1841–1904), Conrad finalmente cumpriu sua bravata da época de estudante, assegurando um posto de capitão de barco a vapor com a companhia responsável pelo comércio com o Congo belga. O barco para o qual ele foi indicado estava designado para realizar uma expedição exploratória, comandada por Alexandre Delcommune, de Kinshasa até Katanga.<sup>329</sup> Em doze de junho de 1890, Conrad desembarcou no Congo, no porto de Boma, deslocou-se para Matadi, e então, em 28 de junho, partiu em viagem por 230 milhas para Kinshasa, fazendo breves anotações em um diário enquanto navegava. Aquele tipo de viagem, que leva cerca de dezessete dias, demorou bem mais com Conrad: 35 dias. O atraso desagradou o gerente da expedição, Camille Delcommune, irmão do líder da expedição, que recebeu Conrad com frieza, e o sentimento foi mútuo. Numa carta à sua tia predileta, Marguerite Poradowska<sup>330</sup>, Conrad descreve Camille como “um negociante de marfim comum, com instintos baixos”<sup>331</sup>.

Um acontecimento real desse período da vida de Conrad em sua jornada pelo Congo belga é refletido na obra em questão. O barco a vapor de Conrad sofreu avarias durante sua viagem àquele território africano, e o narrador da história do livro, Marlow, depois de caminhar por duzentas milhas em trilhas abertas na floresta, precisou fazer reparos em um barco a vapor que seria de sua responsabilidade para o início da jornada rumo ao coração das trevas:

---

<sup>327</sup> Cf. CONRAD (1944), p. 110.

<sup>328</sup> Segundo Sílvia Escorel e Alberto Passos Guimarães: “Em 1866, [Livingstone] encontra-se novamente na África, chefiando uma expedição cujo objetivo é recolher informações sobre o tráfico de escravos e descobrir as nascentes do Congo, do Nilo e do Zambeze. A expedição se dispersa e Livingstone é obrigado a ligar-se aos comerciantes árabes de escravos, vivendo durante quatro anos sob sua proteção. (...) Em 1869, [Livingstone] chega a Ujiji, onde é alcançado por Henry Morton Stanley, enviado pelo *New York Herald*. Juntos descobrem que o lago Tanganica não podia integrar o sistema do Nilo. Apesar da insistência de Stanley para que retorne à civilização, Livingstone prefere continuar procurando a nascente do Nilo. Em 1872 inicia outra expedição desbravadora, mas as dificuldades do percurso o levam à região pantanosa do lago Bangueolo na época das chuvas, e fica desorientado ao perder o sextante. Num último esforço atravessa os pântanos e atinge Ilala, ao sul, com a saúde abalada pelas doenças tropicais que o acometem repetidamente.” (ESCOREL e GUIMARÃES, 1992, p. 6958)

<sup>329</sup> Cf. TREDELL (1998), p. 6.

<sup>330</sup> Cf. COSTA LIMA (2003), p. 139.

<sup>331</sup> Nas palavras de Conrad: “a common ivory-dealer, with base instincts” (Apud KARL, 1983, p. 62)

Homens brancos segurando varas compridas surgiram caminhando preguiçosamente por entre as construções para dar uma olhada em mim e depois sumiram de vista para algum canto. Um deles, um sujeito corpulento, nervoso, de bigodes pretos, informou-me com grande verbosidade e muitas digressões, tão logo eu lhe disse quem era, que meu vapor estava no fundo do rio. Fiquei estarelecido. O quê, como, por quê? [...]

Não percebi de imediato o verdadeiro significado daquele naufrágio. Talvez perceba agora, mas não estou absolutamente certo. O caso foi estúpido demais, com certeza – quando penso nisso –, para ser inteiramente natural. [...] O vapor havia naufragado. Eles haviam saído rio acima dois dias antes, numa pressa repentina, com o gerente a bordo, sob o comando de um capitão voluntário, e menos de três horas depois rasgaram seu fundo numas pedras e ele afundou perto da margem sul. Eu me perguntei o que faria ali agora que meu barco estava perdido.<sup>332</sup>

O gerente de Marlow no posto comercial africano também é refletido no personagem real do episódio da vida marítima de Conrad no Congo belga, Camille Delcommune. Nas palavras do narrador-personagem Marlow, após tomar ciência dos danos em sua embarcação, o *'manager'* é descrito com características negativas que remetem à figura real que Conrad menciona à tia na carta:

Minha primeira entrevista com o gerente foi curiosa. Ele não me convidou para sentar depois de minha caminhada de trinta quilômetros daquela manhã. Tinha pele, feições, modos e voz comuns. Era de estatura mediana e constituição vulgar. Seus olhos, do azul habitual, eram, talvez, especialmente frios, e ele com certeza podia fazer seu olhar descer sobre alguém com o gume e o peso de um machado. [...] Ele era um comerciante vulgar, empregado desde a mocidade naquelas plagas – mais nada. Era obedecido mas não inspirava afeição, nem medo, nem sequer respeito. Inspirava desconforto. Era isso! Desconforto. Não uma aversão definida – apenas desconforto, nada mais. (...) Ele não tinha o menor talento para a organização, para a iniciativa, ou para o mando mesmo. Isso ficava evidente em coisas como o estado deplorável do posto. Não tinha instrução, nem inteligência. Sua posição viera até ele – por quê? Talvez porque nunca ficasse doente...<sup>333</sup>

Tais pontos de contato entre a vida de Conrad e os eventos de *O Coração das Trevas* são importantes, pois estabelecem um vínculo entre a obra ficcional e a realidade, particularidade que se apresenta como necessária à análise heterotopológica em literatura comparada enquanto uma referência, um estudo de apoio à pesquisa de relações humanas de posicionamento em espaços diferenciados. Para Foucault, a proposta de criação de um campo de estudos que fosse uma “descrição sistemática”<sup>334</sup> de espaços diferentes – de outros lugares que confirmam ao mesmo tempo que contestam os espaços “normais” – seria uma espécie de disciplina auxiliar às outras humanidades em seus objetos de pesquisa. A obra literária, enquanto representação da realidade pela visão de um autor, será

<sup>332</sup> CONRAD (2002), p. 35-6.

<sup>333</sup> Idem, p. 36.

<sup>334</sup> FOUCAULT (2001), p. 415-6.

mais eficiente (no sentido de servir a outras humanidades como uma referência, um texto auxiliar ilustrativo ou introdutório para estudos) quanto mais elementos de “contato” com o mundo real estiverem presentes nela, conforme exemplificado pela experiência de Conrad como capitão de barco a vapor no Congo belga.

Partindo do pressuposto teórico de Foucault, de que toda cultura se constitui de heterotopias<sup>335</sup> (pois a heterotopia é uma constante de qualquer grupo humano), devemos agora delimitar quais seriam as heterotopias mais relevantes para uma análise de relações de posicionamento em *O Coração das Trevas*. A grande heterotopia do livro, a meu ver, é a misteriosa e hostil floresta tropical na qual os caçadores de marfim devem se embrenhar para conseguir o precioso material. As indicações do autor a esse respeito são claras; o grande lócus diferenciado, o ‘espaço-outro’ de relações de posicionamento, está escondido sob uma densa cortina de vegetação, e qualquer ‘homem branco’ (o europeu colonizador) que ouse penetrar nessa heterotopia e interagir com quem nela vive não sairá incólume de tal experiência.

A relação predatória do branco explorador com sua colônia ofereceu-se ao testemunho de Conrad sem disfarces, sem a fachada ilusória “das construções portuárias, dos hotéis para brancos, sem a administração e as instituições coloniais.”<sup>336</sup> O profissional da marinha mercante Józef Teodor Konrad Nalecz Korzeniowski, que é a principal referência para o escritor Joseph Conrad, presenciou os verdadeiros efeitos da empresa colonial europeia. Um de seus mais competentes biógrafos, Z. Najder, faz o seguinte comentário sobre o primeiro contato de Conrad com o extremo oriente, em um pequeno navio costeiro, nas imediações de Tanjung Redeb (sobre o rio Berau, próximo a Cingapura):

Contra o pano de fundo primevo e natural da vegetação exuberante, insaciável e em putrefação, os postos comerciais deviam dar a impressão ou de desafios insensatos às forças invencíveis dos trópicos ou da patética vaidade do empenho humano. E particularmente grotesca devia ser a impressão dada pelos brancos que, afastados de sua própria civilização, se tornavam com frequência bêbados enlouquecidos ou excêntricos irremediáveis. Tanjung Rebeb oferecia quatro exemplos de tais espécies: um antigo capitão russo que se entregara à embriaguez; um jovem holandês, Carel de Veer, outro alcoólatra; um inglês, James Lingard, [...] e um holandês eurasiático, Charles William Olmeijer, que ali vivera por dezessete anos.<sup>337</sup>

<sup>335</sup> FOUCAULT (2001), p. 416.

<sup>336</sup> NAJDER (1984), p. 98.

<sup>337</sup> NAJDER, apud COSTA LIMA (2003), p. 145.



Dos nomes dos quatro indivíduos citados acima por Najder, Charles William Olmeijer serviu como “matéria-prima”<sup>338</sup> para um personagem do primeiro romance de Conrad, *Almayer’s Folly* (1895), e James Lingard encontra-se representado como personagem no segundo romance, *An Outcast of the Islands*<sup>339</sup> (1896). Tal base na realidade ajuda ao pesquisador de *O Coração das Trevas* a traçar uma linha de interpretação para esta *novella* que, seguindo a tendência de outras obras de Conrad, caracteriza-se por obscurantismo a desafiar a existência de um entendimento consensual de seus escritos.<sup>340</sup> A tendência interpretativa dos escritos de Conrad que mais interessa aos objetivos desta tese é a que indica no autor uma visão crítica da *geopolítica* europeia, como demonstra a resenha de Edward Garnett publicada em seis de dezembro de 1902, na revista *The Academy and Literature*, na qual chama *Heart of Darkness* “uma peça consumada de *diablerie* artística”<sup>341</sup>:

[Sua] arte implica [...] a captura das sombras infinitas das relações incômodas, perturbadas e fantásticas do homem branco com a exploração da barbárie na África; ela implica a análise mais aguda da deterioração da *morale* do homem branco, quando se libera das restrições europeias e, armado até os dentes, é posto nos trópicos como “emissário da luz”, para que lucre no comércio com as “raças subjugadas”.<sup>342</sup>

A contribuição de Ian Watt é fundamental para confirmar a posição de Conrad em relação à política imperialista dos países europeus em relação à África. Segundo Watt, o conflito básico neste mundo ficcional de *Heart of Darkness* parte de uma dupla visão: Conrad quer tanto endossar os aspectos positivos da moral vitoriana padrão como exprimir seu presságio de que as direções intelectuais dominantes no século XIX preparavam um desastre para o século XX. Com relação ao ambiente em que a narrativa de *O Coração das Trevas* ocorre, o Estado independente do Congo era, em teoria, internacional e, assim, não levantava a questão da lealdade nacional; outro ponto importante era que, em contraste com muitas outras colônias, o Estado Livre do Congo era uma criação política consciente; e mais: o mundo inteiro tinha ouvido as declarações públicas de seus fundadores quanto aos exaltados propósitos

<sup>338</sup> Cf. COSTA LIMA (2003), p. 145.

<sup>339</sup> Cf. DRABBLE (1996), p. 129.

<sup>340</sup> De acordo com Edward Said: “O tema de suas [Conrad] narrativas é ilusório ou sombrio ou escuro: i.e., algo que por sua natureza não é fácil de ver. Isso é pelo menos verificável por seu mero relato, pois o que ele usualmente revela são os exatos contornos dessa obscuridade.” (SAID, 1983, p. 95 – Tradução minha)

<sup>341</sup> GARNETT (1902), p. 606.

<sup>342</sup> *Ibidem*.

educacionais, morais e religiosos e tinha sido então forçado a descobrir que tais pretextos verbais apenas mascaravam intenções de exploração predatória que Conrad depois descreveu como “a escalada mais vil da espoliação [...]”.<sup>343</sup>

O texto de *Coração das Trevas* está inegavelmente impregnado de uma tensão política, por desnudar as injustiças do imperialismo europeu, representado no livro pelas figuras dos comerciantes belgas de *marfim* que se embrenham nas florestas misteriosas e ameaçadoras do Congo:

Às vezes chegávamos a um posto muito perto da margem, preso nas fímbrias do desconhecido, e os homens brancos correndo para fora de um casebre em ruínas, com gestos largos de alegria, surpresa e boas-vindas, pareciam muito estranhos – parecia que um feitiço os mantinha ali cativos. A palavra ‘marfim’ ecoava pelo ar por um instante – e lá seguíamos nós, de novo, no silêncio, pelas extensões desertas do rio, dobrando as curvas mansas, entre os altos muros de nosso curso sinuoso reverberando com pancadas surdas a batida compassada da roda na popa. Árvores, árvores, milhões de árvores, maciças, imensas, se elevando para as alturas; e a seus pés, aconchegando-se à margem, se arrastava contra a corrente o pequeno vapor encardido como um besouro preguiçoso se arrastando pelo assoalho de uma varanda imponente. [...] O trechos do rio se alargavam à nossa frente e se fechavam atrás como se a floresta tivesse avançado preguiçosamente para dentro da água fechando o caminho da nossa volta. Nós entrávamos mais fundo, cada vez mais fundo no *coração das trevas*. Era tudo muito silencioso ali. Às vezes, durante a noite, o rufar de tambores por trás da cortina de árvores subia pelo rio e mantinha-se suspenso tenuemente como se pairasse no ar bem em cima de nossas cabeças, até o romper do dia. Se aquilo significava guerra, paz ou oração, não poderíamos dizer. [...] Éramos errantes em terra pré-histórica, numa terra com a feição de um planeta desconhecido. Poderíamos nos imaginar como os primeiros homens tomando posse de uma herança maldita a ser conquistada ao preço de sofrimentos profundos e esforços desmedidos.<sup>344</sup> (grifo meu)

A *novella* de Joseph Conrad é reverenciada pela tradição crítica anglo-americana por ser a primeira grande obra literária em língua inglesa a expor sem eufemismos ideológicos os tristes fatos da exploração econômica e ocupação territorial dos países ditos ‘periféricos’ que ocorreram ao longo do século XIX (continuando no século XX). Ao lembrar da atitude imperial descrita no livro, Edward Said afirma que o narrador Marlow reconhece a condição trágica de sua empreitada, o desperdício e o horror que ele vivencia pela trajetória de Kurtz, a personificação do poder manipulador e do choque de culturas que se digladiam na missão europeia pelo “mundo de trevas” (*the dark world*)<sup>345</sup>. Said afirma que aquilo que faz Conrad diferente dos outros autores seus contemporâneos que lidavam com o tema colonial é sua condição de expatriado polonês (na época), empregado do sistema imperial,

<sup>343</sup> Cf. WATT (1978), p. 80-1.

<sup>344</sup> CONRAD (2002), p. 56-7.

<sup>345</sup> SAID (1991), p. 50.

situação que o tornava ciente do que ele fazia para seus patrões.<sup>346</sup> *O Coração das Trevas* é, dentre outras coisas, uma dramatização do próprio Marlow, um andarilho das regiões coloniais contando sua história para um grupo de ouvintes britânicos numa determinada hora em um lugar específico. Que esse grupo de pessoas seja ligado ao mundo dos negócios é a maneira de Conrad enfatizar o fato de que durante a última década do século XIX os negócios do império, outrora um empreendimento aventuroso e freqüentemente individualista, tornou-se “o império dos negócios”.<sup>347</sup>

A selva africana do Congo, a meu ver, é uma grande *heterotopia* que desafia e expõe a moderna sociedade européia da época. O avanço tecnológico e sócio-econômico da Europa ocidental não consegue esconder sua ganância e sede de poder, ao travar contato com a abundância das riquezas naturais desse território outro, desse espaço diferente de tudo que os europeus reconhecem em suas terras natais. Quanto a isso, Christopher Miller comenta que o livro de Conrad não dramatiza um confronto político entre colonizadores e colonizados – porque o material humano adequado para tal tratamento está ausente, já que os negros congolezes não são personagens da obra, apenas meras figuras da paisagem silvestre, que não constituem presença humana – mas o confronto entre Europa e África é entendido na totalidade à medida que duas disposições de mentalidade polarizadas e incompatíveis são mostradas: uma delas, articulada pelas figuras centrais de Kurtz e Marlow, é a filosofia de um projeto expansionista de uma Europa mobilizada para conquistar e “refazer” o mundo à sua semelhança.<sup>348</sup> Uma outra disposição descrita no texto conradiano se manifesta no território exuberante e enigmático da África, espaço que indica a existência de um outro conhecimento e de uma dimensão diferente, que foram completamente apagados das mentes ‘modernas’ e ‘civilizadas’ dos europeus há séculos, durante sua transição de sociedade rústica rural para uma complexa rede urbana.<sup>349</sup> Para Marlow a viagem

---

<sup>346</sup> Ibidem.

<sup>347</sup> Idem, p. 52.

<sup>348</sup> Cf. MILLER, apud TREDELL (1998), p. 109.

<sup>349</sup> Tredell comenta que “[t]he darkness is the present nature of man, too, for no man has outgrown his beginning. The heart of darkness exists beneath Apollonian clarity, ready to burst out and change the most civilized man into a savage, as, at the deepest point of his penetration of the darkness, Marlow ‘confound[s] the beat of the drum with the beating of [his] heart’ (p. 93). The shock to Marlow of his sight of the dancing, howling natives is ‘the thought of your remote kinship with this wild and passionate uproar’, ‘just the faintest trace of a response to the terrible frankness of that noise, a dim suspicion of there being a meaning in it which you – you so remote from the night of first ages – could comprehend’. At this moment Marlow must recognize that ‘[t]he mind of man is capable of anything – because everything is in it, all the past as well as all the future’ (p.51-2). (TREDELL, 1998, p. 61-2)

através deste outro universo expõe a pobreza de sua própria percepção, e o homem que tinha uma forte fé na razão e na ciência aprende na selva do Congo a ponderar a existência do irracional e do incógnito, que se encontram no interior dessa força primordial e incontrolável da natureza <sup>350</sup>:

Vocês precisavam tê-lo ouvido dizer 'Meu marfim'. Oh, sim, eu o ouvi. 'Minha prometida, meu marfim, meu posto, meu rio, meu...', tudo lhe pertencia. Isso me fazia prender a respiração na expectativa de ouvir a selva explodir numa estrondosa gargalhada que abalaria as estrelas fixas em seus lugares. Tudo pertencia a ele – mas isso era um engano. A questão era saber a que ele pertencia, quantos poderes das trevas o reclamavam para si. Essa era a questão que fazia a gente arrepiar-se completamente. [...] Ele havia ocupado um alto posto entre os demônios da terra – quero dizer, literalmente. Vocês não podem entender. Como poderiam? – com a sólida calçada por baixo dos pés, cercados por vizinhos amáveis prontos para confortá-los ou cair-lhes em cima, andando graciosamente entre o açougueiro e o guarda, no sagrado terror de escândalo, força e manicômio – como podem imaginar a que particular região dos tempos primitivos os pés desimpedidos de um homem podem levá-lo pelo caminho da solidão – solidão absoluta sem um guarda – pelo silêncio – silêncio absoluto, onde nenhuma voz de advertência de um vizinho amável pode ser ouvida murmurando sobre a opinião pública? Essas pequenas coisas fazem toda a grande diferença. <sup>351</sup>

Conrad estabelece sua crítica ao imperialismo europeu em voga na época de uma maneira sutil, cautelosa, pois se encontrava na delicada situação de expatriado que recebera a cidadania britânica e precisava trabalhar diretamente para o comércio marítimo entre os colonizadores e as colônias. A estratégia mais óbvia de crítica velada desse pretense conservador <sup>352</sup> foi a de situar a narrativa de *O Coração das Trevas* em um território colonizado por outra nação europeia que não era o Reino Unido. Assim, o escritor aproveitou a dupla vantagem de desviar a atenção para outro “alvo” e de ter vivido uma experiência colonial autêntica <sup>353</sup> (e problemática) com os empreendedores compatriotas do monarca Leopoldo II. <sup>354</sup>

Uma outra evidência da visão crítica do autor ao colonialismo praticado pelo oeste europeu é feita por Conrad, outra vez de maneira sub-reptícia, pela descrição de *Londres*, epítome do imperialismo da época, além de principal cidade da maior potência econômica do século XIX e também sua pátria de adoção. Ele utiliza, logo

<sup>350</sup> Cf. MILLER, apud TREDELL (1998), p. 109-11.

<sup>351</sup> CONRAD (2002), p. 75.

<sup>352</sup> Cf. COSTA LIMA (2003), p. 144.

<sup>353</sup> Segundo Costa Lima: “(...) [A] história relatada por Marlow se fundava na experiência do próprio autor.” (COSTA LIMA, 2003, p. 217)

<sup>354</sup> *Leopoldo II* (1835–1909), duque de Brabante, filho e sucessor de Leopoldo I (após a morte deste em 1865) no reino da Bélgica. Leopoldo II interessou-se pessoalmente pela exploração e desenvolvimento comercial das regiões equatoriais africanas. Em 1878, por iniciativa real, formou-se a Associação Internacional do Congo, presidida por um oficial belga e reconhecida em 1885 como um Estado Independente. (Cf. BERNARDES e BARBOSA, 1992, p. 1264)

no início do livro, a figura do primeiro narrador<sup>355</sup> para delinear um quadro inquietante, obscuro e ameaçador da capital inglesa:

O estuário do Tâmis se estendia à nossa frente como o início de uma interminável via de navegação. Ao largo, o mar e o céu se confundiam e, no espaço iluminado, as velas crestadas das barcaças impelidas rio acima pela maré pareciam imóveis entre feixes vermelhos de velas pontiagudas com lampejos de espichas envernizadas. Uma névoa descansava sobre as margens baixas que se achatavam até desaparecer na direção do mar. O céu estava escuro sobre Gravesend e, mais para trás, parecia condensar-se numa obscuridade sombria pairando imóvel sobre a maior e mais grandiosa cidade da terra.<sup>356</sup>

[...] O sol se pôs; o crepúsculo desceu sobre o rio, e luzes começaram a surgir ao longo da margem. O farol Chapman, uma coisa de três pernas erguida sobre um baixio lamacento, brilhou com maior intensidade. Luzes de navios percorriam o canal – uma grande agitação de luzes subindo e descendo. E, mais para oeste, nas paragens superiores, o lugar da cidade gigantesca [*monstrous town*] ainda estava assinalado sinistramente no céu, uma obscuridade persistente durante o dia, um clarão lívido sob as estrelas.

“E este também”, disse Marlow inesperadamente, “foi um dos lugares mais *sombrios* da Terra.”<sup>357</sup> (grifos meus)

Foucault afirma que na região limítrofe entre os espaços convencionais e as heterotopias é que interpretamos da melhor maneira as relações humanas, ou seja, através da tensão de forças resultante dessa interação entre pessoas inseridas em um conjunto de relações de posicionamentos diferenciados.<sup>358</sup> Numa relação sincrônica com a Europa ocidental, o Congo do final do século XIX é uma heterotopia em vários aspectos: primeiro, no sentido de ser um espaço de posicionamento real completamente diferente do europeu, sem urbanização, sem semelhança climática, lingüística, cultural ou econômica. Segundo, é uma heterotopia em relação à Europa ocidental por ser, para a cultura européia, um lugar exótico, misterioso, selvagem – um “contrário” territorial dos sofisticados países europeus. Terceiro, seus habitantes, paralelamente, são os *antíctones* dos europeus ocidentais: são considerados como extremamente primitivos, irracionais, de hábitos e tradições totalmente desconhecidos. Isso sem mencionar o racismo embutido nas diferenças físicas entre os caucasianos e os africanos, que distorce aspectos éticos e morais que justificam perante a sociedade “civilizada” da época todos os abusos

<sup>355</sup> O primeiro narrador de *O Coração das Trevas* (chamado por Luiz Costa Lima de “narrador interposto” – Cf. COSTA LIMA (2003), p. 215) é um dos tripulantes da embarcação de nome *Nellie*, que encontra-se ancorada no rio Tâmis e na qual o protagonista (Marlow) também está embarcado. Marlow assume a narração de sua aventura nas florestas do Congo (sendo de fato o principal narrador do livro) para os demais tripulantes logo em seguida.

<sup>356</sup> CONRAD (2002), p. 11.

<sup>357</sup> CONRAD (2002), p. 13.

<sup>358</sup> FOUCAULT (2001), p. 415-6.

cometidos contra os países africanos, por conta de ambições desmedidas dos governos e empreendedores.

O grande choque entre os posicionamentos é representado pela loucura de Kurtz, o emblemático “homem-oco”<sup>359</sup> da história, europeu temido e admirado, que trabalhava como um lucrativo agente de primeira classe, encarregado de um importante posto comercial, mais ao interior, no âmago do “verdadeiro território do marfim” (“true ivory-country”). Kurtz aparece apenas no final da *novella*, mas é de importância central à trama, pois retirá-lo do isolamento de seu entreposto comercial, juntamente com a grande quantidade de marfim acumulada por Kurtz, é a missão de Marlow. O personagem enigmático é apresentado pela primeira vez a Marlow pelas palavras do contador-chefe (ou “guarda-livros”, numa das traduções para português) da companhia comercial de Bruxelas na estação do Congo:

Um dia ele [o guarda-livros] observou, sem levantar a cabeça: ‘No interior, você sem dúvida vai conhecer o sr. Kurtz’. À minha pergunta de quem era Kurtz, disse que era um agente de primeira classe; e, notando meu desapontamento com essa informação, acrescentou devagar, pousando a caneta: ‘É uma pessoa muito notável’. Perguntas posteriores extraíram dele que o sr. Kurtz estava, no momento, encarregado de um posto de comércio, um posto muito importante, no verdadeiro território do marfim, ‘no coração mesmo dele. Despacha tanto marfim quanto todos os outros juntos...’. Retomou a escrita.<sup>360</sup>  
[...] ‘Quando encontrar o sr. Kurtz’, prosseguiu, ‘diga a ele da minha parte que tudo por aqui’ – olhou para a escrivainha – ‘está muito satisfatório. Não gosto de escrever para ele – com esses nossos mensageiros nunca se sabe quem poderá se apoderar de sua carta – naquele Posto Central.’ [...] ‘Oh-ho, ele [Kurtz] vai longe, muito longe’, recomeçou. ‘Vai ser alguém na administração, logo, logo. Eles, lá em cima – o conselho na Europa, sabe – querem que ele seja.’<sup>361</sup>

A tarefa de Marlow pode ser resumida como a jornada rumo ao desconhecido para localizar e trazer de volta o valioso (para a companhia belga de exploração de marfim) e misterioso Senhor Kurtz. O personagem enigmático causa fascínio, e é constantemente lembrado por algum outro personagem ao longo do livro, é identificado pelo próprio narrador como o “primo motor” de sua aventura; a curiosidade de Marlow em conhecê-lo lhe dá mais forças para prosseguir em sua missão:

<sup>359</sup> A ideia do “homem-oco” como uma crítica da sociedade europeia reverberou nas mentes da intelectualidade da época. A frase “Mistah Kurtz – he dead.”, extraída de *Heart of Darkness* (CONRAD, 1994, p. 100), foi usada como epígrafe da primeira edição do poema “The Hollow Men” (1925), de T.S. Eliot (1888–1965); ganhador do prêmio Nobel de literatura em 1948. O poema, que também faz referência (com a epígrafe “A penny for the Old Guy”) ao conspirador inglês Guy Fawkes (1570–1606) e tece uma crítica ácida ao contexto sócio-econômico da Europa após os desdobramentos do Tratado de Versailles (1919), encontra-se em anexo no final desta tese, à página 156. (Cf. MOODY, 1995, p. 89)

<sup>360</sup> CONRAD (2002), p. 32.

<sup>361</sup> Idem, p. 33.

[...] Minha sensação de desalento era extrema, como se descobrisse que estivera me esforçando para alcançar alguma coisa absolutamente imaterial. Não poderia ter ficado mais aborrecido se tivesse feito toda aquela viagem com o único propósito de conversar com o sr. Kurtz. Conversar com... joguei um sapato no rio, e percebi que era exatamente isso que estava antecipando – falar com Kurtz. Fiz a curiosa descoberta de que nunca o imaginara conversando, entendem, mas discursando. Não disse para mim ‘Agora nunca mais vou vê-lo’, ou ‘Agora nunca mais vou apertar-lhe a mão’, mas ‘Agora nunca mais vou ouvi-lo’. O homem se apresentava como uma voz. (...) Não me haviam dito com todos os matizes de inveja e admiração que ele havia coletado, trocado, surrupiado ou roubado mais marfim do que todos os outros agentes juntos? A questão não era essa. A questão era ele ser uma criatura dotada e que de todos os seus dons, o que mais se destacava, o que trazia em si um sentido de presença real, era sua habilidade para falar, suas palavras – o dom da expressão, o desconcertante, o iluminador, o mais exaltado e mais desprezível, o pulsante feixe de luz, ou o jorro enganador do coração de uma treva impenetrável.<sup>362</sup>

O contato prolongado e o conflito com aquela natureza fantástica, irracional e misteriosa cobraram um preço muito alto, e Kurtz pagou com a perda gradual de sua razão (ou sanidade) e a própria vida.<sup>363</sup> Marlow, o responsável por levar Kurtz de volta à civilização, refletiu a respeito dessa situação e, através do exemplo da trajetória de Kurtz, lhe foi possível se livrar de uma inocência alienada a respeito do comércio exploratório para o qual trabalhava. A grande heterotopia da selva do Congo revelou a verdadeira face de Kurtz ao confrontá-lo: o homem branco (oriundo dos ‘espaços convencionais’) inescrupuloso e sem limitações éticas para alcançar seus objetivos, epítome do imperialismo europeu daquele período:

Não estou revelando nenhum segredo comercial. Na verdade, o gerente disse, mais tarde, que os métodos do sr. Kurtz haviam arruinado o distrito. [...] Se ele próprio conhecia essa sua carência, eu não saberia dizer. Acho que a consciência acabou lhe chegando enfim – só que no derradeiro instante. Mas a selva o havia decifrado primeiro, e descarregara sobre ele uma vingança terrível pela fantástica invasão. Penso que ela lhe havia segredado coisas a seu respeito que ele não sabia, coisas de que não fazia a menor idéia até se aconselhar com aquela imensa solidão – e o segredo se mostrara irresistivelmente fascinante. Ele reverberou ruidosamente no seu interior porque ele era oco no seu íntimo... [*he was hollow at the core...*]<sup>364</sup> (grifo meu)

O barco ou navio, elemento ubíquo na obra de Conrad, é um tipo especial de heterotopia. Para Foucault, “se imaginarmos, afinal, que o barco é um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de escapada

<sup>362</sup> CONRAD (2002), p. 72-3.

<sup>363</sup> Nicolas Tredell explica: Kurtz's return to savagery is striking proof of this terrible law of Conrad's universe. With his plans, his genius, his eloquence, his ideals, he is an example of civilized man at his highest point of development. In spite of this he is swallowed up by the jungle. The fantastic invader is himself invaded and destroyed by the wilderness.” (TREDELL, 1998, p. 62)

<sup>364</sup> CONRAD (2002), p. 87.

em escapada para a terra, de bordel a bordel, chegue até as colônias para procurar o que elas encerram de mais precioso em seus jardins, você compreenderá por que o barco foi para nossa civilização (...) não apenas, certamente, o maior instrumento de desenvolvimento econômico (...) mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam, a espionagem ali substitui a aventura e a polícia, os corsários”.<sup>365</sup> No trabalho de Conrad, o barco é uma heterotopia (representante do colonizador) que acessa outra heterotopia (a região colonizada do Congo), e o embate entre essas forças ocorre às margens do rio:

Estava olhando para baixo, para a vara de sondagem, e me sentindo muito chateado de ver, a cada tentativa, uma porção maior dela ficar fora daquele rio, quando vi meu sondador desistir bruscamente do negócio e se estatelar no convés, sem se preocupar em trazer a vara para dentro. Ele continuou agarrado a ela, porém, que foi sendo arrastada sobre a água. No mesmo instante, o foguista, que eu também podia ver abaixo de mim, sentou-se, de repente, diante de sua fornalha e abaixou a cabeça. Fiquei atônito. Depois tive de olhar para o rio rapidamente porque havia um tronco submerso no canal. Varetas, varetinhas passavam voando por todos os lados – cerradas: elas zuniam à frente do meu nariz, caíam embaixo de mim, acertavam a casa do leme às minhas costas. Durante esse tempo todo o rio, a margem, a mata permaneceram muito calmos – perfeitamente calmos. [...] Transpusemos a trancos e barrancos o tronco. Flechas, caramba! Estávamos sendo flechados! Entrei correndo para fechar a janela do lado da terra. [...] Tive que me curvar bem para fora para fechar a pesada veneziana e vi um rosto por entre as folhas na altura do meu, olhando, fixamente, ferozmente para mim, e logo depois, de repente, como se uma venda fosse tirada dos meus olhos, notei, no fundo da escuridão emaranhada, peitos, braços, pernas nus, olhos fitando – a mata estava fervilhando de membros humanos em movimento, reluzentes, cor de bronze. Os ramos chacoalhavam, balançavam e farfalhavam, as setas voavam deles, e aí a veneziana fechou.<sup>366</sup>

Para uma análise heterotopológica, o horror expresso por Kurtz em sua frase derradeira é o *ápice da tensão na relação espacial entre duas sociedades*, dois posicionamentos em conflito: a Europa imperialista pilhando e impondo suas regras à região africana. A exclamação “The horror! The horror!”<sup>367</sup> sintetiza o resultado final do mergulho que Kurtz, o branco civilizado, ousou realizar nas profundezas mais escuras do território africano.<sup>368</sup> A personificação da ganância e da falta de limites na busca por riquezas e ascensão social é o homem-oco que morre

<sup>365</sup> FOUCAULT (2001), p. 421-242.

<sup>366</sup> CONRAD (2002), p. 69-70.

<sup>367</sup> CONRAD (1994), p. 100.

<sup>368</sup> De acordo com Costa Lima: “[...] como a Inglaterra era o verdadeiro império da época, a radicalidade do desvio de Kurtz afetava o próprio receio de Conrad de ser acusado de contrariar os interesses de seu país de adoção. O desvio de Kurtz deixava de ser individual para se converter na encarnação metonímica de uma corrupção que atingira o próprio cerne da sociedade branca.” (COSTA LIMA, 2003, p. 241)



delirando. O horror que esse homem moribundo viu em sua insanidade foi guardado consigo ao morrer:

A dele [Kurtz] era uma escuridão impenetrável. Eu o olhava como se examina um homem deitado no fundo de um precipício onde o sol não brilha jamais. Mas eu não tinha muito tempo para lhe dedicar porque estava ajudando o maquinista a desmontar os cilindros com vazamento, endireitar uma biela torta e outras coisas do gênero.

Uma noite, entrando com uma vela, fiquei espantado ao ouvi-lo dizer com a voz um pouco trêmula: 'Estou deitado aqui, no escuro, esperando pela morte.' A luz estava a menos de meio metro de seus olhos. Fiz uma força para murmurar, 'Ora, bobagem!', e fiquei de pé ao seu lado como que paralisado.

"Ocorreu então uma mudança em suas feições diferente de tudo que o que eu já vira e que espero nunca mais ver. Não, eu não estava comovido. Estava fascinado. Era como se um véu fosse rasgado. Vi naquele rosto de marfim a expressão de orgulho sombrio, de poder implacável, de terror covarde – de um intenso e inelutável desespero. Estaria ele revivendo a sua vida em cada detalhe de desejo, tentação e rendição naquele momento supremo de compreensão absoluta? Ele gritou num sussurro para alguma imagem, alguma visão – gritou duas vezes, um grito que não era mais que um sopro: 'O horror! O horror!'.

[...] De repente, o menino do gerente enfiou a cabeça negra insolente pela porta e disse em tom de ferino desprezo:

'O sinhô kurtz – ta morto.'<sup>369</sup>

A análise heterotopológica de *O Coração das Trevas* é possível porque a *novella* de Joseph Conrad se apóia em determinadas características que penso serem fundamentais para um estudo desse tipo em obras literárias. Primeiro, o livro aborda um tema fortemente ligado a aspectos *geográficos*, como as viagens para o comércio de marfim no território africano pelos europeus brancos – e a própria biografia de Conrad indica uma personalidade mais interessada nas perspectivas geográficas. Segundo, há evidências claras de que a história se baseia em *acontecimentos* reais vivenciados pelo próprio autor. Terceiro, há a reflexão, subjacente à trama, sobre uma questão *política e econômica*: as atividades do imperialismo europeu do final do século XIX. Finalmente, podemos distinguir pelo menos dois elementos cruciais da história como heterotopias: para os brancos europeus, a África é um grande espaço diferente e contestatório do espaço em que eles próprios vivem; e há a presença constante do barco, uma heterotopia móvel, auto-suficiente, representante de um determinado território, que trava contato (resultando em tensão) com os outros posicionamentos durante sua viagem.

Um estudo heterotopológico desta obra conduz a uma ênfase natural nos temas políticos e econômicos do imperialismo europeu e a exploração "predatória" da África, objetos de estudo prolíficos para outras humanidades. Além de sua

---

<sup>369</sup> CONRAD (2002), p. 102-103.

utilidade como disciplina auxiliar em pesquisas de outras áreas sobre os assuntos acima referidos, a análise heterotopológica em literatura comparada ainda oferece uma teoria consistente para explicar o sentido da misteriosa exclamação dupla de Kurtz em seu leito de morte (“The horror! The horror!”), que vem sendo objeto de escrutínio da crítica literária ocidental há mais de um século.

---

### Referências bibliográficas:

BALDICK, Chris. *The Oxford Concise Dictionary of Literary Terms*. Oxford: OUP, 1996.

BERNARDES, Carlos A. & BARBOSA, Francisco de Assis. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 4. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

CONRAD, Joseph. *Heart of Darkness*. London: Penguin, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Coração das Trevas*. Tradução e posfácio de Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Notes on Life and Letters*. London: Dent, 1921.

\_\_\_\_\_. *Tales of Hearsay and Last Essays*. London: Dent, 1928; Harmondsworth: Penguin, 1944.

COSTA LIMA, Luiz. “O Horror Pós-Tudo”. In: *Folha de S. Paulo – Caderno ‘Mais!’*, 04 de novembro de 2001, pág. 22.

\_\_\_\_\_. *O Redemunho do Horror – As Margens do Ocidente*. São Paulo: Planeta, 2003.

DRABBLE, Margareth & STRINGER, Jenny. *Concise Companion to English Literature*. Oxford: OUP, 1996.

ESCOREL, Sílvia & GUIMARÃES, Alberto Passos. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 13. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

FOUCAULT, Michel. “Outros Espaços”. In: - - - . *Ditos e Escritos – Vol. III*. Trad.: Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

KARL, Frederick R. & DAVIES, Laurence (eds.). *The Collected Letters of Joseph Conrad*. Vol 1: 1861-1897. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MAUGHAM, W. Somerset. *Introduction to Modern English and American Literature*. New York: The New Home Library, 1943.

MISH, Frederick (Ed. in Chief). *Webster's Ninth New Collegiate Dictionary*. Springfield, Massachusetts: Merriam-Webster Inc. Publishers, 1989.

NAJDER, Z. *Joseph Conrad – a Chronicle*. Trans. Halina Carroll-Najder. New Brunswick / New Jersey: Rutgers University Press, 1984.

SAID, Edward W. "Conrad: The Presentation of the Narrative". In: - - - . *The World, the Text and the Critic*. Cambridge / Massachusetts: Harvard University Press, 1983. P. 90-110.

\_\_\_\_\_. *Orientalism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978; Penguin, 1991.

TREDELL, Nicolas (ed.) *Icon Critical Guides – Joseph Conrad's Heart of Darkness*. Duxford, Cambridge: Icon Books, 1998.

WATT, Ian. "Heart of Darkness and Nineteenth-Century Thought". In: BLOOM, Harold (Ed.). *Heart of Darkness – Modern Critical Interpretations*. New York / Philadelphia: Chelsea House Publishers, 1987.

# **Conclusão**

Esta tese chega ao seu fim propondo um novo começo, um novo início de trabalhos para as humanidades, grupo de áreas do saber que se encontra em crise.<sup>370</sup> A indicação de uma mudança de paradigmas foi proposta por Michel Foucault há quase quarenta anos, e cabe a nós, acadêmicos das humanidades, a tarefa nada simples de tentar pôr em prática esta possibilidade de mudança de perspectiva e de método.

Foucault indicou o erro cometido pelas humanidades em aplicar métodos excessivamente históricos em suas pesquisas, sendo ele próprio um pensador que, de uma certa maneira, teve dificuldades em se desvencilhar da “grande mania” historicista ao elaborar sua arqueologia do saber. Segundo ele próprio e vários outros pesquisadores (conforme indicado na introdução desta tese), a época atual (da segunda metade do século XX em diante) oferece mais possibilidades de investigação ao se trabalhar com perspectivas geográficas; não se pensou aqui em método geográfico na acepção tradicional e pouco interessante (para os demais domínios das ciências humanas) de descrições pormenorizadas de detalhes físicos do espaço (clima, vegetação, fauna, geomorfologia). Vislumbra-se a possibilidade de uma descrição singular, de relações humanas de posicionamento entre aqueles que vivem nos espaços ‘normais’ ou ‘normatizados’, e aqueles que vivem em lugares-outros, os habitantes de espaços diferenciados – regiões que ao mesmo tempo explicitam as características e contestam os espaços regulares. A tensão resultante

---

<sup>370</sup> Segundo Foucault, as ciências humanas, cuja condição de existência só se efetivou a partir do século XIX, enfrentam uma crise pela situação paradoxal de ser o homem ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas investigações. (Cf. FOUCAULT, 2000, p. 482-507)

do contato entre os seres humanos pertencentes a esses lugares distintos é a principal fonte de elementos para análise que podem enriquecer sobremaneira as pesquisas das humanidades, tão obsedadas e empobrecidas pelos excessos historicistas.

A geografia, pelo seu dinamismo característico, é uma disciplina mais adequada às rápidas mudanças que ocorrem em nossa cultura. Além disso, ela se utiliza de outras áreas do saber com grande desenvoltura, incorporando-as sem sublimá-las – tal ‘conduta’ favorável não foi observada na *episteme* da história ao longo dos últimos cento e cinqüenta anos, pois a mera análise dos objetos de estudo em termos sincrônicos ou diacrônicos sublimou os demais aspectos possíveis de serem estudados pelas ciências humanas, uma restrição metodológica que limitou ou deturpou o escopo das pesquisas que cometeram o excesso historicista.<sup>371</sup>

Outro aspecto relevante para a proposta desta tese de articular obras literárias e autores com o estudo de heterotopias é a grande afinidade entre a geografia e a literatura. Talvez seja mais constante nas narrativas longas a bela descrição das paisagens onde ocorre a trama do que o registro de uma determinada época com seus marcos cronológicos, como vemos na seguinte citação de Vladimir Nabokov (1899–1977) em *Lolita*, na qual uma bela construção imagística é efetivada pelo narrador ao trocar a noção temporal pela espacial:

Quero agora expor uma idéia. Entre os limites de idade de nove e catorze anos, virgens há que revelam a certos viajores enfeitados, bastante mais velhos do que elas, sua verdadeira natureza – que não é humana, mas nínfica (isto é, diabólica). A essas criaturas singulares proponho dar o nome de “ninfetas”. O leitor terá notado que substituo a noção de espaço pela de tempo. De fato, gostaria que ele visse “nove” e “catorze” como os pontos extremos – as praias refulgentes e os róseos rochedos – de uma ilha encantada onde vagam essas minhas ninfetas cercadas pelas brumas de vasto oceano. Será que todas as meninas entre esses limites de idade são ninfetas? Claro que não. Se assim fosse, nós que conhecemos o mapa do tesouro, que somos os viajantes solitários, os ninfoleptos, teríamos há muito enlouquecido. Tampouco a beleza serve como critério; e a vulgaridade, ou pelo menos aquilo que determinados grupos sociais entendem como tal, não é necessariamente incompatível com certas características misteriosas, a graça preternatural, o charme imponderável, volúvel, insidioso e perturbador que distingue a ninfeta das meninas de sua idade, as quais, incomparavelmente mais sujeitas ao mundo concreto dos fenômenos que se medem com relógios, não têm acesso àquela intangível ilha de tempo mágico onde Lolita brinca com suas companheiras.<sup>372</sup>

<sup>371</sup> Cf. FOUCAULT (2001), p. 415.

<sup>372</sup> NABOKOV (2003), p. 18.

Neste trabalho, algumas *condições* para a criação de um método geográfico com o uso de obras literárias em um estudo comparativo foram estabelecidas. Tal método geográfico é específico, já que se propõe a ser uma descrição sistemática de heterotopias – uma área de pesquisas chamada por Foucault de *heterotopologia*. Sem indicar qualquer tipo de hierarquia entre as condições, vamos listá-las.

Como as heterotopias são os topoi privilegiados para a análise das relações sociais<sup>373</sup>, as obras literárias que efetivamente podem ser estudadas em uma perspectiva heterotopológica têm necessariamente que problematizar alguma situação de conflito entre grupos sociais, diretamente (como acontece em *Os Sertões*) ou indiretamente (no caso de *O Coração das Trevas*).

Narrativas que se situam em localizações fictícias (como reinos encantados ou outras dimensões), não são apropriadas, a meu ver, para a análise heterotopológica pelo seguinte motivo: qualquer tensão entre grupos sociais em tais localizações exclusivamente imaginárias só podem estabelecer vínculo com tensões sociais *reais* na condição de *metáforas*, situação que as afasta em demasia do objetivo precípuo da heterotopologia, que é o de atuar como disciplina auxiliar das outras ciências humanas.<sup>374</sup> Assim sendo, no método heterotopológico há a necessidade de a narrativa se situar em espaços reais (a circunvizinhança do arraial de Canudos, no interior baiano, em *Os Sertões*, e as selvas do Congo belga em *O Coração das Trevas*) para que as tensões sociais representadas nas obras tenham uma referência espacial factual e, assim, possam ser utilizadas por outras humanidades. A ligação com a realidade nas obras é a exploração das camadas mais pobres pelos oligarcas nordestinos (*Os Sertões*) ou as políticas imperialistas de exploração das colônias africanas praticadas pelos europeus ocidentais no final do século XIX (*O Coração das Trevas*).

Penso que também seja importante detectar uma *consciência geográfica* (ou uma nítida valorização de aspectos geográficos) no autor da obra em estudo, para assegurar a descrição eficiente dos espaços em tensão nos seus respectivos trabalhos literários – como observamos ao analisar as biografias de Euclides da Cunha e Joseph Conrad. Há mardantes referências geográficas em suas biografias, tanto na formação profissional inicial como na transição para o ofício de escritor em ambos os literatos.

---

<sup>373</sup> FOUCAULT (2001), p. 416.

<sup>374</sup> Idem, p. 421.

O texto literário com características descritivas também é um elemento facilitador para uma abordagem heterotopológica. A descrição de paisagens, situações e pessoas são importantes para o melhor entendimento dos fatores que influenciam as relações de posicionamentos resultantes das interseções entre heterotopias e espaços 'normais' – o principal objeto de estudo da heterotopologia.

A questão da ligação com a realidade, que de certa forma também é um aspecto de verossimilhança, tanto será mais eficiente para o trabalho investigativo quanto mais próximo da realidade cada autor se situar para a elaboração de sua obra literária. A obra-prima de Euclides é praticamente a descrição dos acontecimentos de um movimento insurrecional espontâneo em determinado momento e lugar específicos da triste realidade do sertão nordestino, o que facilita sobremaneira o trabalho de análise da tensão entre heterotopia e espaço convencional. A *novella* de Conrad se baseia em acontecimentos vivenciados pelo próprio autor durante sua carreira de marinheiro, o que também é um facilitador da análise heterotopológica, que objetiva à descrição da tensão resultante do contato entre pessoas de espaços *antagônicos* (ou simplesmente *diferenciados*).

A aplicação prática de uma nova teoria é sempre uma tarefa árdua que por muitas vezes não tem o resultado correspondente ao esforço empreendido. Por várias vezes sentimos que estamos tateando na escuridão. E na época atual, árida e triste, parece-me que a busca pelo novo está cada vez mais inibida pelas dificuldades impostas aos professores pesquisadores e pós-graduandos em humanidades. Vislumbramos a falta de apoio dos órgãos de fomento, que ou priorizam outras áreas em detrimento das humanidades ou deixam interesses políticos suplantarem o incentivo à excelência e ao mérito intelectual. As ciências humanas são constantemente as áreas mais prejudicadas em tal situação, pois os seus resultados não são obtidos com a rapidez exigida pelo imediatismo das classes políticas. Felizmente ainda existem pensadores autônomos como Foucault, Wellek, Soja, Said, Lionnet e Moretti, que conseguem se colocar numa posição de vanguarda intelectual ao propor as mudanças necessárias para uma adequação das suas respectivas áreas de saber aos novos desafios que nos são apresentados.

As mudanças rápidas e profundas de um mundo globalizado cada vez mais complexo, no qual avanços tecnológicos ininterruptos nos sobrecarregam com novas noções, são elementos que nos obrigam a repensar todas as nossas certezas e métodos investigativos. Vislumbramos hoje o meio virtual suprimindo as distâncias, a



rede mundial de computadores estabelecendo novas relações humanas, a simultaneidade entre acontecimento e informação etc, situações que distorcem qualquer paradigma temporal anterior. Além disso, contemplamos uma geopolítica sem contornos nítidos, onde as fronteiras entre os territórios se modificam ou desaparecem, e vários outros fatores recentes que nos deixam cada vez mais dependentes de mentes preparadas para refletir e indicar novos caminhos e soluções para os novos problemas, e a comunidade acadêmica não deve se esquivar de tal responsabilidade. Devemos experimentar uma maneira diferente de refletir sobre os objetos de nossas investigações, pois um contexto profundamente modificado de relações humanas cria uma demanda por idéias diferentes. Talvez a mudança metodológica nas humanidades proposta por Foucault seja um passo na direção de uma mudança de mentalidade. Para termos certeza disso, precisamos aplicar o método heterotopológico em nossos estudos, e penso que esta tese tem condições de contribuir para isso.

---

#### **Referências bibliográficas da conclusão:**

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Trad.: Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. "Outros Espaços". In: - - -. *Ditos e Escritos – Vol. III*. Trad.: Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NABOKOV, Vladimir. *Lolita*. Trad. Jorio Dauster. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo / Mifano Comunicações – Brasil, 2003.

## **Referências Bibliográficas**

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 3ª ed. Trad. de Alfredo Bosi e Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABRAMS, M. H. *The Norton Anthology of English Literature*. 2 vol. 6<sup>th</sup> edition. New York: W.W. Norton & Co., 1993.

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Trad. Fábio M. Alberti. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 2002.

ALMEIDA, Lúcia e RIGOLIN, Tércio. *Geografia*. São Paulo: Ática, 2002.

AMORIM, Paulo Marcos e QUEIRÓS, Maria Isaura P. de. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 14. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

ANDERSON, Perry. *O Fim da História – de Hegel a Fukuyama*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ANDRADE, Olímpio de S. e HOUAISS, Antônio. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 7. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

ARAÚJO, Inês L. *Foucault e a Crítica do Sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*. Trad. Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986(?).

AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. Série 'Grandes da Literatura Brasileira'. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

BALDICK, Chris. *The Oxford Concise Dictionary of Literary Terms*. Oxford: OUP, 1996.

BARBOSA, Francisco. *Enciclopédia Mirador Internacional*. Vol. 17. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

BARBOSA, Francisco de Assis e CARONE, Edgard. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 4. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

BERNARDES, Carlos A. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 18. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

BERNARDES, Carlos A. e BARBOSA, Francisco de Assis *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 4. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

BLOOM, Harold (Ed.). *Joseph Conrad's 'Heart of Darkness' – Modern Critical Interpretations series*. 2<sup>nd</sup> Ed. New York / Philadelphia: Chelsea House Publishers, 1987.

BORBA, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. *Tópicos de Teoria para a Investigação do Discurso Literário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

BORGES, Jorge Luís. *O Aleph*. Trad. Flávio José Cardozo. Rio de Janeiro / Porto Alegre: Globo, 1986.

BORGES, Jorge Luís e GUERRERO, Margarita. *O Livro dos Seres Imaginários*. Trad. Carmen V. C. Lima. São Paulo: Globo, 1996.

BURGESS, Anthony. *English Literature*. Essex, England: Longman, 1996.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARPEAUX, Otto M. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 7. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 14. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

CARVALHAL, Tânia F. *Série Princípios vol. 58: Literatura Comparada*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 1999.

CARVALHO Jr., Álvaro Dantas de. "Canudos: a Posição do Barão de Jeremoabo". In: SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CASANOVA, Marco Antônio. *O Instante Extraordinário: Vida, História e Valor na Obra de Friedrich Nietzsche*. Rio: Forense Universitária, 2003.

CASTELO BRANCO, Guilherme e PORTOCARRERO, Vera (org.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. "Rousseau – Vida e Obra". In: FLORIDO, Janice (ed.) *Coleção Os Pensadores – Rousseau*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

CHILDERS, J. & HENTZI, G. (ed.) *The Columbia Dictionary of Modern Literary and Cultural Criticism*. New York: Columbia University Press, 1995.

CLAVAL, Paul. "A Paisagem dos Geógrafos". Trad.: Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagens, Textos e Identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CONRAD, Joseph. *Heart of Darkness*. London: Penguin, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Coração das Trevas*. Tradução e posfácio de Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Notes on Life and Letters*. London: Dent, 1921.

\_\_\_\_\_. *Tales of Hearsay and Last Essays*. London: Dent, 1928; Harmondsworth: Penguin, 1944.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cultura, Espaço e o Urbano*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

\_\_\_\_\_. *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª edição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Paisagens, Textos e Identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSTA LIMA, Luiz. "Nos Sertões da Oculta *Mimesis*". In: - - -. *O Controle do Imaginário – Razão e Imaginação nos Tempos Modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. "O Horror Pós-Tudo". In: *Folha de S. Paulo – Caderno 'Mais!'*, 04 / 11 / 2001, pág. 22.

\_\_\_\_\_. *O Redemunho do Horror – As Margens do Ocidente*. São Paulo: Planeta, 2003.

\_\_\_\_\_. "A análise sociológica da literatura" (capítulo 21). In: - - - (org.). *Teoria da Literatura em suas Fontes*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Terra Ignota – A Construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

COSTA LIMA, Luiz e SIQUEIRA, Priscila de. *Enciclopédia Britânica – Versão*

*Mirador Internacional*. Vol. 13. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

COUTINHO, Eduardo e CARVALHAL, Tânia F. (org.) *Literatura Comparada – Textos Fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – Campanha de Canudos* (Edição Crítica de Walnice Nogueira Galvão). 2ª edição. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. *Canudos: Diário de uma Expedição (Coleção A Obra-Prima de cada Autor Nº 134)*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)*. São Paulo: Publifolha, 2000.

DAICHES, David. “The Waste Land”. In: ABRAMS, M. H. (ed.) *The Norton Anthology of English Literature*. 6<sup>th</sup> Ed., Vol. 2. London: W. W. Norton & Co., 1993.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “Geo-filosofia”. In: - - - . *O Que É a Filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto A. Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Trad. Maria B. M. Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DIAS, Maurício Santana. “O Século de Terra Desolada”. In: Folha de S. Paulo; 02 / 01 / 2000. pág. 6.

DIMAS, Antonio. *Série Princípios vol. 23: Espaço e Romance*. São Paulo: Ática, 1994.

DONNELLY, Michael. “Foucault’s Genealogy of the Human Sciences”. In: GANE, Mike. *Towards a Critique of Foucault*. New York: Routledge & Kegan Paul Inc., 1987.

DRABBLE, Margareth & STRINGER, Jenny. *Concise Companion to English Literature*. Oxford: OUP, 1996.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. 2<sup>nd</sup> ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

DURING, Simon (ed.). *The Cultural Studies Reader*. London & NY: Routledge, 1993.

DYKE, Chuck. “Extralogical Excavations – Philosophy in the Age of Shovelry”. In: CAPUTO, John & YOUNT, Mark (ed.). *Foucault and the Critique of Institutions*. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press, 1993.

ELIOT, T. S. “The Hollow Men”. In: *W. Somerset Maugham’s Introduction to Modern English and American Literature*. New York: New Home Library, 1943.

SCOREL, Sílvia & GUIMARÃES, Alberto Passos. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 13. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)*. 2 Vols. São Paulo: Publifolha, 2000.

FERNÁNDEZ, Gabriela R. “A Cidade como Foco da Imaginação Distópica: Literatura, Espaço e Controle”. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Cultura, Espaço e o Urbano*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Aurélio – Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLUSSER Vilém. *Pós-História – Vinte Instantâneos e um Modo de Usar*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

FLYNN, Thomas. “Foucault’s Mapping of History”. In: GUTTING, Gary (ed.). *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: CUP, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber* (6ª ed.). Trad.: Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. “O Mundo Correcional”. In: - - - . *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad.: José T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. “A Nova Divisão”. In: - - - . *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad.: José T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. 5ª ed. Trad.: Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *As Palavras e as Coisas*. Trad.: Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. “Outros Espaços”. In: - - - . *Ditos e Escritos – Vol. III*. Trad.: Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. “Sobre as Maneiras de Escrever a História”. In: - - - . *Ditos e Escritos – Vol. II*. Trad.: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. “Space, Power and Knowledge”. In: DURING, Simon (ed.). *The Cultural Studies Reader*. London & NY: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. “The Subject and Power” (Afterword). In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul (ed.). *Michel Foucault – Beyond Structuralism and Hermeneutics*. 2<sup>nd</sup> Edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)*. São Paulo: Publifolha, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. "A Mitopoética de Joyce". In: *Folha de São Paulo – Caderno 'Mais!'* de 14 de novembro de 1999, p. 7.

GALVÃO, Walnice Nogueira & GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

GANDY, Matthew. "Paisagem, Estéticas e Ideologia". Trad.: Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagens, Textos e Identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GODZICH, Wlad & SPADACCINI, Nicholas. "The Changing Face of History". In: GODZICH, Wlad. *The Culture of Literacy*. London: Harvard U.Press, 1994.

GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham (org.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Trad.: Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

GUTTING, Gary (ed.). *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: CUP, 1999.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 4. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992.

HOY, David Couzens (ed.) *Foucault: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Felisberto Albuquerque. São Paulo: Abril S.A., 1974.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia (3ª ed.)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

JOYCE, James. *Finnegans Wake*. Trad. Donaldo Schüler. Livro 1, Capítulo 1. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KANT, Immanuel. *Coleção Os Pensadores – Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KARL, Frederick R. & DAVIES, Laurence (eds.). *The Collected Letters of Joseph Conrad*. Vol 1: 1861-1897. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KREMER-MARIETTI, Angéle (org.). *Introdução ao Pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

KRITZMAN, Lawrence. *Michel Foucault: Politics, Philosophy, Culture – Interviews and Other Writings. 1977- 1984*. New York: Routledge, 1988.



LECHTE, John. *Cinquenta Pensadores Contemporâneos Essenciais – do Estruturalismo à pós-Modernidade*. Trad. Fábio Fernandes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LIONNET, Françoise. "Spaces of Comparison". In: BERNHEIMER, Charles (ed.). *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Baltimore & London: The John Hopkins University Press, 1995.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a Filosofia e a Literatura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARQUES, J. Costa & CALASANS, José. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 5. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1992.

MAUGHAM, W. Somerset. *Introduction to Modern English and American Literature*. New York: The New Home Library, 1943.

MENDES, José Guilherme. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 16 e 19. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1992.

MICHAELIS: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MISH, Frederick (Editor In Chief). *Webster's Ninth New Collegiate Dictionary*. Springfield, Massachusetts: Merriam-Webster Inc. Publishers, 1989.

MOODY, A. David (ed.) *The Cambridge Companion to T. S. Eliot*. Cambridge: CUP, 1995.

MORE, Thomas. *A Utopia*. Trad.: Luís de Andrade. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu: 1800 – 1900*. Trad. Sandra G. Vasconcellos. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Michel Foucault – Ditos e Escritos; Vol. III*. Trad.: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NABOKOV, Vladimir. *Lolita*. Trad. Jorio Dauster. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

NAJDER, Z. *Joseph Conrad – a Chronicle*. Trans. Halina Carroll-Najder. New Brunswick / New Jersey: Rutgers University Press, 1984.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência (A Obra-Prima de Cada Autor Nº 130)*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. *Segunda Consideração Intempestiva – da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada – História, Teoria e Crítica*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

NOLASCO, Paulo Sérgio (Org.). *Literatura Comparada – Interfaces e Transições*. Campo Grande: UCDB / UFMS, 2001.

OLIVEIRA, Franklin de. “Euclides da Cunha”. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (org.). *A Literatura no Brasil – Volume 4 (Parte II: Estilos de Época – Era Realista / Era de Transição)*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 1997.

ORWELL, George. 1984. Trad.: Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

PESSANHA, José A. M. “Thomas More – Vida e Obra”. In: MORE, Thomas. *A Utopia*. Trad.: Luís de Andrade. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

PHILO, Chris. “História, geografia e geografia histórica”. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham (org.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Trad.: Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PICHOIS, Claude & ROUSSEAU, André M. *La Littérature Comparée*. Paris: Armand Colin, 1971.

PIGLIA, Ricardo. “Melodrama do Inconsciente”. In: *Folha de São Paulo – Caderno ‘Mais!’* de 22 de junho de 1998, p. 7.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RAGO, Margareth et alii (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze – Ressonâncias Nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

RAJCHMAN, John. “Foucault Pragmático”. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e PORTOCARRERO, Vera (org.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

REMAK, Henry H. H. “Comparative Literature; Its Definition and Function”. In: *Comparative Literature – Method and Function*. Carbondale, London / Amsterdam: Southern Illinois University Press / Feffer S. Simons, 1971.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. 4ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. In: FLORIDO, Janice (ed.) *Coleção Os Pensadores – Rousseau*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAID, Edward W. "Foucault and the Imagination of Power". In: HOY, David C. (ed.) *Foucault: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. "Consolidated Vision – Narrative and Social Space". In: SAID, Edward W. *Culture and Imperialism*. New York: Alfred A. Knopf, 1993.

\_\_\_\_\_. "Overlapping Territories, Intertwined Histories". In: SAID, Edward W. *Culture and Imperialism*. New York: Alfred A. Knopf, 1993.

\_\_\_\_\_. "Conrad: The Presentation of the Narrative". In: - - - . *The World, the Text and the Critic*. Cambridge / Massachusetts: Harvard University Press, 1983. P. 90-110.

\_\_\_\_\_. *Orientalism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978; Penguin, 1991.

SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. 2ª edição. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SANTOS, Francisco Venceslau dos. *Dessertões*. Rio de Janeiro: Caetés, 1997.

SAUER, Carl O. "A Morfologia da Paisagem". Trad. Gabrielle C. Braga. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERj, 2004.

SHAKESPEARE, William. *The Tempest*. Hertfordshire, England: Wordsworth Editions Limited, 1995.

SODRÉ, Nelson W. *História da literatura brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOJA, Edward. "History: Geography: Modernity". In: DURING, Simon (ed.). *The Cultural Studies Reader*. London & NY: Routledge, 1993.

TAVARES, Hênio da Cunha. *Teoria Literária (Biblioteca Brasileira de Literatura vol. 3)*. 9ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

TREDELL, Nicolas (ed.) *Icon Critical Guides – Joseph Conrad's Heart of Darkness*. Duxford, Cambridge: Icon Books, 1998.

VALVERDE, Orlando. *Enciclopédia Britânica – Versão Mirador Internacional*. Vol. 10. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Ltda., 1992.

VERÍSSIMO, José. “Campanha de Canudos”, republicação. In: *Estudos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia – USP, 1977.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Trad. Alda Batar & Maria A. Kneipp. 4ª ed. Brasília: UnB, 1998.

WAGNER, Philip e MIKESELL, Marvin W. “Os Temas da Geografia Cultural”. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WATT, Ian. “*Heart of Darkness* and Nineteenth-Century Thought”. In: BLOOM, Harold (Ed.). *Heart of Darkness – Modern Critical Interpretations*. New York / Philadelphia: Chelsea House Publishers, 1987.

WELLEK, René. “A Crise da Literatura Comparada”. Trad. Maria Lúcia Rocha-Coutinho. In: COUTINHO, Eduardo e CARVALHAL, Tânia F. (org.) *Literatura Comparada – Textos Fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WELLEK, René e WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 2ª ed. Trad.: José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

WERLICH, E. *Typologie der Texte*. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1975. apud DIONÍSIO, Angela; MACHADO, Anna; BEZERRA, Maria (org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

**ANEXO:***The Hollow Men*<sup>375</sup>

*MISTAH KURTZ – HE DEAD.*  
A penny for the Old Guy

T. S. ELIOT

## I

We are the hollow men  
We are the stuffed men  
Leaning together  
Headpiece filled with straw. Alas!  
Our dried voices, when  
We whisper together  
Are quiet and meaningless  
As wind in dry grass  
Or rats' feet over broken glass  
In our dry cellar

Shape without form, shade without colour,  
Paralysed force, gesture without motion;

Those who have crossed  
With direct eyes, to death's other Kingdom  
Remember us – if at all – not as lost  
Violent souls, but only  
As the hollow men  
The stuffed men.

## II

Eyes I dare not meet in dreams  
In death's dream kingdom

These do not appear:  
There, the eyes are  
Sunlight on a broken column  
There, is a tree swinging  
And voices are  
In the wind's singing  
More distant and more solemn

---

<sup>375</sup> Apud MAUGHAM (1943), p. 330.

Than a fading star.

Let me be no nearer  
 In death's dream kingdom  
 Let me also wear  
 Such deliberate disguises  
 Rat's skin, crowskin, crossed staves  
 In a field  
 Behaving as the wind behaves  
 No nearer –

Not that final meeting  
 In the twilight kingdom

### III

This is the dead land  
 This is cactus land  
 Here the stone images  
 Are raised, here they receive  
 The supplication of a dead man's hand  
 Under the twinkle of a fading star.

Is it like this  
 In death's other kingdom  
 Waking alone  
 At the hour when we are  
 Trembling with tenderness  
 Lips that would kiss  
 Form prayers to broken stone.

### IV

The eyes are not here  
 There are no eyes here  
 In this valley of dying stars  
 In this hollow valley  
 This broken jaw of our lost kingdoms  
 In this last of meeting places  
 We grope together  
 And avoid speech  
 Gathered on this beach of the tumid river

Sightless, unless  
 The eyes reappear  
 As the perpetual star  
 Multifoliate rose  
 Of death's twilight kingdom

The hope only  
Of empty men.

V

*Here we go round the prickly pear  
Prickly pear prickly pear  
Here we go round the prickly pear  
At five o'clock in the morning.*

Between the idea  
And the reality  
Between the motion  
And the act  
Falls the shadow

*For Thine is the Kingdom*

Between the conception  
And the creation  
Between emotion  
And the response  
Falls the shadow

*Life is very long*

Between the desire  
And the spasm  
Between the potency  
And the existence  
Between the essence  
And the descent  
Falls the Shadow

*For Thine is the Kingdom*

For Thine is  
Life is  
For Thine is the

*This is the way the world ends  
This is the way the world ends  
This is the way the world ends  
Not with a bang but a whimper.*